# OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NAS CIDADES EDUCADORAS

CADERNO DE DEBATE Nº 6

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS Cidades Educadoras Delegação América Latina

Ajuntament de Barcelona

Municipalidad de Rosario

# OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NAS CIDADES EDUCADORAS

CADERNO DE DEBATE Nº 6

**Delegação para a América Latina**
**Prefeitura de Rosário**

**Prefeitura de Barcelona**

Alcaidessa Sra. Ada Colau
**Presidenta da AICE**

Sra. Marina Canals Ramoneda
**Secretária Geral da AICE**

**Prefeitura de Rosário**

Prefeito Pablo Javkin
**Vice-presidente da AICE**

Rogelio Biazzi
**Coordenador de Gabinete**

Sra. Laura Inés Alfonso
**Diretora de Cidades Educadoras**
**Delegação para a América Latina da AICE**

**Edição e compilação**
María Paula Bonoris
**Delegação para a América Latina da AICE**

**Tradução**
Sandra Andrade Barbosa
Maria Emilia Vico

**Fotos**
**Dpto. Fotografia. Direção Geral de Comunicação Social.**
**Prefeitura de Rosário**

**Desenho e Maquetação**
Pedro Aguirre

**Gráfica**
Sudamérica Impresos

**Rosário, Argentina. 2021**

ISBN 978-987-47373-3-5

# ÍNDICE


7 **Apresentação do Caderno de Debate Nº 6**

9 **Editorial** • Pablo Javkin

11 **Entrevista** • Karina Batthyány

17 **Capítulo 1: Economias transformadoras: novos desafios y oportunidades**

• Políticas locais de promoção da economia social e solidária na América Latina. Descobertas recentes e potencialidades para a conjuntura pós-pandêmic./ Ruth Muñoz

29 • Perante a crise que estamos vivenciando, é possível a economia social e solidária apresentar-se como marco para a política pública a partir do local./ José Luis Coraggio

35 • Libertação Econômica e Circuitos Econômicos Solidários./ Euclides Mance

**Experiências**

43 • A Escola de Empreendimentos Sociais: promovendo a sustentabilidade e a educação em economia social na cidade de Rosário./ Rosario, Argentina

47 • Educação e inovação produtiva. O caso da criação do laboratório de biotecnologia./ General Alvear, Argentina

**Capítulo 2: A construção da cidadania desde as infâncias**

49 • As infâncias e a cidade. Algumas questões em torno da cidadania infantil./ Valeria Llobet

57 • Reflexões em tempos de pandemia sobre a cidadania das infâncias na Cidade do México./ Tuline Gülgönen

**Experiências**

63 • A praça dos direitos./ Camargo, Brasil

65 • Promotores cidadãos e cidadãs./ León, México

67 • Educação transformadora: por uma infância democrática./ Guarulhos, Brasil

**Capítulo 3: Equidade de Gênero desde um olhar local**

69 • Participação no 1º Congresso Virtual de Cidades Educadoras da América Latina "Cidades educadoras, cidades que incluem" (2020)./ Clyde Soto

73 • Tempo histórico para o impulso de políticas públicas com perspectiva de gênero./ Silvia Augsburger

**Experiências**

81 • Cidades de Mulheres, Cidades Resilientes./ Ciudad de México, México

87 • De Mãos Dadas com a sexualidade./ Santos, Brasil

90 • Projeto Zona Mulher./ Caguas, Puerto Rico

## Apresentação do Caderno de Debate Nº 6

Os **Cadernos de Debate** são uma proposta da Delegação para a América Latina da Associação Internacional de Cidades Educadoras, com os quais se busca refletir sobre uma problemática específica relativa ao desafio dos governos na construção de Cidades Educadoras. Cada caderno contém a participação de acadêmicos/as de diferentes cidades e nacionalidades, e ainda a apresentação de diversas experiências das cidades membro que resgatam as práticas que a Associação tem o intuito de promover.

As temáticas dos Cadernos de Debate são diversas e respondem aos interesses das cidades associadas, sendo também coerentes com as propostas desenvolvidas no Congresso Internacional realizado a cada dois anos pela AICE.

O primeiro Caderno de Debate foi editado no ano de 2009, intitulado "As ações culturais e o esporte como ferramentas para o desenvolvimento integral das pessoas nas Cidades Educadoras" e expôs experiências de cidades latino-americanas que apresentaram propostas inovadoras, diferentes formas de cooperação e de comunicação que se traduzem em instrumentos de uma verdadeira integração social e cultural. O caderno está organizado a partir de três eixos: inclusão, crianças e jovens, e adultos e adultos idosos.

O segundo Caderno de Debate "A problemática meio ambiental nas Cidades Educadoras" foi publicado no ano de 2012 e teve por objetivo a construção coletiva de um espaço de análise, crítica e reflexão. Além disso, o intuito foi preparar as cidades latino-americanas diante da perspectiva do XII Congresso Internacional que foi celebrado em Chang Won, na Coreia do Sul, sob o lema "Meio ambiente verde e educação criativa".

A terceira publicação foi realizada em 2013, intitulada "Cidade, infâncias e inclusão" e a proposta foi realizar um percurso a partir do contexto de situação atual da região da América Latina e o Caribe, em conjunto com a UNICEF, a intervenções de renomeados especialistas e experiências destacadas por diversas cidades da AICE.

No ano de 2016, no marco do XIV Congresso Internacional com sede na cidade de Rosário, Argentina, sob o lema "Cidades: territórios de convivência" foi realizada a quarta edição do Caderno de Debate. Intitulado "A convivência nas cidades", o caderno buscou dar a conhecer as palavras e as experiências que abriram o caminho para pensar a convivência, o território da cidade com seus conflitos e os desafios que impõem as desigualdades.

A quinta edição ocorreu no ano de 2019 intitulada "O espaço urbano e as cidades educadoras". Através dessa edição, foi possível recuperar e dar visibilidade, através de porta-vozes das experiências, àquelas ações intencionais, políticas e estratégicas que fazem da cidade um cenário educador, e do espaço público, um território de educação.

Nessa ocasião, apresenta-se a sexta edição do material, que está inspirado no Primeiro Encontro Virtual de Cidades Educadoras da América Latina, sob o lema "Cidades educadoras, cidades que incluem". No contexto de pandemia pela COVID-19, o encontro virtual foi um espaço para gerar diálogo e promover um espaço de aprendizagem que possibilitou a troca de ideias e o intercâmbio de experiências sobre como se leva adiante o papel educador a partir do governo local na implementação de políticas públicas para enfrentar as diversas expressões de desigualdade, particularmente no que diz respeito às infâncias, à economia social e solidária, e à equidade de gênero.

# EDITORIAL

**Pablo Javkin**
Advogado, formado pela U.N.R. (Universidade Nacional de Rosário). Prefeito da cidade de Rosário durante o período 2019-2023. Professor universitário e político argentino. Foi vereador, deputado provincial e deputado nacional pela província de Santa Fé.

Vivemos tempos difíceis. A pandemia, sem dúvidas, foi um dos maiores desafios ao que nos enfrentamos como humanidade. O historiador Eric Hobsbawm escreveu certa vez que o século XX foi um "século curto", entre a Revolução Russa e o fim da Primeira Guerra Mundial, e a queda do Muro de Berlim. Pode parecer apenas um exercício analítico, mas acredito que se o século XXI tivesse uma análise futura de "século curto", a pandemia teria sido o começo.

Não é preciso esperar que a pandemia chegue ao seu final para reconhecermos muitas das aprendizagens e lições que esta situação de emergência em nível mundial nos trouxe. Nessa nova realidade, a chave é reconhecer que somos sujeitos que se protegem coletivamente de riscos muito diferentes dos da sociedade anterior à Covid-19. Na sucessão de crises que estamos vivendo (climática, ecológica, econômica, sanitária), há um fio condutor: horizontes de incerteza. Para as cidades, a chave será aprender e organizar adequadamente as interações sociais para enfrentar coletivamente todos os desafios que virão.

Durante o período pré-Covid já estávamos diante de um mundo hiperconectado e marcado pela falta de certezas. Estamos diante de uma realidade vertiginosa e que exige muita responsabilidade e comprometimento de nossa parte.

Nesses momentos complexos, somos os protagonistas de uma revalorização da proximidade, da pessoa com quem convivemos no dia-a-dia. Os cidadãos e as cidadãs perceberam que a primeira fonte de informação e de contato são os seus governantes mais próximos, esses que a gente encontra nas ruas e com quem convive diariamente. Portanto, se tentarmos pensar em como será o mundo depois da pandemia, certamente essa proximidade, o que conhecemos melhor, terá um peso maior. Serão tempos diferentes porque certamente algo da virtualidade permanecerá e porque a maneira de nos deslocarmos mudará. Porém, acima de tudo, a proximidade terá um lugar central no principal desafio a enfrentarmos: o desafio da reconstrução, da recomposição do tecido social que a pandemia fraturou.

O grande tema deste Caderno de Debate da Rede de Cidades Educadoras é a inclusão. E se trabalhamos o desafio da inclusão em uma Rede de Cidades em nível internacional é porque o fenômeno da desigualdade tem aumentado.

O mundo mudou de muitas maneiras, e a margem do campo de ação da política ficou mais estreita ou limitada. A complexidade dos problemas de hoje transborda as capacidades do Estado. O mercado concentra e desequilibra de modo crescente. Os desafios podem ser os mesmos que em outras etapas, mas manifestam-se de maneira urgente porque a desigualdade é maior, porque a ausência de soluções concretas também é maior.

A pandemia acentuou os altos níveis de desigualdade da América Latina. E a Argentina não é uma exceção Diante desse panorama, a presença de órgãos públicos garantindo direitos básicos no território das cidades deverá ser intensificada. A chave aí está: nas redes que são tecidas no território com os diferentes atores (as instituições educacionais, o setor privado, a sociedade civil, as organizações sociais), em um vínculo mais próximo e cotidiano com a cidadania.

Acredito que o principal desafio da política de nossos tempos passa por incluir. Em "Elogio ao amor", o filósofo Alain Badiou diz que "política é saber se somos capazes de criar igualdade em multidão". E essa não é uma questão qualquer. Devemos reaprender a incluir porque o momento atual assim o exige. Porque um Estado que não pense em soluções coletivas, dificilmente seja um Estado que iguale, inclua, aproxime.

A Rede de Cidades Educadoras tem por objetivo construir cidades mais integradas, humanas e inclusivas. O principal desafio é pensar em soluções globais, mas com o foco nas cidades. É aí que as políticas públicas adquirem um papel substancial, já que cumprem uma função educativa para enfrentar problemáticas diversas.

Para Rosário é um orgulho ser a sede da Delegação para a América Latina da AICE, bem como fazer parte de toda a Rede, que dia-a-dia realiza

um trabalho incansável em prol da igualdade e da inclusão. A partir das cidades, temos o enorme desafio de fortalecer nosso trabalho em conjunto e nossa cooperação, sempre levando em conta que a democracia é a maior rede que construímos para enfrentar nossos problemas.

Se uma coisa está clara é que as cidades do século XXI estão destinadas a desempenhar um papel fundamental na vida do nosso povo, e essencialmente quanto à inclusão, diversidade, educação, tolerância e convivência.

Todos esses objetivos foram refletidos quando da criação da Carta de Cidades Educadoras. Hoje, é nosso dever nos organizarmos coletivamente para enfrentar os desafios globais, como é uma pandemia. Segundo o historiador Yuval Noah Harari, se essa crise levar a um fortalecimento da cooperação internacional, não só representará uma vitória contra o coronavírus, mas também contra outros perigos que ameaçam a humanidade.

A meu ver, trata-se de continuar transitando por um caminho de colaboração, de articulação e de solidariedade entre os diferentes atores. Um caminho de horizontalidade que fortaleça nossas democracias e nossas sociedades.

É hora de incluir, não há dúvidas. E incluir desde um enfoque inovador, global e participativo. Este Caderno de Debate certamente contribuirá para o diálogo e o intercâmbio sobre inclusão e igualdade, buscando enfrentar coletivamente os desafios com os quais as cidades nos interpelam a diário.

**Karina Batthyány**

Doutora em Sociologia. Secretária Executiva do CLACSO. Professora titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (Uruguai). Integrante do Sistema Nacional de Pesquisas do Uruguai. Assessora de vários organismos internacionais: CEPAL, ONU Mulheres, OIT. Autora de inúmeras publicações em torno das temáticas de bem-estar social, gênero, políticas públicas, trabalho não remunerado e cuidados.

## Entrevista

**A América Latina e o Caribe é considerada a região mais desigual do mundo. Quais são os principais motivos desta situação?**

Parece interessante que nos perguntemos sobre os motivos de a América Latina e o Caribe ser a região mais desigual do mundo. E quando indagamos o porquê, na verdade não existe uma resposta simples.

Em primeiro lugar, devemos reconhecer a heterogeneidade que caracteriza as estruturas produtivas de nossas sociedades como a base da distribuição desigual da riqueza e da renda. Em termos de renda, 10% da população mais rica da nossa região tem renda nacional 22 vezes maior que 10% da população mais pobre, isto é, ganha 22 vezes mais. Esta diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres de nossas sociedades representa o dobro da média dos países industrializados. Esta não é uma pequena margem de desigualdade, mas uma desigualdade escandalosa. Em nossos países, 1% dos mais ricos absorve 21% da receita de toda a economia e acumula 71% da riqueza e do patrimônio total da região, enquanto os 70% mais pobres mal chegam a 10% da riqueza.

Esta desigualdade de renda e riqueza associada à heterogeneidade estrutural é reforçada por outras desigualdades associadas à raça e à etnia que persistem desde a época do domínio colonial. A América Latina e o Caribe é uma das regiões mais multiétnicas e multiculturais do mundo. Seus povos indígenas e afrodescendentes continuam em situação de profunda desvantagem em termos do bem-estar econômico e de acesso ao bem-estar social de um modo geral. Em média, 43% da população indígena e 25% dos afrodescendentes são pobres e as disparidades da renda salarial em relação ao resto da população são muito altas. Com um nível educacional semelhante, as pessoas afrodescendentes e de povos indígenas têm acesso a salários 20 e 30% respectivamente mais baixos que o resto da população.

A história recente dos povos da América Latina

e do Caribe foi marcada por diversos processos migratórios massivos que transformaram nossas sociedades. Legislações expulsivas atualmente prevalecem em muitos países, negando às populações migrantes muitos dos direitos básicos, como o direito à saúde ou ainda o direito de acesso à água potável em muitas cidades e regiões de nosso continente. Os migrantes e as migrantes representam 49% das pessoas que vivem em assentamentos informais nos centros urbanos e tendem a ter empregos informais e/ou de baixa qualificação.

Muitos países da região foram ou estão sendo atravessados por processos de violência política e/ou urbana. Atualmente, a taxa de homicídios na América Latina chega a quase 22% por cada 100.000 habitantes, sendo a mais alta do mundo. Em muitas de nossas sociedades, a segurança do cidadão tornou-se um determinante crucial do bem-estar social.

Não é possível analisar as razões da desigualdade na região sem destacar o papel crítico que as desigualdades de gênero desempenham na inter-relação com os outros fatores. Os sistemas de gênero predominantes em nossas sociedades impõem às mulheres um papel subordinado na divisão sexual do trabalho tanto dentro quanto fora de seus lares. Na América Latina e no Caribe as desigualdades sociais estão intimamente ligadas à oferta de assistência familiar e social desigual. As tarefas na esfera doméstica — essencialmente assumidas pelas mulheres — são cruciais e imprescindíveis para o funcionamento do sistema econômico e para o bem-estar da sociedade. Em nossa região, as mulheres realizam cerca de 80% do trabalho de cuidados não remunerado e representam a grande maioria das pessoas que exercem tarefas de cuidado remuneradas. Portanto, grande parte dos cuidados totais é exercido pelas mulheres.

**Atualmente podemos observar em nossa região (segundo informações da OIT e da CEPAL) um aumento da informalidade, do desemprego, da pobreza, da indigência que, embora tenha se agravado como resultado da pandemia, são problemas que já vinham acontecendo na região. Nessa conjuntura, qual o papel do estado local e quais as ferramentas de que dispõe para a efetivação de políticas públicas educadoras que revertam/transformem esta situação?**

A crise desencadeada pela pandemia da COVID-19 reposicionou os debates em torno do papel do Estado, do papel da política em geral e, muito particularmente, do papel das políticas públicas. A pandemia tornou mais evidente a urgência em acelerar os processos de implementação de novos sistemas de proteção social, pelo menos em se tratando de certos níveis que garantam dignidade para a vida das pessoas. O modelo econômico atual gerou desigualdade, com profunda concentração das riquezas e, na região, o acesso aos benefícios sociais continua sendo um privilégio.

Na América Latina e no Caribe não existiam Estados de bem-estar universal quando começou a pandemia. Antes do coronavírus este era um problema grave e fazia parte dessa desigualdade estrutural que estivemos analisando. Porém, hoje é uma questão de sobrevivência. É absolutamente essencial, em médio prazo, repensar as políticas econômicas, sociais e trabalhistas que garantam pelo menos os direitos sociais básicos que possam chegar a todos e todas. E neste sentido, a necessidade também de reorientar os modelos de desenvolvimento.

A pandemia parece estar deixando claro que os estados não estão mortos e que mantêm a função principal na execução de políticas capazes de transformar a realidade de maneira eficaz. Políticas públicas que atendam ao desafio sempre adiado de construir sistemas universais de proteção, deslocando o foco de atenção do mercado para as pessoas, colocando em primeiro lugar a vida e o bem-estar.

Nesse contexto, abre-se o debate sobre a necessidade de um salário mínimo vital para os cidadãos da ALC, partindo da premissa de que o acesso aos

bens essenciais é condição necessária para a existência de uma cidadania democrática, que garanta um horizonte de dignidade para todas as pessoas. A América Latina e o Caribe é a região mais desigual do planeta e essa crise sanitária com certeza vai aprofundar ainda mais essa diferença. Estamos falando em garantir determinada renda para todos e todas, mesmo nessas ocasiões de crise e de pandemia como as que estamos atravessando agora. Uma política que até a própria CEPAL está propondo, pelo menos enquanto durar esta pandemia, principalmente para aquelas pessoas que não têm ou perderam seus salários ou rendas devido à esta crise sanitária.

Essa crise deixou claro que já é hora de começar a pensar em novas formas de organização social em geral, nas quais o cuidado tenha um papel central. Se quisermos uma sociedade que privilegie a vida, o cuidado deve ser valorizado, bem como as pessoas que cuidam. Valorizar o cuidado pressupõe começar a pensar em termos relacionais, no reconhecimento e no respeito pelo outro, em afastar o eixo da individualidade liberal e da autonomia que prevalecem nas relações humanas hoje, e colocar no centro a interdependência, a reciprocidade e a complementariedade.

Estamos em um processo de transição para sociedades que passarão por reconfigurações em curto e médio prazo. É necessário que saibamos instalar a necessidade de colocar os cuidados como alvo principal, sobrepondo ao mercado como eixo organizador da vida em comum. E a única resposta total e efetiva perante a crise na reprodução da vida está nas instituições universais, públicas e gratuitas, nos espaços comuns e coletivos.

**Em várias ocasiões a senhora falou sobre as dimensões da pobreza. Quais são as diferentes dimensões da desigualdade que se observam e se aprofundam na região?**

A conceitualização teórica da pobreza é e será motivo de árduos debates. Isso se deve fundamentalmente ao fato de o conceito ser construído a partir de uma perspectiva puramente analítica que visa refletir as carências na satisfação de um determinado conjunto de necessidades consideradas essenciais para o desenvolvimento da vida em sociedade. O que acontece é que existem muitos pontos de vista, não só na forma de medição das carências, mas também quanto à determinação da situação em que uma necessidade é satisfeita, e ainda na própria seleção do conjunto de carências mínimas que vão definir uma situação de pobreza.

Torna-se cada vez mais necessário reconhecer que a pobreza é um fenômeno mais complexo do que o que se pode analisar através dos enfoques tradicionais de necessidades básicas ou de rendas. Chegou-se a certo consenso que considera a pobreza como a privação de bens e das oportunidades essenciais às que todos os seres humanos têm direito.

A pobreza está relacionada com o acesso desigual e limitado aos recursos produtivos e com a restrita participação nas instituições sociais e políticas. A pobreza decorre de um acesso restritivo à propriedade, de renda e consumo baixos, de oportunidades sociais, políticas e de emprego limitadas, de baixos resultados em termos educacionais, de saúde e de nutrição, e do acesso, uso e controle ínfimo sobre os recursos naturais, bem como do acesso a outras áreas de desenvolvimento. Estamos nos referindo a aspectos relacionados com alimentação, moradia, educação, saúde, inserção no mercado de trabalho, participação social, disponibilidade de tempo livre para o lazer; e também com dimensões de natureza subjetiva e simbólica, como, por exemplo, disposição analítica, capacidade de processar informação e habilidades de comunicação e de gestão.

Segundo dados da CEPAL, em 2020 houve 7,7% de queda no PIB regional e isso ocasionou o fechamento de 2,7 milhões de empresas e o consequente aumento do desemprego para 10,7%. O efeito dessas mudanças nas condições de vida levou a que a taxa de pobreza atingisse 33,7% da população, a maior taxa dos últimos 20 anos.

Em geral, os indicadores de pobreza são feitos com base em informações domiciliares, sem recon.

hecer que existem diferenças imensas em questões de gênero e de gerações. Embora a pobreza afete homens, mulheres e crianças, ela é vivenciada de diferentes maneiras no dia-a-dia, dependendo do tipo de parentesco, da idade e do ciclo de vida, da etnia e do sexo das pessoas.

A crise sanitária e econômica atual afeta mais intensamente as mulheres, jovens e trabalhadoras e trabalhadores informais, um setor que já apresentava 53% de informalidade antes da pandemia. A crise teve um impacto diferente em setores-chave do emprego feminino: em 2019, as mulheres ocupavam 61% dos empregos em turismo e 91,5% do trabalho doméstico remunerado.

Embora seja habitual e útil captar e analisar estes indicadores, na perspectiva de gênero é preciso decodificar o que acontece nas residências, já que estes são âmbitos de convivência entre pessoas que têm relacionamentos assimétricos entre si, enquadrados em sistemas de autoridade interna. Dadas as características das mulheres, associadas à sua biologia (gravidez, amamentação, etc.), seus papéis de gênero (esposa, mãe, etc.) e sua subordinação culturalmente construída, elas enfrentam condições desvantajosas que se acumulam com outros efeitos da própria pobreza.

Como resultado da perda de empregos e pela sobrecarga no atendimento familiar, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho caiu de 52 a 45% em 2020, voltando a estar no nível de uma década atrás (CEPAL, 2020b). Grande parte das mulheres da região deixou de receber salários, aumentando assim o fosso econômico que separa os homens das mulheres. Antes da pandemia, para cada 100 homens que viviam em pobreza extrema, havia 132 mulheres nas mesmas condições (CEPAL, 2020a)

Em se tratando da pandemia da COVID-19, que circunstâncias ou particularidades são mais afetadas no cotidiano das pessoas?

É importante analisar o impacto da emergência sanitária nas desigualdades de gênero. Uma dimensão essencial a respeito é a que se relaciona com o cuidado como o ponto crítico da desigualdade na região e uma expressão de objetivação da divisão sexual do trabalho.

A pandemia do coronavírus tem acarretado efeitos inauditos na vida cotidiana dos habitantes da região da América Latina e o Caribe, perturbando as dinâmicas de trabalho, domésticas e de cuidado e afetando especialmente as pessoas com empregos informais, crianças e mulheres nos lares de baixa renda. A crise sanitária agravou a crise dos cuidados e assistência, a vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho e aumentou a violência de gênero, agravando assim as desigualdades de gênero na região.

O confinamento da população e o fechamento de centros educacionais e assistenciais concentraram a carga do cuidado nas famílias. Houve um retrocesso por as famílias terem que ficar "portas adentro de casa", onde cada uma teve que encontrar a solução de acordo com os seus próprios recursos. O isolamento provocou um evidente efeito na vida das mulheres, aumentando o trabalho doméstico e o de cuidados. Como mencionado supra, em nossa região, antes de ocorrer a emergência sanitária, as mulheres realizavam cerca de 80% dos trabalhos de cuidados, dedicando entre 22 e 44 horas semanais às tarefas domésticas não remuneradas.

Os confinamentos realizados na região também resultaram no aumento da violência de gênero. Segundo as Nações Unidas, de acordo com os registros de chamadas por violência de gênero em diferentes países da ALC, durante a pandemia houve um aumento alarmante da violência doméstica no mundo todo. É sabido que a precariedade econômica e a instabilidade social contribuem para a violência de gênero no ambiente doméstico. Durante a pandemia, para muitas mulheres e crianças o próprio lar não foi um lugar seguro

onde pudessem se sentir resguardadas.

Na América Latina, as desigualdades sociais estão estreitamente ligadas à disponibilidade desigual quanto ao cuidado e assistência familiar e social, formando um verdadeiro círculo vicioso: quem conta com mais recursos tem maior acesso a cuidados e assistência de qualidade, considerando as circunstâncias de que há menos membros da família para cuidar. Quem tem menos recursos para acessar à assistência mercantil e que tem mais carga de cuidados acumula desvantagens dado o maior peso de trabalho doméstico familiar, as dificuldades de acesso aos serviços públicos e a necessidade de recorrer a cuidadoras em situação de informalidade.

Para solucionar a crise de cuidados precisamos de uma nova ideia de gestão pública que entenda que a interdependência das pessoas é um fato da própria vida em comum. A solução não é apenas distribuir o cuidado entre homens e mulheres de forma mais equitativa a nível individual, mas que a importância e o valor da assistência sejam reconhecidos e que também possa ser exercida em parte pela sociedade e com o Estado assumindo a sua responsabilidade.

**Que avanços foram feitos para diminuir as desigualdades na região e qual o papel dos governos locais — no sentido de maior proximidade — na implementação das estratégias?**

Ao longo deste diálogo procuramos caracterizar a magnitude e o alcance da crise desencadeada pela pandemia. Sem dúvidas, uma crise sistêmica e multidimensional.

Como já afirmamos, não restam dúvidas de que estamos em um processo de transição para sociedades que, em alguns aspectos, passarão por reconfigurações a curto e médio prazo na região latino-americana. Diante desses desafios, em definitiva está a necessidade de se construir um novo "pacto social" embasado no reconhecimento da solidariedade e da interdependência como valores fundamentais para a construção de um sistema social mais justo na ALC.

O papel dos governos locais é essencial ao pensarmos em uma nova agenda de políticas públicas com foco central nas pessoas e na vida. Acima de tudo, pela capacidade de os governos enraizarem-se nos territórios para conhecer de perto a realidade e, a partir daí, enfrentar cada problema com políticas públicas adequadas e efetivas.

Por outro lado, o colapso nos sistemas de saúde em diversos países mostrou a necessidade de avançar na consolidação de sistemas de assistência médica com cobertura universal que garantam qualidade, que tenham os recursos necessários para enfrentar as situações de crise com foco na saúde de forma integral, considerando a situação socioeconômica das pessoas e a sua qualidade de vida.

Durante a etapa de confinamento da população, a supressão de atividades nos centros educacionais e nas creches, em outros estabelecimentos com serviço de atendimento a pessoas dependentes, concentrou a sobrecarga de cuidados nas famílias, especialmente nas mulheres, evidenciando a importância dessas instituições na vida cotidiana e no bem-estar das pessoas. O fortalecimento da oferta de cuidados e assistência pública de parte dos governos locais será um elemento adicional para superar a crise de atendimento que a pandemia desencadeou.

CAPÍTULO 1

# ECONOMIAS TRANSFORMADORAS: NOVOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES

**Ruth Muñoz**

Pesquisadora e professora adjunta na Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS). Doutoranda em Ciências Sociais (UBA), Mestre em Economia Social (UNGS), Bacharel em Economia (UBA). Atualmente se desenvolve como Coordenadora técnica do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES) da Argentina. Email: ruth.mariana.munoz@gmail.com

## Políticas locais de promoção da economia social e solidária na América Latina. Descobertas recentes e potencialidades para a conjuntura pós-pandêmica

Este artigo surge depois de eu ter sido moderadora do painel "Economias transformadoras: novos desafios e oportunidades" do Primeiro Encontro Virtual de Cidades Educadoras da América Latina que contou com as conferências de José Luís Coraggio e Euclides Mance. A seguir e baseada nas anteriores, foram apresentadas três experiências de governos locais na voz dos seus máximos representantes para além da oficina que motivaram em mim algumas reflexões sobre as diferentes correntes de economia social e solidária que também vamos desenvolver ao longo destas páginas.

Com o objetivo de dar conta de uma série de debates e experiências que são estruturantes do nosso campo de políticas, organizamos este artigo em duas partes. Na primeira, esboçamos algumas definições fundamentais, enquanto que, na segunda, tentamos sintetizar o que consideramos como descobertas de várias cidades que complementam os intercâmbios ocorridos durante o evento, e permitem construir um panorama sobre o papel que os governos locais estão tendo em relação com o nosso eixo de análise. No final, colocamos a ênfase em algumas potencialidades para a conjuntura pós-pandêmica.

### De que economias e políticas estamos falando?

Seja desde a academia, seja desde o âmbito público estatal e a sociedade civil, ainda não há consenso para denominar as práticas econômicas que buscam alternativas ao modo de vida e trabalho hegemônicos, as quais têm em comum a sustentabilidade da vida humana e da natureza.

Algumas existem desde sempre nas nossas regiões (os povoados originários utilizam categorias como economias comunitárias, ancestrais, próprias, da reciprocidade); outras são importadas quando surgiram no início da resistência à revolução industrial europeia (utilizam mais do que nada a categoria de economia social); a economia solidária nasce em vários países tanto centrais como os do sul (especialmente no Brasil) a partir da crise da década de setenta e para se diferenciar da economia social desnaturalizada que é semelhante às práticas capitalistas que maximizam lucros sem limites e exploram recursos naturais e humanos; a economia de autogestão que tem antecedentes históricos no mundo todo[1], embora na nossa região seja mais associada à autogestão do habitat e das empresas recuperadas surgidas dos processos de falência geralmente fraudulentas principalmente a partir das crises de finais dos anos noventa; a economia popular realmente existente que representa às maiorias, essencialmente as urbanas que dependem do uso dos seus recursos de trabalho para garantir a sua reprodução; e o seu componente solidário, ou seja, a economia popular solidária[2] (que tem sido institucionalizada principalmente no Equador), entre outras categorias que, por sua vez, combinam-se entre si e vão tecendo pontes tanto teóricas como práticas fundamentalmente com a economia feminista, a economia agroecológica e a economia circular. Ao mesmo tempo, misturam-se com práticas de negócios sociais ou inclusivos e esquemas empresariais mais inovadores que os tradicionais esquemas de responsabilidade social empresária, como as empresas B, de tríplice impacto, com propósitos inovadores, entre outras[3] , tudo o que pode ser abrangido dentro da categoria "empresas sociais", que na América Latina só agora estão começando a ser analisadas com algum rigor[4].

De todas estas denominações e práticas, neste trabalho vamos utilizar a categoria "guarda-chuvas" de economia social e solidária (ESS) seguindo Coraggio (2020 e 2011), Hintze (2010) e Fonteneau et al (2010), por considerar que é a expressão mais

ampla e que constrói pontes entre experiências orientadas principalmente pela reprodução da vida e que encaram as atividades econômicas como um meio e não como um fim em si mesmas.

Um Estado que reconhece as especificidades destes atores e os promove, costuma começar vínculos mais dialógicos e simétricos, em um cenário que valoriza, entre outras questões, que se trata de formas de produção e trabalho não deslocalizáveis que fortalecem o afinco; multiplicadoras da economia local com maiores retenções de recursos nos circuitos sociais e solidários que avançam em certo controle de recursos em economias abertas cada vez mais incertas. Quando existem esquemas de compra pública, ao antes dito, somam-se importantes poupanças nas contas públicas em virtude de que os excedentes nesta economia são menores que nas empresas convencionais já que, como falamos antes, são um meio e não um fim e, portanto, também os Estados e em definitiva a cidadania local têm benefícios quando se privilegia este tipo de fornecedores ao se tratar de preços mais baixos.

De qualquer forma, vale esclarecer que estas políticas enfrentam obstáculos importantes, compartilhando as críticas e o cepticismo de Narodowski (2007), Fernández e Cardozo (2018) e Clemente (2019) quando de uma forma ou de outra afirmam que o desenvolvimento local carrega uma ilusão sem fundamento. No nosso caso e principalmente seguindo o nosso objetivo, estamos fazendo referência a "outro Estado" capaz de administrar políticas de ESS (PESS), com atributos muito específicos, os quais já foram expostos brevemente por Hintze (2014) da forma abaixo listada: 1. Transversalidade, ou seja, constituem políticas em sentido amplo e pelas características do seu objeto transcendem o subconjunto das políticas sociais, especialmente as do tipo assistencial; 2. Intersetorialidade, ou seja, requerem a ação de diversos organismos, não podem ser resolvidas por um único setor do Estado e, ao mesmo tempo em que atravessam os diversos organismos, também percorrem transversalmente as diferentes jurisdições do governo (nacional, subnacional, local); 3. Territorialidade: estas políticas concretizam territorialmente, entendendo o território como o articulador fundamental das políticas, daí que a autora afirme que "(...) é possível pensar a gestão de uma forma integral em termos da relação dos atores com as suas necessidades, demandas e recursos específicos e com os momentos da gestão (projeto, implementação, monitoramento / avaliação)" (Hintze, 2014:250); 4. Participação: a sua origem encontra-se em relações horizontais e dinâmicas (em oposição a políticas de cima para baixo ou ao revés) como resultado de processos necessariamente conflitantes de negociação-consenso entre organizações da sociedade civil e do Estado.

Em escala nacional dos nossos países, apesar da ESS ter conseguido penetrar as agendas governamentais, existe consenso em que elas continuam sem ser prioritárias (Hintze, 2014; Marinho Alves da Silva, 2017; Singer e Schiochet, 2016; Sánchez, 2017) e como afirma Hintze, já é hora de ir saindo da etapa de "experimentalismo". Apesar de não termos espaço aqui para realizar um balanço sobre cada um dos países com maior desenvolvimento em se tratando de ESS, podemos dizer que elas continuam sendo vulneráveis aos ciclos políticos, inclusive havendo conseguido status constitucional. Por sua vez, embora tentem ser políticas integrais, não conseguem superar a fragmentação e a desarticulação, tanto em termos das políticas específicas de fomento (formação dos sujeitos políticos, comercialização, finanças, etc.) como em relação com as políticas setoriais e macroeconômicas; sendo chave a formação de gestores públicos comprometidos que participem na gestão das PESS (Schiochet e Fernandes da Silva, 2017), num contexto de estabilidade institucional e programática; e, por último, a corresponsabilidade entre os promotores e os promovidos que ainda não conseguem atingir um grau de visibilidade, discurso relativamente unificado entre as diferentes expressões da ESS e a mobilização política. Em definitiva, não se consegue ainda o poder suficiente para retroalimentar a dinâmica estatal transformadora.

## Descobertas recentes sobre políticas de economia social e solidária em cidades da América Latina

É em escala local onde está ocorrendo o maior reconhecimento da ESS. Nesse sentido, adquirem especial relevância os resultados do Projeto da UNRISD "Promoção da ESS através das políticas públicas: Diretrizes para os governos locais"[5] . Os casos mais interessantes nesse projeto são especialmente Montreal (Mendell et al, 2020) e Barcelona desde a posse da prefeita Ada Colau (Chavez Avila et al, 2020). O caso da América Latina analisado é o da Cidade do México (Herrera e Cañedo Villarreal, 2020), no qual os autores destacam a incapacidade governamental para orientar e canalizar o potencial transformador e inovador da ESS.

De qualquer forma, quando analisamos a experiência da América Latina, os desafios são mais complexos devido à existência de sociedades e Estados com restrições objetivas mais urgentes, que costumam estar endividados e, portanto, com menores graus de liberdade. Isto aprofunda a sua condição de subordinação. É uma situação que precisa reconhecer a existência da economia popular, as suas necessidades e uma abordagem compreensiva para a qual, antes de apresentar resultados de outros municípios mais auspiciosos que o mexicano em base à perspectiva destes autores, vamos expor a seguir uma classificação da qual falamos no final da oficina realizada durante a tarde do nosso encontro, e que permite entender melhor os alcances das experiências e contar com mais elementos para a tomada de decisões.

Trata-se da identificação de três grandes correntes de pensamento e ação da ESS na América Latina segundo Coraggio (2013), partindo do reconhecimento de que, apesar de cada uma das três correntes terem um alcance distinto, as três são significativas e, em certo sentido, necessitam-se mutuamente. Segundo o autor: "A primeira corrente procura a reinserção através do trabalho atuando em nível microeconômico. Caracteriza-se por um conjunto de práticas que se focalizam em conseguir a integração social e aliviar a pobreza através da

reinserção (ou a primeira inserção) de grupos de pessoas excluídas do mercado de trabalho (...) em direção ao autoemprego" (Coraggio, 2013: 13). Este autor esclarece que as práticas desta corrente são exclusivamente em nível microeconômico "(...) porque pensam em cadeias de valor, mecanismos de fornecimento ou de comercialização conjunta, etc. pois as relações assim consideradas são exclusivamente de troca baseadas em contratos segundo as leis do mercado ou as suas variações (acordos de conveniência que finalizam quando o cálculo indica que existem melhores opções)" (Coraggio, 2013: 14). Segundo o autor, trata-se de uma corrente focalizada nas esferas da produção e circulação de mercadorias, que não propõe uma crítica ao mercado como instituição e que é orientada aos mais pobres.

Por outro lado, identifica "(...) uma segunda corrente que procura a criação de um setor orgânico (subsistema) de ESS, [a qual] estaria conformada pelas práticas que, iniciadas como as anteriormente descritas ou pulando 'etapas', vão além

(...). Adverte-se que faz falta ter redes não meramente econômicas, mas de reciprocidade, de solidariedades sociais e políticas. Espera-se que essas solidariedades sejam concretizadas na formação de sujeitos coletivos, como em associações locais pró-desenvolvimento local, ou em diversas associações setoriais e transversais de trabalhadores autogeridos. Neste caso, desde o começo da intervenção trata-se de evitar a fragmentação dos empreendimentos e promover a conformação de um setor articulado orgânico. (...) Trata-se também de entender o processo econômico como um todo: produção, distribuição, circulação e consumo, gerando associações de produtores, de comerciantes, de financiadores, de consumidores, mas, além disso, de ser capazes de criar articulações conscientes entre todos eles como atores e sujeitos. Também é fundamental incluir as ações para conseguir melhores relações de reciprocidade e redistribuição através do Estado: alocações monetárias, renda cidadã, taxas de juros, taxas e impostos, acesso a bens públicos (saúde, educação, serviços subsidiados como transporte, energia, água, etc.). Pois sem elas faltaria um piso básico que protege os produtores contra a alta vulnerabilidade que possuem os seus empreendimentos. Significa partir da economia popular e de sua cultura colonizada, subordinada e individualista, mas apoiando-se em componentes solidários sem os quais não se conseguiria a sobrevivência (...). Procura-se construir inclusive o microeconômico, começando por uma antecipação das cadeias possíveis, e daí conseguir que atores ou sujeitos vão gerando mais ou menos paralelamente os empreendimentos que serão articulados (...). Dessa forma, não se trata de um resultado de um mecanismo do mercado, mas de uma construção consciente que pode, aliás, ter outros objetivos (por exemplo: a segurança alimentar, embora não seja 'eficiente'" (Coraggio, 2013: 14-16).

Por último, uma terceira corrente que: "pensa e atua também em nível sistemático; vai além da proposta de construir um subsistema de ESS dentro de uma economia mista. Procura a construção de Ou-

tra Economia (outro sistema econômico). Aqui existe uma tentativa de buscar formas de "superação" do sistema cultural capitalista, impulsionando não somente a crítica teórica e prática das relações de exploração capitalista do trabalho, mas também as próprias do patriarcado e de outras formas de exploração. Pretende estabelecer uma relação de contradição e conflito contínuo com a economia do capital e a do Estado. Isto pressupõe não apenas uma proposta diferente e separada, mas também superior às práticas próprias do capital, disputando o sentido de critérios, práticas, propostas em nível micro e meso-socioeconômico, em uma luta onde a economia, a política e a cultura estão fortemente imbricadas" (Coraggio, 2013: 21).

Em Muñoz (2020) realizamos uma tentativa de operacionalização destas correntes para distinguir o sentido maioritário que os governos locais estavam dando à ESS e aplicamos isso à análise de um trabalho de campo feito na Argentina, onde identificamos as cidades que faziam gestão PESS na Conurbação Bonaerense[6] entre 2016 e 2018, o qual fez parte de um trabalho mais amplo, tanto da tese de doutoramento da autora[7] como de um projeto de pesquisa do CONICET coorientado também pela autora[8].

Nessa pesquisa rebatizamos a primeira corrente (com a aceitação de Coraggio) com o nome de "economia popular mercantilista", e a segunda como "ESS propriamente dita", e fizemos a classificação com base em quatro dimensões de análise:

• **A primeira dimensão** baseia-se em nossa interpretação dos níveis de ação entre o microeconômico e o meso-socioeconômico que os municípios têm ao redor das PESS. Não detectamos intervenções em nível sistêmico e, portanto, circunscrevemo-nos à primeira (nível micro) ou à segunda corrente (nível micro e meso);

• **A segunda dimensão** analisa os instrumentos de política utilizados pelos municípios, encontrando dentro da primeira corrente aqueles que se dedicam à reinserção mercantil de empreendimentos mercantis para prosperar nos mercados convencionais[9]. Se além desses instrumentos, consideram-se outros tipos de mercados (com preços administrados, de comércio justo, etc.) e leva-se em conta também o reprodutivo, por exemplo, através do consumo ou do habitat, pertencerão à segunda corrente;

• **A terceira dimensão** considera se os empreendimentos associativos fazem ou não parte dos destinatários dessas políticas. A divisória não é uma forma jurídica específica, como pode ser a cooperativa, mas é, em geral, o reconhecimento das formas associativas dentro dos destinatários da PESS. Se somente estão destinados a indivíduos, classificam-se na primeira corrente, e se consideram empreendimentos associativos, na segunda;

• **A quarta dimensão** considera a existência de mecanismos de participação de atores da ESS nas PESS como indício de uma crescente vocação para a construção ou para o fortalecimento (onde já existam) de sujeitos coletivos que, entre outras questões, problematizem o econômico e o político e decidam desenhar as políticas públicas para o setor. Sobre este ponto, o reconhecimento da ESS como um meio de democratização das políticas públicas torna-se imprescindível. Também é mister lembrar a distinção que realiza Vaillancourt (2011) entre coprodução e coconstrução: "Por um lado, a coprodução faz referência à participação dos atores da sociedade civil e do mercado na implementação das políticas públicas. Por outro lado, a coconstrução remete à participação destes mesmos atores na elaboração das políticas públicas. Assim, a coconstrução situa-se antes da adoção das políticas públicas, enquanto que a coprodução chega depois, no momento da sua aplicação" (Vaillancourt, 2011:2). Para a nossa classificação, consideramos que se trata da primeira corrente se as PESS são construídas sob a cultura monoprodutora do Estado, ou seja, sem participação em nenhuma instância, e da segunda, se são participativas, sendo cada vez mais próprias da ESS na medida em que se avança na coconstrução.

A análise destas quatro dimensões de maneira agregada trouxe como resultado que a metade dos municípios foram classificados com um sentido maioritário dentro da primeira corrente (Hurlingham, Ituzaingó, La Matanza, Lomas de Zamora, Quilmes, San Miguele Tigre); três casos foram considerados como da ESS propriamente dita (Avellaneda, Gral. San Martín e Moreno); enquanto outros quatro casos têm indícios de ESS, mas ainda precisam de uma maior trajetória para determinar a qual das duas correntes pertencem (Alte. Brown, Berazategui, Florencio Varela e Malvinas Argentinas). Ou seja, o exercício permitiu construir uma tipologia dos municípios onde, apesar da corrente de economia popular mercantilista continuar sendo dominante, surgiram casos classificáveis como ESS e outros com indícios interessantes nesse sentido. Por sua vez, sustentamos a hipótese de que, se contássemos com o trabalho de campo atualizado, seria possível que ao menos dois desses últimos (Berazategui e Florencio Varela) já pudessem ser classificados como ESS. O quadro seguinte resume as descobertas encontradas nos 14 municípios da Conurbação bonaerense que possuíam PESS para o período da análise mencionada.

Não possuímos avaliações sobre estas políticas, sejam de impacto nos destinatários das políticas e das cidades, seja em termos mais gerais. Sem dúvidas, encontramos mais potencialidades na

| Distrito da CB (Conurbação Bonaerense) | Instrumentos das PESS excedem (re)inserção | Empreendimentos associativos como destinatários de PESS | Quantidade de PESS coproduzidas/ coconstruídas | Níveis de ação | Sentido majoritário PESS |
|---|---|---|---|---|---|
| Almirante Brown | NO | NO | 1 PESS | Micro | Economia popular com indícios de ESS |
| Avellaneda | SÍ (8) | SI | 4 PESS | Micro-meso | Economia social e solidária |
| Berazategui | SÍ (3) | SI | 2 PESS | Micro-meso | Economia popular com indícios de ESS |
| Florencio Varela | SÍ (1) | SI | 1 PESS | Micro-meso | Economia popular com indícios de ESS |
| Gral. San Martín | SÍ (10) | SI | 6 PESS | Micro-meso | Economia social e solidária |
| Hurlingham | NO | NO | 2 PESS | Micro | Economia popular mercantilista |
| Ituzaingó | SÍ (1) | NO | NO | Micro | Economia popular mercantilista |
| La Matanza | SÍ (3) | NO | NO | Micro | Economia popular mercantilista |
| Lomas de Zamora | NO | NO | NO | Micro | Economia popular mercantilista |
| Malvinas Argentinas | SÍ (1) | SI | 1 PESS | Micro | Economia popular con indícios de ESS |
| Moreno | SÍ (9) | SI | 6 PESS | Micro-meso | Economia social solidária |
| Quilmes | NO | NO | NO | Micro | Economia popular mercantilista |
| San Miguel | NO | NO | 2 PESS | Micro-meso | Economia popular mercantilista |
| Tigre | NO | NO | NO | Micro | Economia popular mercantilista |

**Fonte:** Muñoz, R. (2020). "¿Cuál economía social y solidaria? Prácticas y sentidos mayoritarios atribuidos por políticas locales en Argentina (2016-2019)" V Congreso Internacional de Estudios do Desenvolvimento (V CIED)

segunda corrente e nos quadros de transição da primeira para a segunda, conforme desenvolvemos no seguinte e último ponto deste trabalho.

## Potencialidades durante a pandemia e para a conjuntura pós-pandêmica

Na crise sistêmica atual persistem tentativas de fazedores de política que tentam assimilar a ESS com as PMEs convencionais e inclusive ficam excluídas das principais políticas e sistemas de proteção[10] ; e a isso se adicionam pressões por exagerar o papel que podem chegar a ter os negócios sociais sobre as práticas comunitárias tal qual afirma Laville et al (2019); e as persistentes práticas que tentam delimitar o imaginário das ESS a alguns ramos de atividade mais tradicionais ou a populações focalizadas; em definitiva, de minimizar o seu alcance. A verdade é que em diversos territórios a ESS está dando conta da sua amplitude, consolidação e resiliência; para além da crise, seja no contexto do vírus neoliberal seja no da Covid e pode ter um papel chave na conjuntura pós-pandêmica se na sociedade e no Estado começarem a receber um maior reconhecimento e apoio.

Na atualidade, perante a crise causada pela pandemia da Covid-19, tanto a redistribuição (sistema público do Estado), como a reciprocidade tiveram que buscar a ajuda do oikos (fazendo referência à produção doméstica ou da casa) para a solução das necessidades individuais e coletivas, especialmente da saúde e dos cuidados, como afirma Polanyi (1957). Baseado nisso está sendo criado o terreno para que as vozes dos atores não estatais da ESS e os estatais que vêm apoiando à ESS antes da pandemia, sejam ouvidas com maior atenção nas discussões e na construção das agendas políticas sobre o que fazer e como fazer em se tratando da solução de necessidades, tendo mais esperanças sobre as regulamentações aos mercados.

Estão surgindo fóruns globais, redes, incorporações da temática e atualizações no mundo todo. O próprio fórum global de economia social[11] será sobre governos locais e economia social . É por isso que é fundamental sistematizar o aprendido nas cidades com longa trajetória em nossos países, sendo importante reconhecer as diferenças analíticas propostas no item anterior e os lugares das decisões políticas a partir dos indispensáveis diálogos entre todos os atores envolvidos, incorporando também o resto do entramado socioeconômico, político e cultural que ainda não se relaciona com a ESS.

Em virtude do que foi trabalhado nas aulas dos workshops durante o evento, proponho finalizar este artigo voltando a pôr o foco nos instrumentos de política, em um contexto como o atual onde estão sendo construídos os cimentos para "a nova normalidade", em processos que longe de serem universais e generalistas, são mais particularistas e demorados, mas também, mais sustentáveis e profundos porque vão construindo instrumentos de política que podem ser entendidos como satisfatórios no sentido de Max-Neef et al (1986).

Devido ao espaço que aqui temos, escolho aprofundar somente sobre dois instrumentos. Um referido aos intercâmbios e o outro financeiro. A respeito do primeiro, é comum que os governos locais invistam tempo e recursos em sistemas de feiras, geralmente em praças centrais ou periféricas, sejam elas fixas ou itinerantes. No entanto, são relativamente poucas as experiências que contam com políticas de compra pública à ESS (e portanto, sistemática, previsível, etc.). Em termos do fortalecimento da ESS, as diferenças entre um e outro instrumento são claras: nas feiras é o mercado que define a efetiva compra dos bens ou serviços oferecidos, enquanto que no segundo, a aquisição é garantida pela própria política pública[12] , beneficiando-se também diretamente o Estado, como falamos antes, ao pagar preços geralmente mais baixos por não haver intermediação nos lucros.

Em nossa pesquisa na Conurbação bonaerense, somente o Município de San Martín possuía uma política com essas características[13] (ao passo que quase todos os municípios possuíam feiras), embora concentrada fundamentalmente nas compras da Secretaria que promove a ESS: Desenvolvimento Social. Segundo uma entrevista realizada aos funcionários da área, 40% das compras da feira

destina-se à ESS, sendo que antes da pandemia estimam que não chegava a 10%. Apesar de se tratar na sua grande maioria de alimentos, avança-se na diversificação.

Para conseguir essa velocidade de resposta durante a pandemia, a prefeitura já possuía um arcabouço institucional, saberes e vínculos que foram sendo construídos durante mais de uma década. Existe uma normativa local específica para as compras públicas[14] e o financiamento, o qual foi reforçado por uma política do INAES[15] no contexto da pandemia, conduzido sob a perspectiva do Eng. Mario Cafiero. Para o início de formação deste arcabouço foi indispensável, como explicam Torrano e Paez (2015), cadastrar as empresas sociais, cooperativas e recuperadas, e também os fornecedores municipais. Isto implicou realizar reuniões e ajustes com o setor de Compras da Prefeitura e o acompanhamento para a consecução dos procedimentos exigidos pela própria Prefeitura. Vale ressaltar que a regulamentação municipal de incentivo às compras públicas foi coconstruída por ocasião da Mesa de Gestão Compartilhada de Empresas Recuperadas de San Martín, que nasceu em 2012.

Instrumentos de política mais sofisticados, coconstruídos juntamente com os destinatários coletivos da política, são elementos que no item anterior foram fundamentais para a classificação de San Martín como município de ESS, ou seja, na segunda corrente de Coraggio. A respeito disto, é interessante recuperar as palavras do Secretário de Desenvolvimento Social que mostram claramente este enfoque numa entrevista dada em profundidade há alguns anos (Minteguia, 2017): "Quando desde a política pública é procurado impactar sobre esta realidade, não é possível deixar de fora os atores da Economia Popular e da Economia Social (eu faço o emparelhamento desses dois termos). Devem ser trazidos e convidados o tempo todo a participar nesses processos associativos porque senão, desaparecem, morrem. Trata-se do fiozinho mais fino por onde a coisa vai se cortar. Nós não podemos encorajá-los com algo para que sejam carne para canhão, como o empreendedorismo individual... Porque estariam todos mortos em pouco tempo"[16].

Esta perspectiva aterrissada na esfera da circulação pode por sua vez ser complementada com ferramentas que receberam uma maior atenção na pandemia, como o cooperativismo de plataformas (Vannini, 2019) que, ao contrário das plataformas com fins lucrativos, sustentam-se com software livre, propõem um desenvolvimento de modo descentralizado a partir da intercooperação entre plataformas, podem contar com o apoio estatal[17] e problematizam a questão da proteção de direitos dos trabalhadores. Propostas como estas, combinadas com sistemas de trocas solidárias desenvolvidas por Mance no encontro, que também fazem parte deste caderno e que, entre outras questões, permi-

tem tematizar sobre o papel da moeda, os sistemas bimonetários a partir da criação de moedas sociais de ampla e sempre crescente aceitação em nível local e o uso estratégico de cada uma das moedas em função das necessidades locais.

Neste sentido, talvez seja a Prefeitura de Maricá (Souza do Nascimento Pereira et al, 2020; Benites da Silva, 2019; Quaquá e Braga, 2017) a que maior experiência tenha a respeito disto. Possui uma normativa específica, uma plataforma de dinheiro digital e um banco comunitário[18] que articulam com a Prefeitura e que durante a pandemia aprofundou a sua estratégia de promoção da assistência social em articulação com os comércios locais, aumentando o Programa de Renda Básica da Cidadania em mumbucas de 130 a 300 (equivalentes a 300 reais) para tentar compensar os efeitos da Covid em uma das populações mais vulneráveis.

O financeiro é o segundo instrumento com o qual vamos exemplificar as potencialidades desta economia e como promovê-la desde o local. A nossa pesquisa mostrou que as PESS na Conurbação bonaerense concentram-se todas no microcrédito (Muñoz, 2019). Em base a uma pesquisa anterior (Muñoz, 2007) sobre o Município de Moreno e anos de pesquisa posterior em diferentes territórios, afirmamos que o microcrédito mais do que promover processos de desenvolvimento desde o local, circunscreve-se à gestão da emergência. Alguns dos depoimentos afirmavam: "É como para que não desapareçam... Se não fosse pelo microcrédito, os comércios do bairro já não estariam funcionando"; "nos perguntamos se o que estamos fazendo não é para mantê-los sempre pobres ... para que não deixem de ser pobres"; "não queremos que seja para sobrevivência, os assessores dizem que as pessoas vão melhorando aos poucos, mas vão melhorando"; "serve para que estejam menos apertados e mais tranquilos, porque sabem que existe o crédito e que podem cobrir com ele o que for mais urgente". Ou seja, é necessária uma orientação política específica para reverter as imposições da tecnologia microfinanceira. Segundo a nossa experiência, são poucos os casos que conseguem ter sucesso e a literatura é escassa a respeito disso com base em uma perspectiva de finanças solidárias.

Em termos mais gerais, é importante considerar e lembrar que existe uma ampla diversidade de práticas e instrumentos de financiamento, de acordo com a própria diversidade da ESS e que nos concentrarmos em um só instrumento reduz as possibilidades de desenvolvimento, ao que se soma que as políticas centradas na oferta mostraram a pouca eficácia que possuem (Mendell y Neamtan, 2018), sendo um problema da nossa região a concentração nas microfinanças (Barco Serrano et al, 2019).

Nesse sentido, expressões como as de Walter Marcolini, Prefeito de Gral. Alvear que esteve presente no nosso evento, como "encorajar-nos para sonhar com outro sistema financeiro na Argentina", recuperando a figura das caixas cooperativas de crédito e a sua capacidade de intermediação local, junto com uma diversificada bateria de instrumentos financeiros que desenvolve na sua cidade[19] , mostra o horizonte do possível, inclusive dentro do reduzido marco legal nacional. Deste modo, na cidade de Mendoza, o microcrédito não é o único instrumento financeiro efetivamente disponível para a ESS, sendo também utilizado pelas unidades econômicas às que resulta adequado, de modo a, por exemplo, não deixar reduzidas as possibilidades de investimento a médio prazo somente à economia convencional.

Fechamos este trabalho comemorando mais uma vez a incorporação da ESS na agenda das Cidades Educadoras. Trata-se de uma instância muito valiosa, que com certeza pode ser tomada como um ponto de inflexão para a possibilidade de construção de cenários que visibilizem e avancem tanto na solução de problemas estruturais nas cidades como na criação de alternativas surgidas desde o local em sintonia com a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que ainda não estão sendo o suficientemente tematizados nem tratados em conjunto com a ESS como fazemos na agenda global, quando existem pontes e horizontes comuns[20].

**Notas:**

1. Uma revisão sintética da trajetória conceitual e histórica, juntamente com o problemático que resulta "emparentar" a autogestão com o empreendedorismo, encontram-se em: Rodríguez, M.C.; Ciolli, V. (2011). "Tensiones entre el emprendedorismo y la autogestión: el papel de las políticas públicas en este recorrido". Org & Demo, Vol. 12. N° 1.
2. Sugere-se a leitura do trabalho de Coraggio, J.L. (2018). "Potenciar la Economía Popular Solidaria: una respuesta al Neoliberalismo". Otra Economía. Vol. 11. N°. 20.
3. São empresas que manifestam explicitamente ter, além dos fins de acumulação, um bom desempenho social e ambiental. As do tipo B possuem uma certificação própria (www.sistemab.org). Sugere-se a leitura do seguinte artigo, no qual é analisado este tipo de experiências na Argentina: Berger, G.; L. Blugerman, L. (2021) "The Evolution of the social and impact economy in Argentina", in: Gidron, B.; Domaradzka, A. (eds.). The New Social and Impact Economy. London, Springer Nonprofit and Civil Society Studies..
4. Para aprofundamento do tema, ver Defourny, J.; Nyssens, M.; Brolis, O. (2019). "Latin American social enterprise models in a worldwide perspective" in Gaiger, L.I.; Nyssens, M.; Wanderley, F. (eds.) Social Enterprise in Latin America. Theory, Models and Practice. Routledge, New York. Disponível em: https://orbi.uliege.be/bitstream/2268/245376/2/Chapter%2011%20LA%20pour%20Orbi.pdf
5. www.unrisd.org/80256B3C005BB128/(httpProjects)/6D84BAF50632AB5DC125842E00348D92?OpenDocument
6. Seguimos a definição do Instituto Nacional de Estatística e Censo (2005) que abrange 24 jurisdições ou municípios que contornam a Cidade de Buenos Aires e, administrativamente, pertencem à Província de Buenos Aires. Segundo o último censo populacional (2010), aí se concentra quase 30% da população do país (11.948.8759), em menos de 0,10% da área continental, em um contexto de profundo desenvolvimento espacial desigual. Veja-se: "¿Qué es el Gran Buenos Aires?". Disponível em: https://www.indec.gob.ar/dbindec/folleto_gba.pdf
7. Muñoz, R. (2021) "La promoción estatal de la economía social y solidaria desde lo local. Aprendizajes y desafíos en los municipios del Conurbano Bonaerense en perspectiva comparada (2012-2018)". Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, em processo de edição. Orientadora: Susana Hintze, Coorientador: José Luis Coraggio.
8. Projetos de Pesquisa Orientado (PIO) "Políticas sociales y económicas en los municipios del Conurbano Bonaerense" (CONICET-Universidade Nacional de General Sarmiento). Sugere-se ver, com dados preliminares, o documento de difusão: Muñoz, R. (2017). "Políticas de economía social y solidaria en municipios del Conurbano Bonaerense. Avances en su institucionalización". Newsletter de setembro de 2017 do Observatório da Conurbação Bonaerense (ICO-UNGS). Nota central. Disponível em: http://observatorioconurbano.ungs.edu.ar/Newsletter/2017Septiembre/index2.html
9. Entre os que o autor identifica: "(...) formação (injeção de espírito de empresa, contabilidade, conhecimentos sobre os trâmites ou outras relações com o Estado, identificação de mercados potenciais, métodos de propaganda e comercialização, seleção de técnicas de produção, gestão elementar do negócio e, muito importante para muitos promotores, una nova cultura de separação do empreendimento e a família); doação de uma dotação de meios iniciais de produção ou um crédito inicial para adquiri-los; acesso recorrente ao crédito para acompanhar o processo de consolidação ou para atender necessidades de consumo dos empreendedores [...] [detalhando depois mais especificamente] o microcrédito, as incubadoras de empreendimentos mercantis, as mesmas cartilhas de formação, regulações que reconheçam estas formas em sua especificidade e facilitem o seu funcionamento: que possam faturar as suas compras e vendas, pagar ou ser isentos de impostos, receber apoios do Estados, ter acesso a créditos, etc." (Coraggio, 2013:13-14).
10. Por exemplo, na Argentina, o Programa de Assistência de Emergência ao Trabalho e à Produção (ATP) que tinha como objetivo amortecer o impacto econômico gerado pela crise da Covid-19 deixou fora em dois dos seus quatro componentes às cooperativas de trabalho (que representam 69% das cooperativas do país) ao considerar somente empresas com funcionários com carteira assinada. Por sua vez, segundo fontes oficiais, do total de empresas que tiveram acesso ao componente de cobertura do salário complementar do ATP, somente 0,41% eram cooperativas e associações mutuais. Para mais informação, sugere-se ler a análise desenvolvida em: Muñoz, R.; Zamora, A. (2021). "Public policies for social and solidarity economy in Argentina during the COVID-19 pandemic. Preliminary reflections from the INAES case". Artigo que será apresentado na 15th Karl Polanyi Conference. Disponível em breve em: https://www.concordia.ca/research/polanyi/news-events/conferences.html
11. www.gsef2021.org
12. Nos países do norte existe maior difusão e reconhecimento, tanto por parte dos Estados como das experiências de ESS que produzem materiais interessantes a respeito disso. Veja-se, por exemplo, Lesmes Zabalegui, S.; Konstumitu, Z. (2020). "Guías prácticas para la compra pública responsable. Cadena de Suministros: Producción, Distribución y Consumo". REAS Eukadi, disponível em: https://base.socioeco.org/docs/guia_cpr_01.pdf
13. Sugere-se assistir à aula no link: https://www.argentina.gob.ar/herramientas-de-la-economia-social-y-solidaria-para-el-desarrollo-local/inaes-fam-clase-9
14. Regulamentações Municipais: Ordenanza N° 11.327/2011: Fondo de Financiamiento Solidario, Ordenanza N°11.262/2012: Régimen de empadronamiento de empresas sociales y cooperativas, Ordenanza N°11.835/2015: Programa de Incentivo de compras municipales a empresas sociales y cooperativas
15. Este financiamento em nível nacional destinado ao que é local já foi concedido através de uma federação de cooperativas em novembro de 2020 em forma de créditos em sua totalidade, depois foi devolvido e novamente concedido e outra vez devolvido. Ou seja, em menos de cinco meses já está iniciando o seu terceiro envio, facilitando as compras públicas municipais através do cooperativismo, principalmente, de trabalho.
16. O título da entrevista completa é: "Políticas de economía social y solidaria para emancipar a los actores", disponível em: http://observatorioconurbano.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/Entrevista-Oscar-Minteguia-versionfinal-29.08.pdf. Também, sugere-se ver a primeira aula do curso realizado conjuntamente entre o INAES e a Federação Argentina de Municípios (FAM): "Herramientas de la Economía Social y Solidaria para el Desarrollo Local" que inicia com as palavras do Secretário, disponível em: https://www.argentina.gob.ar/herramientas-de-la-economia-social-y-solidaria-para-el-desarrollo-local/inaes-fam-clase-1
17. Recomenda-se assistir à aula, disponível em: https://www.argentina.gob.ar/herramientas-de-la-economia-social-y-solidaria-para-el-desarrollo-local/inaes-fam-clase-10
18. Para mais informação, ver: https://institutoedinheiromarica.org/
19.Veja-se uma palestra específica sobre o tema: https://www.argentina.gob.ar/herramientas-de-la-economia-social-y-solidaria-para-el-desarrollo-local/inaes-fam-clase-11
20. Sugere-se a leitura do material da Conferência Internacional de UNTFSSE (UNSRID): "La Implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): ¿Qué papel desempeña la Economía Social y Solidaria (ESS)?". Genebra, 25-26 de junho 2019. As nossas reflexões sobre o tema estão disponíveis em: Muñoz, R.; Cura O. (2019). "Hacia una evaluación integral de la ESS. Una propuesta de operacionalización desde Argentina": https://knowledgehub.unsse.org/es/knowledge-hub/hacia-una-evaluacion-integral-de-la-ess/

**Bibliografía**


- Barco Serrano, S.; Bodini, R, Roy, M.; Salvatori, G. (2019). "Financial mechanisms for innovative social and solidarity economy ecosystems". Euricse Research Report for the International Labour Office (ILO), Geneva. Disponible en: www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_728367.pdf
- Benites da Silva, T. (2019). "Política municipal de economia solidária: O caso do Banco Comunitário Popular de Maricá". Ponencia presentada en el XVI Encontro nacional de engenharia e desenvolvimento social "Amazônia: espaço de luta, inovação e tecnología". Belém, Pará, Brasil. Disponible en: http://eneds.net/anais/index.php/edicoes/ENEDS2019/paper/viewFile/674/547
- Clemente, A. (2019) "Los vectores del desarrollo y el bienestar a nivel territorial. El caso de las políticas de desarrollo y economía social" en García, A.; Rosa, P. (coords.) Excluidos financieros. Actores, políticas y estrategias en la Argentina del siglo XXI. Cooperativa El Zócalo Ed., Buenos Aires.
- Coraggio, J.L. (2011). "Territorio y economías alternativas", en Coraggio, J.L. Economía social y solidaria. El trabajo antes que el capital. Acosta, A.; Martinez, E. (eds.). Quito, Ediciones Abya Ayala. Una versión preliminar de este texto se recupera de: www.coraggioeconomia.org
- (2013). "Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria". Revista brasileira de estudos urbanos e regionais (RBEUR). Vol. 15, N° 2.
- (2020). "Economía social y economía popular: Conceptos básicos" Serie Contribuciones de Consejeres N° 1. Documentos del Consejo Consultivo del Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social. Disponible en: www.argentina.gob.ar/sites/default/files/coraggio.pdf

Chaves-Avila, R., Via-Llop, J.; Garcia-Jané, J. (2020). "La política pública de fomento de la economía social y solidaria en Barcelona (2016-2019)". Documento de trabajo 5 S. Ginebra, UNRISD.

- Fernández, V.R.; Cardozo, L.G. (2018). "Transformaciones estatales y reemergencia regional: ¿cómo pensar y actuar más allá de las estrategias neoliberales en la periferia latinoamericana?" en Coraggio, J.L.; Muñoz, R. (dirs.) Economía de las ciudades de América Latina hoy. Vol. I: Enfoques multidisciplinarios. Ediciones UNGS, Los Polvorines. Disponible en: https://ediciones.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/2018/11/9789876303965-completo.pdf
- Fonteneau, B.; Neamtan, N.; Wanyama, F.; Pereira Morais, L.; Poorter, M. (2010). Economía social y solidaria: construyendo un entendimiento común. Academia sobre Economía Social y Solidaria. CIF-OIT, Torino.
- Hintze, S. (2010). La política es un arma cargada de futuro: economía social y solidaria en Brasil y Venezuela. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, CICCUS.
- (2014). "Alcances y desafíos de las políticas públicas para la economía popular solidaria" en Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria (IEPS). La economía popular y solidaria. El ser humano sobre el capital. IEPS-MIES, Quito.
- Laville, J.L.; França Filho de Carvalho, G.; Eynaud, F.; dos Santo, L.L. (2019). "Social Enterprise as a Tension Field. A Historical and Theoretical Contribution Based on the Sociology of Absences and Emergences" in Gaiger, L.I.; Nyssens, M.; Wanderley, F. (eds.) Social Enterprise in Latin America. Theory, Models and Practice. Routledge, New York.
- Marinho Alves da Silva, R. (2017). "Políticas públicas de economia solidária no Brasil. Conquistas de direitos e desafios institucionais". Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo. São Paulo, v.1.1.
- Max-Neef, M., Elizalde, A.; Hopenhayn, M. (2010[1986]) "Desarrollo a Escala Humana: Una opción para el futuro". Número especial de la Revista Development Dialogue, CEPAUR/ Fundación Dag Hammarskjöld, Santiago de Chile. Edición biblioteca Ciudades para un Futuro más Sostenible (CF+S). Disponible en: http://habitat.aq.upm.es/deh/adeh.pdf
- Mendell, M.; Neamtan, N. (2018). "Developing an Ecosystem of Social Finance: Québec's Experience" in CITIES. Strategy for knowledge transfer of social finance. Best practices of Québec and strategy for adaptation to Seoul. Centre international de transfert d'innovations et de connaissances en économie sociale et solidaire (C.I.T.I.E.S.). Montréal.
- Mendell, M., Neamtan, N.; Yi, H. (2020). "Public Policies Enabling the Social and Solidarity Economy in the City of Montreal". Working Paper 2020-4. Geneva, UNRISD.
- Muñoz, R. (2007) "Alcance de las microfinanzas para el desarrollo local. Microcrédito en el Conurbano Bonaerense: el Banco Social Moreno y Horizonte" en Muñoz, R.; Verbeke G.; Carbonetti, C.; Ozomek, S. (2007). Las finanzas y la economía social. Experiencias argentinas. Buenos Aires, Editorial Altamira. https://ediciones.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/2020/07/9789879017692-completo.pdf
- (2019). "Políticas municipales de economía social y solidaria basadas en instrumentos de financiamiento. Situación actual y perspectivas en el Conurbano Bonaerense" en García, A.; Rosa, P. (coords.) Excluidos financieros. Actores, políticas y estrategias en la Argentina del siglo XXI. Cooperativa El Zócalo Ed., Buenos Aires.
- (2020). "¿Cuál economía social y solidaria? Prácticas y sentidos mayoritarios atribuidos por políticas locales en Argentina (2016-2018)". V Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo (V CIED). "Desafíos al desarrollo: procesos de cambio hacia la justicia global". Bilbao, 27-29 de mayo, 2020. Disponible prontamente en: https://vcied.org/
- Narodowski, P. (2007). La Argentina pasiva. Desarrollo, subjetividad, instituciones, más allá de la modernidad. El desarrollo visto desde el margen de una periferia, de un país dependiente. Buenos Aires, Prometeo libros.
- Polanyi, K. (2012 [1957]). "La economía como proceso instituido", en Polanyi, K. Textos Escogidos. Estudios introductorios de Laville, J.L.; Mendell, M.; Polanyi Levitt, K. y Coraggio, J.L. Los Polvorines, UNGS-CLACSO.
- Quaquá, W.; Braga, A. (2017). "Finanças solidárias. Maricá a caminho da economia solidária e popular sustentável". Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo. Vol.1. N°1.
- Rojas Herrera, J.J.; Cañedo Villarreal, R. (2020). "Políticas de fomento de la economía social y solidaria: estudio de caso de la Ciudad de México". Documento de trabajo 2020 7S. Ginebra, UNRISD.
- Singer, P.; Schiochet, V. (2016). "La construcción de la economía solidaria como alternativa al capitalismo" en Coraggio, J.L. (org.). Economía social y solidaria en movimiento. Los Polvorines, Ediciones UNGS.
- Sánchez, J. (2017). "Institucionalidad y políticas para la economía popular y solidaria: balance de la experiencia ecuatoriana" en Coraggio, J.L. (ed.). Miradas sobre la economía social y solidaria en América Latina. Los Polvorines, Ediciones UNGS.
- Schiochet, V.; Fernandes da Silva, R. (2017). "A formação de gestores na política pública de economia solidária". Revista Mundo do Trabalho Contemporaneo. Unitrabalho. Vol.1. Nº 1.
- Souza do Nascimento Pereira, A.; Zeidan Cardoso Siqueira, D.; Thevénard Senra, L.; Melo Costa, N. (2020). "As políticas públicas de economía solidária no Município de Maricá/RJ". Mercado de trabalho N° 70.
- Torrano, M.; Paez, D. (2015). "Los desafíos de la gestión local en relación con las empresas recuperadas por sus trabajadores: la experiencia de la mesa de trabajo de gestión compartida en San Martín". Ponencia presentada al V Encuentro Internacional de la Economía de los Trabajadores: Alternativas desde la autogestión y el trabajo frente a la crisis económica global. Falcón - Península de Paraguaná - Punta Cardón, Venezuela, del 22 al 26 Julio 2015.
- Vaillancourt, Y. (2011). "La economía social en la co-producción y la co-construcción de las políticas públicas" Revista del Centro de Estudios de Sociología del Trabajo Nº 03.
- Vannini, P. (2019). "Capitalismo cognitivo y plataformas, una mirada desde la economía social". Revista Idelcoop. N°228. Disponible en: www.idelcoop.org.ar/sites/www.idelcoop.org.ar/files/revista/articulos/pdf/pg_11-19.pdf

**José Luis Coraggio**

Economista argentino. Professor Emérito da Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS) e reitor eleito entre 1998 - 2002. Professor Pesquisador-Docente Titular da Área de Sistemas Econômicos Urbanos no Instituto do Conurbano da UNGS (1995-2014). Professor Honoris Causa e Diretor Acadêmico do Mestrado de Economia Social da UNGS (2003 até o presente). Doutor Honoris Causa da Universidade Nacional de Misiones. Professor Honorário da Universidade Central do Equador. Membro Associado Honorário da Associação Brasileira de Pesquisadores da Economia Social. Fundador e cocoordenador da Rede Latino-americana de Investigadores de Economia Social e Solidária (RILESS), e codiretor da Revista Otra Economía patrocinada pela Rede.

## Perante a crise que estamos vivenciando, é possível a economia social e solidária apresentar-se como marco para a política pública a partir do local

Muito se fala sobre a pandemia e a pós-pandemia, mas eu quero fazer uma breve referência à pré-pandemia. Durante quarenta anos houve aqui uma pandemia de um vírus invisível, o do mercado livre, um vírus neoliberal, contagioso, que penetrou na política e na sociedade, que mercantilizou a natureza e as relações sociais, e especialmente o trabalho, que destruiu a vida humana e a da natureza e que precipitou a crise social e ecológica que temos à vista.

Essa pandemia é o alicerce da pandemia sanitária, a do coronavírus, que faz visíveis essas forças destrutivas subjacentes. Nossa hipótese é que a pandemia da saúde desaparecerá, talvez em dois anos, mas que a pandemia do mercado desencadeará uma longa luta por outra economia, uma luta entre o retorno à "normalidade" e a transformação da realidade, transformando a cidade.

Partindo de um olhar transformador, podemos nos perguntar: - Como orientarmos no futuro o quefazer público se desejamos uma cidade mais justa, mais racional desde a perspectiva da vida? Uma cidade educadora é uma cidade que aprende fazendo. O que temos aprendido nessas décadas gerindo cidades desiguais, injustas, polarizadas entre centros elitistas de grandes negócios imobiliários e periferias ou comunidades miseráveis? Quais conceitos podemos formular para que nos guiem?

Aparentemente temos duas opções. A primeira é adotar o esquema mental neoliberal, hegemônico — porque penetrou no senso comum das pessoas em geral e dos profissionais — que é o mercado cêntrico. Em geral, o diagnóstico dos problemas é que faltou mais mercado, que houve interferência com suas leis naturais (por exemplo, que a responsabilidade é do Estado devido às suas intervenções).

A proposta é sistemática: continuar liberando o mercado global no qual cada um — uma pessoa, um grupo, uma empresa — busca o melhor para si concorrendo com os demais, e onde vale tudo. Cada um é responsável por sua situação, não se pode responsabilizar o sistema e há que integrar-se socialmente, e isso significa estar inserido no mercado. O mercado castiga, o mercado premia, gera a possibilidade de ser rico ou de ser pobre e excluído, e esse mecanismo de castigos e de prêmios é constitutivo desta proposta neoliberal.

Para este modelo, o mercado livre seria o princípio de organização que integra e permite que a sociedade se desenvolva, atribuindo a cada um o seu lugar e que em conjunto atinge-se o máximo crescimento. Esta é a hipótese dessa proposta.

Apresenta um princípio ético, embora muitas vezes se afirme que ética e economia não têm nada a ver. Esse princípio ético é a liberdade individual irrestrita. A legitimidade da acumulação privada sem nenhum tipo de limites mais que a concorrência. Acredita ser factível a sua utopia do mercado perfeito e ao pretender realizá-la destrói a vida, como tem sido historicamente comprovado. O seu programa de ação é na verdade um programa de guerra cultural. Trata-se de impor seu critério de racionalidade, por exemplo, fala-se da cidade competitiva, do crescimento e do acúmulo de capital sem limites como um objetivo da boa cidade. A desigualdade, a pobreza, o desemprego, a poluição seriam efeitos não buscados, mas inevitáveis que, afirmam, são acentuados porque não se deixa o mercado ser realmente livre. O propósito é a introjeção no Estado e na política dos critérios de racionalidade mercantil.

Qual o objetivo a que se propõe este sistema de pensamento? Facilitar o que é considerado um processo natural, necessário, de evolução histórica, que culmina no mercado total. "O fim da história", como diria Fukuyama. Esta é a única economia e sociedade possível, como afirmou Margareth Tatcher, logo, não é preciso buscar alternativas.

Contudo, existe outro esquema mental que gostaríamos de apresentar, que é o da economia social que implica, longe de definir uma esfera econômica autônoma que imponha suas condições e suas consequências, que a economia e a sociedade devem estar integradas por meio da política. Isto é, a política deve mediar a integração da economia com a sociedade.

Vamos desenvolver isso a partir de duas afirmações contundentes. A primeira é que a cidade, longe de ser o resultado de um processo natural, foi e será sempre uma construção social. Portanto, outra cidade, outro sistema urbano e outra economia urbana são possíveis. Indagamos aqui qual a melhor cidade possível, não existe um modelo pronto para armar nem critérios técnicos universais. A cidade é feita através de o seu próprio caminhar. O resultado vai depender do ponto de partida, da correlação das forças sociais e da cultura de cada cidade.

A economia social pretende construir uma cidade para a vida, orientada pelo princípio ético da reprodução e do desenvolvimento da vida de todos e da natureza. E isso requer solidariedade. Por isso é que falamos de uma economia social e solidária. Isto é uma utopia, mas uma utopia realista, não uma utopia impossível que se tentarmos realizá-la a sociedade fica destruída. Esta utopia requer, por exemplo, que os seres humanos, suas capacidades, cultura e ecossistema — o solo, a água— não sejam tratados como mercadorias, mas sim como fundamentos da vida.

A segunda afirmação é que, longe de considerar que todas as sociedades tanto históricas quanto atuais na diversidade dos continentes estejam organizadas pelo princípio do mercado, empiricamente existe uma diversidade de princípios de organização das economias reais e de integração social dos indivíduos a partir da economia.

**Propomos sete princípios de integração:**

O primeiro é que para estar integrado na sociedade tem-se que participar na produção, na integração para o trabalho, que pela perspectiva da economia social e solidária tem que se tratar de um trabalho digno, valorizado socialmente e que se relacione com a natureza de maneira restituitória, não extrativista.

Depois, o segundo princípio, tem a ver com a distribuição da riqueza. Se esta distribuição for injusta, afirma-se a necessidade da redistribuição da riqueza para que a sociedade possa funcionar.

O terceiro princípio é participar em sistemas de reciprocidade, e isso é considerado irracional pelo mercado. A reciprocidade implica dar sem saber se vai receber algo em troca, não é um contrato de toma-lá-dá-cá. Por exemplo, os sistemas de previdência social de distribuição como o que existe na Argentina, requer que cada pessoa contribua de acordo com as suas possibilidades sem saber se vai precisar utilizá-los na íntegra, como por exemplo, submeter-se a uma cirurgia de alta complexidade ou se vai chegar até a idade da aposentadoria.

O quarto princípio é sustentar um grau de autarquia material, base da autonomia. Este é aplicável essencialmente não só a indivíduos, senão à comunidades. Isto envolve valorizar a economia do cuidado que esteve oculta pelo sistema do mercado, valorizar as construções imediatas das condições de vida, a segurança alimentar e energética.

Quinto princípio: participar do sistema de intercâmbio, mas não só das trocas de mercado, onde o preço é fixado pela oferta e demanda, onde os monopólios operam manipulando os preços, senão que o que se propõe é um comércio justo, regulamentado segundo normas culturais de convivência, com o reconhecimento do outro e de suas necessidades. O mercado não leva em conta as pessoas, os seres humanos são recursos ou obstáculos para o mercado. Desse modo, se for preciso substituir a mão de obra utilizando a tecnologia moderna, este é um simples recurso que deve ser descartado, e é o que nós aqui rejeitamos.

O sexto princípio é compartilhar uma cultura de consumo responsável, mediante fatores que gerem laços sociais virtuosos ao invés do consumismo individualista, possessivo e uniformizador da cultura econômica.

O sétimo e último princípio é participar na coordenação democrática consciente da economia.

Todas essas funções, como propõe o neoliberalismo, podem ser cumpridas pelo mercado. Concluindo, segundo a nossa visão, o mercado é um princípio entre outros, é uma forma de intercâmbio, não pode ser ele que determine quem trabalha e com que salário, que tratamento a natureza deve receber, quais as necessidades que devem ser satisfeitas.

Como pautar os comportamentos para avançar em direção a essa outra economia fundamentada nessa visão da economia social? Temos que aplicar um critério de racionalidade para analisar cada decisão, não a eficiência do lucro máximo, da acumulação máxima do capital, mas sim o desenvol-

vimento da vida digna de todos em equilíbrio com a natureza. Não se trata de ignorar os critérios de eficiência, mas sim de subordiná-los, e sem separar a esfera econômica das esferas social e política. Por exemplo, na cidade, a construção de uma torre de escritórios pode ser viabilizada porque gera receita tributária ou pode-se permitir a autoconstrução precária de moradias porque diminui os custos públicos de atendimento às demandas habitacionais, e logo de estarem feitos, basta atender ou não as consequências colaterais. O sistema de decisão tem que antecipar e levar em conta todas essas condições. E se for prejudicial à saúde ou ao meio-ambiente, deve-se proibir, por exemplo, que ocorram essas situações de construir monumentos de cimento ou permitir a construção de favelas.

No entanto, neste sentido, não se trata de esquecermos a eficiência, não devemos é descuidar a macroeconomia. Às vezes este é o pecado dos setores progressistas, que ao se concentrarem na redistribuição, depois se deparam diante de problemas com o balanço fiscal, com o endividamento e com as possibilidades de redistribuição. Isso deve ser levado em conta, mas as a solidariedade tem que dominar as decisões. E essa solidariedade é consolidada desde baixo e com outros critérios, desenvolvendo outros atores econômicos dos territórios, fazendo política de outra maneira.

Como transformarmos estas cidades irracionais a partir da perspectiva da vida? Bem, aqui poderíamos lidar especialmente com o fato de estarmos atravessando uma pandemia que vai deixar consequências muito fortes e desastrosas logo que acabar. Eu não vou fazer referência a este fato porque não tenho tempo . Transformar estas cidades não implica aplicar um modelo urbano já pronto, senão uma confrontação dinâmica com a doutrina e as forças neoliberais globais, que não são nacionais nem regionais, são globais — a força do mercado hoje é tremenda. E isso requer uma relação virtuosa entre o Estado, a política e a sociedade.

Precisamos de um Estado, mas o Estado sozinho não pode. Precisamos de um Estado presente, mas o Estado centrismo que tem caracterizado os processos progressistas do princípio deste século tem que ser superado. Faz-se necessário passar à coconstrução das políticas públicas, à participação social no projeto e na gestão das políticas.

Existe uma ampla visão a respeito da possibilidade de uma economia urbana social solidária que se irá concretizando em cada decisão tomada perante os problemas econômicos cotidianos ou estruturais.

O que fazer com os serviços públicos, com a educação, com a saúde, o transporte, o desemprego, a pobreza e a habitação? Como articular a produção e a reprodução local e os sistemas de participação? Como localizar as nossas cidades em um novo sistema de divisão sócio-territorial do trabalho? E teremos que enfrentar — e isto é muito importante — o problema urgente da concentração populacional. A concentração urbana em nossas sociedades é insustentável e não pode ser permitida, não devemos permitir que continue se acentuando, mas devemos pensar em processos de desconcentração territorial e descentralização do poder.

Um projeto desse tipo não pode ser um projeto de intelectuais e técnicos iluminados que estejam sentados em um escritório. Tem que ser coconstruído com a participação ativa da sociedade organizada e

(*) Sobre este assunto você pode consultar: https://bit.ly/3nXHCuu

dos movimentos sociais. As diversas necessidades e demandas territoriais e setoriais têm que ser atendidas. Desse ponto de vista, é fundamental contar com a participação dos movimentos de base territorial, do feminismo, da ecologia, do indigenismo, dos sem-terra e levar em conta que existem outros conceitos para entendermos o que é a saúde e a educação. Devemos considerar a participação dos sindicatos lutando pelos direitos dos trabalhadores, reconhecer a organização das maiorias precarizadas e excluídas e então, contribuir para o seu desenvolvimento e consolidação.

Todos esses movimentos precisam ser articulados mediante uma comunicação dialógica, gerando uma aprendizagem coletiva. É fundamental que o Estado reconheça a existência desses movimentos e facilite sua autonomia, e que não tente silenciá-los quando contradizem as propostas que chegam da cima dos poderes.

Nesse sentido e essencialmente por causa da pandemia, e pela pobreza e indigência que vão estar acentuadas após esse processo, há um eixo primordial de ação que queremos salientar, que é robustecer a economia popular como força produtiva focada no trabalho. Para fortalecê-la, é preciso injetar solidariedade, focando em uma economia popular solidária, na qual a autogestão, a cooperação, a complementaridade, a formação de redes, de comunidades, de sistemas de troca justos é essencial. Temos que nos focar em uma nova divisão sócio-territorial do trabalho, em uma articulação em redes das economias locais, combinando a autarquia do necessário — por exemplo, dos alimentos, da energia, da economia circular — com intercâmbios ou trocas justas dentro de uma economia solidária, regional ou nacional.

É preciso que haja colaboração entre a sociedade organizada e os governos locais. Isso faz necessário outro estilo de fazer política, de construir políticas públicas. Requer a redistribuição orientada não só ao consumo, mas também à produção e reprodução, com acesso a recursos produtivos. A redistribuição da terra, do solo urbano, da tecnologia, do crédito, da informação e de um impulso para a cooperação solidária. Requer a regulamentação dos mercados, em particular do mercado imobiliário e financeiro e a articulação urbano-rural.

Tudo parece muito bonito e pode ser pura retórica. Estou falando da necessidade de avançarmos realmente nesta direção. Aparentemente temos então duas opções, mas para mim isto não é uma utopia, nem sequer uma possibilidade teórica. É uma necessidade perante as consequências do programa neoliberal. Vamos adicionar à catástrofe ecológica irreversível uma catástrofe social irreversível optando pelo neoliberalismo? Ou vamos lutar por uma cidade racional, social e solidária? Podemos dizer que é difícil, mas não impossível. A própria viabilidade dessa proposta é uma construção que requer vontade política. Não se trata meramente de aprender a projetar e construir espaços, mas reconhecer que outra cidade, social e solidária não pode ser construída sem articulá-la com as demandas de novos sujeitos coletivos. Acredito que, por exemplo, Rosário e o município de San Martin na periferia tiveram experiências que contribuíram para este projeto. Caros colegas: estamos diante de um longo processo de confrontação com o neoliberalismo. A economia social e solidária não é uma opção, é uma necessidade, exceto se quisermos nos suicidar. Obrigado!

**Euclides Mance**

Filósofo brasileiro e um dos principais teóricos da Economia Solidária e da Economia de Libertação na América Latina, cofundador do Instituto de Filosofia da Libertação e da Rede Solidarius. Foi consultor em projetos da UNESCO e da FAO no âmbito do Programa Fome Zero, no Brasil. Os livros e artigos do autor estão disponíveis em euclidesmance.net. É coordenador do Programa de Incubação de Circuitos Econômicos Solidários desenvolvido em solidarius.net/ead e do curso de Filosofia da Libertação em ifil.org/ead

## Libertação Econômica e Circuitos Econômicos Solidários

É o nosso objetivo fazer uma breve apresentação sobre libertação econômica, alguns de seus fundamentos e da maneira como pode ser realizada. Com o intuito de aprofundar no assunto, examinar a fundo conceitos, metodologias e a utilização das ferramentas mencionadas nesta comunicação, vamos recomendar, ao final desta apresentação, um Programa de Incubação de Circuitos Econômicos Solidários que é oferecido por Solidarius Rede Internacional, com acesso em solidarius.net/ead.

### 1. A Libertação e suas Condições

Para esta reflexão, partimos de Paulo Freire, ao introduzir a ideia de que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão. Mas, por que ninguém se liberta sozinho? Por que os seres humanos necessariamente se libertam em comunhão?

Podemos conceber a questão em três aspectos, uma vez que qualquer exercício da liberdade humana requer necessariamente fluxos de conhecimento, meios materiais e de poder.

#### Fluxos de Conhecimentos

Para que alguém possa se libertar, precisa conhecer a realidade, projetar objetivos e saber como realizá-los — e isso exige pensar. Porém, para pensar, é preciso uma linguagem. As linguagens, por sua vez, são criadas e recriadas de maneira social ao longo da história da humanidade, com seu emprego no seio das comunidades

humanas. Por isso, se para pensar necessito uma linguagem, preciso então de uma comunidade, pois sem ela não posso me apropriar de uma linguagem. Assim, como afirma Freire, eu não posso pensar pelo outro, pois cada um tem que exercer seu próprio pensar; mas também não posso pensar sem o outro; eu só posso pensar com o outro, porque o processo de pensar é dialógico, tanto na expressão do mundo como na legitimação daquilo que é afirmado sobre ele e sua transformação. Por isso, ninguém pode se libertar sem alguma relação de comunicação com outras pessoas em um processo dialógico e colaborativo, que é realizado como práxis de libertação.

Fluxos de Matérias

O segundo aspecto que vamos salientar é aquele vinculado com os elementos materiais da práxis de libertação, porque sem eles não existe sequer liberdade e muito menos libertação humana. Existem duas grandes fontes destes meios: alguns vêm diretamente da natureza e outros, da sociedade.

Colocando um exemplo: preciso de oxigênio para respirar. Sem ele, minha liberdade extingue-se, pois eu já estaria morto. Mas de onde vem o oxigênio que eu respiro? É produzido por outros seres vivos que são vegetais, como as algas marinhas e as árvores. Se esses vegetais não o produzissem, eu estaria morto. Podemos dizer então que: eu não posso viver a vida de outros, mas também não posso viver sem a vida de outros. Eu só posso viver convivendo com outros seres que também estão vivos. Estamos, pois, integrados em um permanente fluxo material na rede da vida.

Além dos meios naturais, preciso também de meios sociais para me libertar e eu não posso produzir nada sem a participação de outras pessoas. Quem poderia tocar alguma coisa que fez por si mesmo sem a participação de qualquer outra pessoa? Ninguém. Porque em qualquer coisa que se toque que seja produzida por um ser humano está incorporado nela algo que é derivado da ação de outras pessoas: há um trabalho humano objetivado nessas coisas, há vida humana objetivada nelas, há história, cultura e conhecimentos humanos de inúmeras gerações integrados nelas. Nem sequer quando tocamos em nós mesmos podemos dizer que tocamos algo cuja realidade não dependa de outros. Pois a metade do genoma de nossas células veio de nosso pai e a outra metade, de nossa mãe. E a matéria que constitui nossos corpos provém do que absorvemos de fora deles, cuja realidade depende de fluxos naturais e/ou sociais.

De fato, não existe nada humano que tenha sido produzido por apenas uma pessoa. E como não posso me libertar se não tenho meios materiais que o permitam, e a existência desses meios depende também de outras pessoas, a libertação é necessariamente um processo social, eu não posso me libertar sozinho.

Desse modo, seja porque necessito de uma linguagem, seja porque necessito de meios materiais para me libertar, necessito então de comunidades humanas sem as quais nenhuma libertação pode ocorrer.

No entanto, para que possa haver fluxos de conhecimento e fluxos de materiais em laços de retroação que permitam que os seres humanos existam como pessoas e comunidades humanas, eles necessitam organizar os fluxos de poder que os integram a todos.

### Fluxos de Poderes

O processo de libertação requer um exercício de poder político permanente, que é de confrontação contra toda forma de opressão, tais como a exploração do trabalho, expropriação no intercâmbio, espoliação no crédito, privação no consumo, exclusão de diferentes tipos, dominação política e cultural e degradação ambiental. Cada palavra destas tem um sentido próprio que não tem como ser desenvolvido aqui. Contudo, também requer o exercício de um poder social permanente, um poder de construção colaborativa daquilo que é novo. Portanto, o que se requer são fluxos de poder político que confrontam as contradições buscando libertar as pessoas e as comunidades das relações de opressão, e fluxos de poder social que compõem solidariedades buscando libertar as pessoas e as comunidades para a realização daquilo que é novo, para o bem-viver de todos/as.

Por isso, ninguém se liberta sozinho. São necessários fluxos de materiais, de poderes e de conhecimentos em condições adequadas para garantir simultaneamente o bem-viver das pessoas e das comunidades, pois não existe pessoa sem comunidade nem comunidade sem pessoa, visto que ambas estão entrelaçadas em uma mesma comum unidade que, quando é libertadora, realiza-se como comunhão de seus membros, que requer a organização solidária de tais fluxos para garantir as liberdades públicas e as liberdades privadas, exercidas eticamente por todos/as e por cada um/a.

## 2. Libertação Econômica e Economia de Libertação

A categoria de libertação foi utilizada na economia por Karl Marx, que a aplicou ao trabalho mas também ao capital e ao valor em sentido mais geral. Ele a usa ligada com a ideia de fluxo (Fluss) e circuito (Kreislauf): fluxos que entram em um circuito (Zufluss), fluxos que saem de um circuito (Abfluss), fluxos que circulam por um processo de realimentação (Rückfluss) na reprodução do valor em um circuito. Então, temos fluxos de valores que são produzidos e circulam, que entram e que saem de circuitos econômicos. E com isso, Marx analisa duas coisas importantes: a reprodução ampliada do capital e a saída do trabalho e do capital do sistema feudal para o surgimento do sistema capitalista.

### 2.1 A reprodução ampliada do capital no Circuito Econômico do Capital

A reprodução ampliada do capital conecta os anéis do capital produtivo, comercial e de crédito na metamorfose do valor.

No caso do circuito econômico do capital produtivo, há um valor na forma de dinheiro que é investido em meios produtivos (matérias-primas, máquinas, energia, etc.) e em uma retribuição em dinheiro pelo trabalho. No processo produtivo esses meios e o trabalho são transformados em produto. O valor do produto é formado pelo valor que foi investido em sua produção como custo e pelo valor novo que foi criado pelo trabalho como mais valia. O produto é convertido em mercadoria ao ser levado ao mercado e oferecido em permuta por dinheiro. E quando ela é vendida, completa-se o circuito da reprodução ampliada do valor. A mercadoria é vendida por mais dinheiro

que o inicialmente investido, porque contém mais valia, o valor a mais criado pelo trabalho, que é então realizado como lucro pelo capital produtivo.

Esta lógica é a mesma para o circuito econômico do capital comercial. O dinheiro torna-se mercadoria, que é então vendida e volta a ser dinheiro. E assim, o lucro é obtido. Mas de onde vem o valor a mais que se realiza como lucro do capital comercial? Vem também do trabalho que produziu o produto. Assim, uma parte da mais valia realiza-se como lucro do capital produtivo e outra como lucro do capital comercial.

Finalmente, há também o circuito econômico do capital financeiro. Nesse caso, o dinheiro é emprestado a uma taxa de juros e mais dinheiro é recebido pelo dinheiro emprestado. Mas de onde vem essa diferença? Da mesma forma, vem direta ou indiretamente do trabalho humano que produz valores de uso que possuem valor de troca. Se os juros são pagos pelas empresas de produção ou de circulação, a diferença vem da mais valia realizada como lucro por elas. Se vier dos trabalhadores, geralmente se refere à renda obtida com o seu trabalho. Se for paga pelos governos, provém de impostos arrecadados anteriormente das empresas ou de pessoas físicas, resultando da mesma forma, em geral, de uma fração da mais valia realizada a título de lucro das empresas ou da renda obtida com o trabalho da população. Assim, nos circuitos econômicos do capital, o que se acumula como lucro é um valor que deriva do trabalho humano que, por sua vez, transforma valores de uso que provêm da natureza, criando produtos que atendem às necessidades sociais.

Assim, entende-se o Circuito Econômico do Capital de maneira abstrata, analisando os fluxos de ingresso, saída e circulação de valor em seus anéis produtivos, comerciais e de crédito. Mas como esse circuito econômico do capital pôde historicamente começar? Qual a sua origem?

### 2.2 A transição de valores e de trabalho do sistema feudal para o sistema capitalista

De igual modo como os valores investidos em produção e o valor novo criado pelo trabalho se libertam de forma particular através de mercadoria e assumem a forma universal de dinheiro, do mesmo modo o trabalho, os valores de uso e o dinheiro podem ser libertados de um circuito econômico e aplicados em outro.

Historicamente, valores que eram aplicados em processos de produção e de circulação no sistema feudal saíram deste e ingressaram em outro sistema sob outro modo de produção. Marx fala do trabalho libertado e do capital libertado como condições do surgimento do capitalismo. Assim, o trabalho e o capital são libertados dos circuitos econômicos do sistema econômico feudal em fluxos de saída (Abfluss), para, em fluxos de entrada (Zufluss), ingressar em novos circuitos econômicos que vão se formando, os quais operam de modo diverso ao anterior e que vão se consolidando, pouco a pouco, em seus processos de realimentação ampliada do valor (Rückfluss) como base de um novo sistema econômico: o sistema capitalista.

Porém, Marx também usa a expressão libertação para tratar da libertação das forças produtivas, quando diz que os trabalhadores geraram com seu trabalho a grande capacidade de produção existente, porque ela é fruto do trabalho humano. Mas ela, como meios do capital, é usada para dominá-los. Por isso, os trabalhadores têm que realizar a libertação das forças produtivas e apropriar-se dos meios produtivos para

com eles atender às necessidades de todos, gerando e distribuindo os meios materiais requeridos para o livre desenvolvimento das individualidades e comunidades humanas: "de cada qual, segundo a sua capacidade, e a cada qual, segundo a sua necessidade", para o livre desenvolvimento da liberdade de todos.

### 2.3 A transição do trabalho e dos valores do sistema capitalista para um sistema solidário

Na economia da libertação nos concentramos em como fazer a libertação do trabalho e do valor econômico do modo de produção capitalista para, desse modo, dar origem e expandir um modo de produção solidário, pós-capitalista.

Existem duas perguntas essenciais a serem respondidas. Como é possível libertar o trabalho e o valor do sistema capitalista e integrá-los em circuitos econômicos solidários, onde os excedentes verificados permitam criar fundos para realizar a libertação das forças de produção, circulação e crédito? Com isso, como construir outro sistema econômico, pós-capitalista, estruturando outro modo de produção, outro sistema de trocas e de crédito e outra formação social, que sejam totalmente ecológicos, democráticos e solidários?

No circuito econômico solidário também ocorre a metamorfose do valor: investe-se o valor, geram-se produtos com o trabalho, faz-se o intercâmbio — que pode ser compra e venda, trocas, ou dar e receber — e realiza-se uma mais valia que pode ser outra vez investida no processo produtivo.

Porém, o que acontece geralmente é que o valor excedente do produto gerado na economia solidária, produzido por meio do trabalho de autogestão, é acumulado no circuito econômico de capital.

Embora os produtos sejam elaborados por meio de autogestão, as iniciativas solidárias, para vendê-los, entregam-nos ao capital comercial. E o capital comercial que os compra, paga o preço mais baixo possível por eles, justamente para otimizar o próprio lucro. E, finalmente, quando vende esses produtos ao consumidor, o capital comercial realiza como lucro a maior parte da mais-valia produzida pelos/as trabalhadores/as solidários/as e, às vezes, até mais que isso, pagando pelos produtos um valor abaixo do custo de sua produção, forçando a redução da própria remuneração do trabalho produtivo. E assim, o valor excedente produzido de maneira solidária e por autogestão é realizado como lucro pelo capital comercial e fica acumulado na realimentação do circuito econômico do capital.

E o que é que fazem esses/as trabalhadores/as expropriados/as com o dinheiro recebido para atender as suas necessidades? Vão ao mercado capitalista para comprar o que esse dinheiro lhes permitir. E ainda assim, com essas aquisições, contribuem também para a realização dos lucros do capital comercial.

No final, a grande maioria das iniciativas solidárias carece de valores excedentes para investir em suas atividades, não podendo expandir nem diversificar sua produção ou resolver as dificuldades de circulação. Pois a mais valia gerada com o trabalho solidário e cooperativo permanece acumulada por atores capitalistas no circuito econômico do capital.

Além dessas duas formas mencionadas de expropriação existem várias outras de exploração indireta e de espoliação por meio das quais os valores produzidos nas economias populares, sociais e solidárias terminam por realimentar a acumulação capitalista.

Uma solução para estes problemas é a organização de circuitos econômicos solidários. Esta solução ainda permite que valores econômicos gerados no circuito econômico do capital, que antes eram realizados como lucros pelo capital produtivo, comercial ou de crédito, possam ser capturados em fundos de libertação econômica, com a autogestão de comunidades locais, alimentando a sua libertação econômica.

## 2.4 Circuitos Econômicos Solidários

Nos circuitos econômicos solidários também existem processos de entrada de valor (Zufluss), saída de valor (Abfluss) e realimentação interna de valor (Rückfluss), que precisam ser entendidos para serem reorganizados estrategicamente.

Trazemos dois exemplos didáticos:

Vamos imaginar que um bairro organize um circuito econômico solidário, que tem dois elementos importantes: um empório, que é um local de vinculação das aquisições, e um fundo de economia solidária, cujos valores são autogeridos pela comunidade para a libertação de forças de produção, de circulação e de crédito. Vamos imaginar que quinhentas famílias façam suas compras neste empório. Se cada família comprar cem dólares por mês — um valor que está abaixo da linha de pobreza, visto que seriam algo mais de 3 dólares por família por dia —, isto resultaria em cinquenta mil dólares por mês (500 X 100 = 50.000) e seiscentos mil dólares na receita do empório comunitário em um ano (50.000 X 12= 600.000). Se dez por cento desse valor— que antes seria acumulado pelo capital comercial — agora fosse destinado como recursos da economia solidária, teríamos sessenta mil dólares de recursos na libertação econômica no final do primeiro ano do circuito (600.000 X 10% = 60.000).

Mas coloquemos isso em escala. Vejamos a Colômbia. Em 2017 havia 6.386.170 cooperativistas no país. Imaginemos que cada um represente uma família. Se essas famílias comprassem cem dólares em uma plataforma online, mantida por uma rede nacional de circuitos econômicos solidários do país todo (que pode derivar da compra feita ao empório mais próximo de onde o pedido for feito e entregue na casa do cooperativista). Quanto haveria de renda anual nesta rede de circuitos econômicos interconectada por esta plataforma de economia solidária? Seriam mais de sete bilhões de dólares (6.386.170 famílias x US$ 100.00 x 12 meses = US$ 7,663,404,000.00), resultante das compras de arroz, feijão, açúcar, café, sabão, xampu e o que mais as famílias precisarem para o seu lar todos os meses — produtos que compram toda semana para o seu consumo normal. Contudo, antes as famílias faziam as suas compras em circuitos econômicos de capital e agora as fazem em circuitos econômicos solidários. E quanto é que haveria de recursos comunitários para a libertação de forças de produção, de circulação e de crédito acumulado no final de um ano? Se a margem obtida fosse de 10% sobre a renda dos empórios, teriam os recursos de 766 milhões de dólares (US$ 7,663,404,000.00 x 10% = US$ 766,340,400.00). Convém salientar que estamos falando apenas dos cooperativistas

da Colômbia, de pessoas que já estão engajadas nos processos da economia social e que seriam mais sensíveis de serem integrados nesta rede.

A autogestão comunitária desses recursos, segundo a metodologia proposta, apoia as ações de libertação econômica: investimento em meios de circulação para resolver dificuldades de logística e de distribuição, investimento em meios de produção para progressivamente substituir os produtos fornecidos nos empórios solidários e que provêm dos circuitos econômicos do capital; e investimento em meios de crédito, para substituir o crédito capitalista por crédito solidário. Uma vez que haja capacidade de investimento, é possível escolher quais produtos passarão a ser produzidos em modo solidário, deixando de comprá-los nos circuitos econômicos do capital, mudando assim os fluxos de valor a respeito deles, contribuindo com isso para expandir a produção e a circulação nos circuitos econômicos solidários, reduzindo as saídas de valor do circuito solidário para o circuito capitalista.

À medida que a libertação de forças de produção, de circulação e de crédito avança, aos poucos o circuito econômico do capital vai-se enfraquecendo, e o circuito econômico solidário passa a estar fortalecido.

### 2.5 Metodologias, Ferramentas e Tecnologias para Circuitos Econômicos Solidários

Hoje existem facilidades para organizar estes circuitos. Por exemplo, solidarius.net desenvolveu uma plataforma que tem um aplicativo que permite organizar catálogos com ofertas, fazer pedidos, compras e pagamentos em dinheiro, trocas com créditos e intercâmbios de dádivas com registros de agradecimentos, fortalecendo o dar e receber de acordo com as capacidades e as necessidades de cada um, dentro das disponibilidades que as forças produtivas libertadas permitam realizar. Todas as transações realizadas ficam registradas eletronicamente em blockchains que possibilita à comunidade fazer as averiguações sobre qualquer fluxo dos valores para a autogestão do circuito. É possível projetar o aplicativo que for necessário para cada comunidade. O importante é compreender que com as facilidades existentes, os circuitos econômicos locais podem estar conectados com outros do mesmo país ou inclusive de outros países.

Por exemplo, podemos citar um intercâmbio feito por um circuito econômico solidário em Curitiba, no Brasil, com outro em Cuajimalpa, no México, ao utilizarem créditos eletrônicos com validez internacional em um Sistema de Intercâmbio Solidário. Os "chiles" — pimentas ou pimentões — do México vieram ao Brasil e foram comercializados no circuito local. De outro lado, créditos eletrônicos foram transferidos da conta do circuito de Curitiba para o Circuito de Cuajimalpa.

Finalmente, também é possível atuar em relação ao capital financeiro. Em Curitiba, um dos projetos aprovados para utilizar o recurso foi destinado à libertação de dívidas. Ao invés de pagar taxas de juros ao banco, a pessoa endividada pôde utilizar recursos do Fundo, quitar a dívida que tinha, restituir o mesmo valor recebido em parcelas, sem juros, e oferecer à comunidade, no catálogo das dádivas, produtos solidários que ela mesma tinha comprado do próprio circuito, gastando nisso um valor que lhe parecia justo, segundo o princípio de reciprocidade da dádiva, que considera as capacidades e necessidades de cada um. Assim, uma parte do que seriam os juros pagos obriga-

toriamente a um banco no circuito econômico do capital de crédito transformou-se em vendas de produtos solidários — ativando assim a sua produção — e os produtos comprados foram oferecidos livremente como dádiva do participante à comunidade econômica do circuito solidário, na proporção que lhe pareceu justo retribuir. E uma margem de sua compra ficou como pontos para a pessoa obter produtos do catálogo de trocas ou permutas. E o Fundo ficou com idêntico valor em dinheiro, expandindo as forças de crédito da comunidade.

### 2.6 Capacitação em Circuitos Econômicos Solidários

Os conteúdos de reflexão e de ação do Programa de Incubação de Circuitos Econômicos Solidários, mencionado no início (www.solidarius.net/info/ices-2020-es.htm) incluem: 1. Mapeamento de consumos e de fornecimento e sua conexão de rede. 2. Planos de consumo e de fornecimento. 3. Inclusão de demandas e ofertas em catálogos eletrônicos de compras, comércio e doações. 4. Fazer pedidos e registros de trocas nas modalidades de compra, troca e doação usando o aplicativo para circuitos. 5. Elaboração do plano de sustentabilidade do empório do circuito. 6. Simulação de fluxos econômicos em um circuito local. 7. Circuitos econômicos do capital e circuitos econômicos solidários. 8. Criação e gestão de um fundo solidário de libertação econômica e processos eletrônicos de votação para a autogestão comunitária do circuito. 9. Libertação das forças produtivas, de trocas e de crédito e libertação econômica de comunidades humanas. 10. Simulação de fluxos econômicos em uma rede de circuitos: reprodução expandida e progressão do valor econômico. 11. Redes de circuitos econômicos solidários e economia de libertação. 12. Ferramentas de tecnologia de informação para a administração de circuitos econômicos solidários. 13. Cooperativa para autogestão comunitária. Para mais informações, enviar uma mensagem a info@solidarius.net.

**Indicações Bibliográficas**

MANCE, E. A. Circuitos económicos del capital y circuitos económicos solidarios. Revista Economía, v. 72, p. 13-27, 2020
. Debemos avanzar en la organización de circuitos económicos solidarios. La Marea, 2020 (Entrevista).
. Criptomonedas, Signos de Valor y Liberación Económica en América Latina. Otra Economía - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria, v. 12, p. 32-53, 2019.
. Circuiti Econimici Solidale – Economia Solidale de LIberazione. Pioda, Roma, 2017
. Notas introdutórias à libertação das forças produtivas. Revista Filosofazer, v. 48, p. 9-44, 2016.
. Libertação e Bem-Viver. Revista Filosofazer, v. 46, p. 103-127, 2015.

Rosário, Argentina • 2020 a 2021

(em base ao percurso e aprendizagens da ex-Escola de Empreendedores, período 2015 - 2019) até a atualidade

## A Escola de Empreendimentos Sociais: promovendo a sustentabilidade e a educação em economia social na cidade de Rosário

Segundo o último censo disponível (2010), Rosário conta com 948.312 habitantes. A cidade está situada em uma área urbanizada de 107,98 km2 dentro de uma área municipal total de 178,69 km2 com uma densidade populacional de 5.089 hab/km2.

A estrutura produtiva de Rosário e sua região metropolitana é formada por uma multiplicidade de atividades que integram ramos agroindustriais tradicionais com tecnologias de informação e comunicação, setor de serviços e uma indústria alimentícia altamente competitiva. Rosário é um polo industrial e de serviços em permanente desenvolvimento produtivo, turístico, recreativo e científico e está consolidada como centro dos fluxos de serviços em termos econômicos, sociais e culturais.

A identificação de empreendimentos familiares na cidade de Rosário com níveis de vulnerabilidade e necessitando fortalecer as suas aptidões, competências e conhecimentos para a geração de trabalhos autônomos e de renda familiar, levou o Estado municipal a pensar, no ano de 2015, na criação de uma Escola dirigida a empreendedores sob a égide da economia social e solidária. Nesse sentido e nesse mesmo ano, a Escola de Empreendedorismo foi concebida, no âmbito da Secretaria de Economia Social da Prefeitura, como um espaço pedagógico com eixo na educação popular, que permitiu o acompanhamento formativo — a partir de uma lógica de "aprender-fazendo" — de quase 6.000 empreendedores da cidade em um período de 4 anos (2016-2019). Por meio desse intenso caminho percorrido e das aprendizagens adquiridas, em 2020 este espaço educativo foi hierarquizado, ao serem adicionados à equipe facilitadora novos formadores especializados por setor produtivo. Nessa nova etapa, a aspiração da nova Escola de Empreendedorismo Social é focar na sustentabilidade econômica, social e ambiental dos empreendimentos, fortalecendo o trabalho pedagógico baseado na agrupação dos empreendimentos por setor produtivo. Desse modo, foram concebidas metodologias inovadoras que vão nos permitir, nessa nova etapa, identificar os pontos críticos e conceber estratégias por setor produtivo, em corresponsabilidade com os empreendimentos dos setores de alimentos, desenho e serviços.

O perfil maioritário das pessoas que participam da Escola de Empreendedorismo Social são mulheres com filhos dependentes e provedoras únicas do lar (75%). Ao combinarem as tarefas produtivas (ligadas ao seu empreendimento) e as tarefas reprodutivas (de cuidado) enfrentam inúmeras dificuldades.

Quanto aos homens participantes, a maioria é de meia idade e opta, em grande parte, por ofícios e serviços variados (ferraria, carpintaria, alvenaria, serviços de manutenção ou reparação domiciliar, etc.). Participam no programa tanto por terem escolhido o autoemprego de forma autônoma, ou como consequência por terem sido expulsos do mercado de trabalho formal e das consequentes dificuldades encontradas para se reincorporarem.

**Rosário Empreende**

A Escola de Empreendedorismo Social implementa o programa Rosário Empreende, com uma metodologia ancorada na educação popular, em 2 fases principais:

A) Fase 1. Programa formativo ABC de meu empreendimento, que consiste em 5 módulos teórico-práticos, nos quais se trabalha com ferramentas simples de gestão de um empreendimento familiar, individual e coletivo. Os empreendedores aprenderão como traçar os componentes essenciais de seus empreendimentos a partir de seus próprios conhecimentos e aptidões, elementos fundamentais para encarar a estratégia de comercialização de seus produtos ou serviços, as variáveis a serem consideradas para que seus produtos ou serviços apresentem um design ideal e atraente no mercado, poder definir um preço justo que cubra os custos e o seu trabalho, e por fim, integrar o que foi aprendido em um modelo simples, comunicando uma proposta clara, compreensível e atraente. Este programa prevê atender cerca de 2.000 pessoas por ano, envolvendo os 6 distritos de bairros da cidade.

B) Fase 2. Rodas de tutorias técnicas e de trabalho colaborativo. Rodas grupais por ramo (alimentos, desenho, serviços) a fim de aprofundar conteúdos, resolver dúvidas técnicas dos empreendimentos com assessores técnicos especializados, e apresentar um projeto final, que será examinado por uma mesa de avaliação para sua incubação final com incentivo de capital, destinado a impulsionar e fortalecer o empreendimento. Estão previstos cerca de 300 projetos incubados ao ano, no máximo, avaliados como sustentáveis econômica, social e ambientalmente; jornadas transversais "Juntas Fazemos Economia", ciclo de formação em temas e componentes vinculados com a economia feminista, visando fortalecer a subjetividade e autonomia econômica das mulheres que lideram empreendimentos familiares, fomentando sua adesão grupal e com foco na incubação de processos comunitários sustentáveis (banca distrital, marketing ou comercialização associativa, profissionalização cooperativa das tarefas de cuidado, entre outros). No caso daquelas pessoas que não tenham clareza sobre o seu projeto e precisem urgentemente gerar renda através de um trabalho autônomo, foi elaborada uma instância preliminar denominada "Projetando Ideias", que consta de encontros vivenciais em 2 workshops destinados a orientar o/a vizinho/a em uma ideia sustentável de projeto, com base em seus próprios conhecimentos e aptidões.

Os atores envolvidos na implementação deste programa são públicos e também privados. Os principais atores são as equipes territoriais (das áreas de economia social, desenvolvimento humano e habitação) e a equipe técnica facilitadora da Escola. Também receberão contribuições da Secretaria de Gênero e Direitos Humanos, da Universidade Nacional de Rosário, do Instituto do Alimento e de algumas feiras cooperativas, entre outros atores público-privados.

Resultados

A partir da experiência adquirida nos últimos anos, para o ano de 2021 e seguintes, avaliamos algumas necessidades de melhorias, novidades e mudanças com o intuito de projetar uma proposta educativa e técnica superadora para os empreendimentos e para a cidade, no âmbito de uma política pública mais abrangente, moderna e inovadora.

Neste sentido, no ano de 2021 enfrentamos:

- A necessidade de adicionar o enfoque de gênero de modo mais transversal, incorporando conteúdos-chave da economia feminista nas metodologias e conteúdos dos programas (visibilizando e problematizando as tarefas de cuidado, o trabalho em sentido amplo, fortalecendo a subjetividade das mulheres, entre outras questões). Para isso, estamos abordando um trabalho em parceria com a nova Secretaria de Gênero e Direitos Humanos.
- Uma abordagem metodológica inovadora, que consiste em agrupar os empreendimentos por categoria e setor produtivo (com eixo em alimentos, desenho e serviços), facilitando processos gradati-

vos e grupais de diagnóstico, estratégia e incubação entre pares. O objetivo é gerar maior autonomia aos empreendimentos e facilitar a sua articulação por componentes no âmbito dos circuitos econômicos de cada setor produtivo (voltados para o abastecimento de insumos, produção, agregação de valor, distribuição e comercialização).

Como pilares da experiência adquirida como política pública, avaliamos, em primeiro lugar, a abrangência e a escala dos programas educacionais implementados (5.700 empreendedores individuais e familiares rosarinos participaram dos programas educacionais da Escola nos últimos 4 anos). De outro lado, houve um grande número de empreendedores cujos projetos foram incubados com incentivo de capital (mais de 600), tendo aprendido a traçar seu modelo de negócio com base em uma pedagogia intuitiva, prática e simples. Outra conquista relevante é o fato de a educação cooperativa ter acompanhado a criação de 10 feiras cooperativas autogestionárias que hoje participam com seus próprios processos de agregação comunitária na cidade, com maior autonomia e apoiadas em seus próprios regulamentos, funções, responsabilidades e acordos operacionais.

• Promover empreendimentos produtivos familiares e associativos que sejam sustentáveis econômica, social e ambientalmente.

• Incentivar maior autonomia econômica nos empreendimentos, com foco no agrupamento e articulação entre pares, de forma a encarar estratégias coletivas por setor produtivo para a solução de seus problemas e pontos críticos.

• Fortalecer a subjetividade e os direitos econômicos das mulheres, por meio de uma abordagem educativa transversal que incorpore a economia feminista.

Página web de la experiencia:
https://www.rosario.gob.ar/web/gobierno/secretarias

Persona de contacto: Marta Sánchez Miñarro, Diretora da Escola de Empreendimentos Sociais - msanch15@rosario.gov.ar; marta.minarro@gmail.com

General Alvear, Argentina • 2018 a 2021

## Educação e inovação produtiva, o caso da criação do laboratório de biotecnologia

General Alvear é uma das cidades principais do sul da província de Mendoza, Argentina. A economia da região é essencialmente agropecuária, sendo uma área propícia à prática da horticultura e fruticultura (vinha, ameixa, pera, pêssego, etc.). As indústrias instaladas no local estão voltadas principalmente à produção para consumo interno e para a exportação de produtos tais como vinhos, conservas, óleos, frutos e frutas secas. Cabe destacar que todos os anos é realizado o Festival Nacional da Pecuária das Zonas Áridas em General Alvear, por tratar-se de uma região apropriada para a criação de gado.

A população, segundo o censo de 2010 é de 49.499 habitantes. A cidade capital do chamado departamento possui 26.342 habitantes (INDEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos da Rep. Argentina - 2001), e isso representa um aumento de 11,2% em relação aos 23.699 habitantes apontados pelo INDEC em 1991. O censo de 2010 apontou 29.009 habitantes. Dado a sua população, General Alvear é o 5.º aglomerado da Província de Mendoza.

No ano de 2018 e após três anos de trabalho foi inaugurado o laboratório de biotecnologia na sede do Instituto de Educação Superior Alvear - Universidade Cooperativa de General Alvear. Esse laboratório é o resultado do esforço conjunto da Prefeitura de General Alvear com as instituições que integram a UGACOOP.

As instituições participantes são cooperativas (Vitivinícola Algarrobo Bonito Limitada, Vitivinifrutihortícola General Alvear Limitada, Friofrut, Farmacêutica Mendoza, Obras e Serviços Públicos, Assistenciais e de Consumo de Bowen, Agrária Real del Padre, Telecomunicações Mendoza, Agrícola La Marzolina, Banco Credicoop, Trabalho Aerocop de Serviços Aéreos, CECSAGAL, FECOVITA), associações (Associação Alvearenses por Alvear, Sancor Seguros), a Caixa da Previdência para Profissionais da Arte de Curar, a Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Pecuária, o INTI, o Excelentíssimo Conselho Deliberativo (Câmara de Vereadores) de

General Alvear e do Município. Essa diversidade de atores permite transversalizar a ação, gerar sinergia entre instituições públicas e privadas, e ter um olhar plural que atinja um maior número de pessoas.

Atualmente, o constante desenvolvimento de novas aplicações da biotecnologia na região acarreta uma demanda crescente por técnicos que possuam as habilidades necessárias para atuar como operadores e/ou gestores de nível médio no desenvolvimento de projetos de biotecnologia. Neste sentido, a criação do laboratório de biotecnologia visa contribuir para o desenvolvimento local, conhecimento, ciência e tecnologia.

Em nossa cidade, a educação ultrapassa os muros das instituições educacionais para permear toda a comunidade, ciente dos desafios que a humanidade enfrenta, responsabilizando-se com conhecimentos e competências que lhe permitem buscar soluções para a situação atual. É por isso que a experiência está dirigida a jovens e adultos com sólida trajetória na esfera produtiva, com o objetivo constante de aprender, compartilhar e com forte ênfase em inovação.

Desta forma, são promovidos empregos e projetos em permanente vínculo com o setor produtivo, abordando as inquietações, situações problemáticas ou potenciais ideias com impacto nos negócios.

O desenvolvimento de controladores biológicos é um exemplo dos projetos realizados no laboratório com o objetivo de melhorar as práticas agrícolas. Consiste na produção de crisopídeos e joaninhas (insetos coleóptero coccinelídeo), que são entregues aos produtores agrícolas para controlar as pragas na produção, e assim, substituir o uso de controladores químicos.

Atualmente, e no contexto da pandemia, o laboratório é utilizado para a fabricação de sanitizantes e desinfetantes que são distribuídos gratuitamente em variados postos de atendimento ao público.

Dentre os projetos em incubação, destacam-se:

• Geração de materiais biodegradáveis a base de fungos a partir de substratos de baixo custo derivados de resíduos agrícolas para a produção de embalagens, materiais de construção e vestuário sustentáveis.

• Produção massiva de espécies florestais e plantas nativas mediante micropropagação para fomentar a reflorestação e o ecoturismo.

• Produção de mudas de tomate resistentes aos nematódeos mediante micro enxertias para aumentar a produtividade dos agricultores locais e das indústrias de processamento de tomates.

• Geração de vinhas livres de vírus por meio de técnicas in vitro para aumentar a produtividade dos vinhedos e o uso eficiente da água de irrigação.

• Projeto e produção de sistemas de cultivo hidropônicos semiautônomos de cultura de forragens verdes para fomento da pecuária com alta eficiência no uso d'água entre os pequenos agricultores locais.

• Serviços de tipificação de sexagem para criadores de aves ornamentais por meio de técnicas moleculares de DNA.

• Isolamento das bactérias dos alimentos fermentados para a formulação de suplementos alimentares probióticos para suínos leitões.

• Extração de quitina, quitosana e proteína do inseto Tenébrio Molitor para o tratamento de águas residuais, para a produção de ração animal e para a agricultura orgânica.

• Purificação de frações ricas em lgG do sangue animal do abatedouro local para aumentar a taxa de crescimento e o consumo de ração dos suínos.

• Contribuir para o desenvolvimento local, conhecimento, ciência e tecnologia.

• Gerar empreendimentos biotecnológicos.

• Desenvolver produtos inovadores de alto valor agregado.

• Desenvolver projetos que contribuam para a melhoria da alimentação, da reprodução e da saúde animal e humana.

• Aperfeiçoar processos para a produção de ração, reprodução animal, controle biológico de pragas, estudo de solos.

Site da experiência:
http://idesaugacoop.com.ar/
**Contato:** Carina Lucero

CAPÍTULO 2

# A construção da cidadania desde as infâncias

**Valeria Llobet**

Doutora em Psicologia pela UBA (Universidad de Buenos Aires) e Pós-doutora interinstitucional pelo CLACSO, PUC São Paulo, Cinde-Manizales e pelo Colegio de la Frontera Norte em Ciências Sociais, Infância e Juventude. Trabalha como pesquisadora do CONICET na UNSAM, onde dirige projetos de pesquisa, é orientadora de mestrandos, doutorandos e pesquisadores, é professora de graduação e de pós-graduação. Dirige o Centro de Estudos sobre Desigualdades, Sujeitos e Instituições (EDESI), e é professora titular das disciplinas de graduação Introdução aos Estudos de Gênero, Direitos Humanos e Educação e de Estudos Sociais da Infância e Juventude, e o Diploma de Educação Sexual Integral.

## As infâncias e a cidade. Algumas questões em torno da cidadania infantil

O propósito deste artigo é explorar novamente a relação da infância e a cidade através da noção de cidadania, enquadrada nos processos sociais mais recentes. Considerar a pandemia como uma experiência de aprendizagem pode parecer banal. No entanto, trata-se de um processo que tem suscitado múltiplas redefinições de nossa relação com a cidade, redefinições que podem ser em muitos casos, persistentes.

A definição de cidadania está longe de ser simples, pois ao defini-la, direitos econômicos e políticos valiosos são distribuídos e passa-se a constituir um status social também valorizado. Em nível formal, o conceito de cidadania revela o estatuto legal de pertença a um estado-nação, enquanto que em nível substantivo, a cidadania é um conceito essencialmente "contestado" e disputado, pois reflete diferentes tradições políticas, desafios de vários movimentos sociais. Expressa uma variedade de posicionamentos sociais e políticos em relação com o que constitui a pertença a uma certa comunidade e os direitos e obrigações vinculados a esse tipo de filiação. Termos como "cidadania" e seus significados variam segundo os contextos sociais, políticos e culturais e refletem legados históricos diversos. Como consequência disso, estas diferentes perspectivas determinam as questões de inclusão e exclusão social.

Incorporadas na maioria das definições de cidadania encontram-se noções de dependência/independência, maturidade/imaturidade, competência/incompetência e pertença/exclusão. Estes eixos têm sido relevantes para pensarmos a cidadania das mulheres e das infâncias.

A noção de cidadania infantil tornou-se um conceito relevante para considerar a posição das crianças como membros da comunidade e como titulares de direitos. Por meio da noção de cidadania infantil os direitos das crianças se vinculam com a linguagem de cidadania em geral. Esta linguagem de cidadania é o veículo principal para a inclusão[21] e para gerar novas demandas por direitos, a partir do re-enquadramento de assuntos sociais em termos de direitos e de obrigações[22]. Isto significa que a linguagem dos direitos do cidadão permite traduzirmos os problemas cotidianos e percebê-los sob um novo olhar que faz com que compreendamos sua inscrição na malha de relações entre as pessoas e o Estado.

O argumento primordial para sustentar a cidadania infantil no âmbito dos debates promovidos pela expansão dos direitos humanos e da CDC (Convenção sobre os Direitos da Criança), é, em parte, predicado a partir de uma igualdade fundamental e de igual valor como seres humanos. É possível caracterizar as tensões entre modelos de cidadania universalistas e outros centrados na diferença a partir da conceitualização de um "universalismo diferenciado"[23]. Esta noção ajuda a capturar a relação particular das crianças com a cidadania e com os direitos humanos. De fato, ninguém questiona se as crianças são idênticas aos

adultos nem se devem ter exatamente os mesmos direitos. Alguns direitos são compartilhados com os adultos na forma de direitos humanos, outros são particulares das crianças, e alguns lhes são negados.

Desse modo, as perguntas em torno da cidadania infantil e a relação da infância com a cidade são, no fundo, perguntas pela questão social, isto é, são interrogantes pelos desafios que enfrentamos como comunidade para integrar "os novos" à sociedade. Assim, "o social" configura uma forma de abordar os efeitos das desigualdades e das injustiças nas promessas democráticas da igualdade.

Se conforme os conceitos de Hannah Arendt a cidadania é "o direito a ter direitos", então a ágora, o espaço público, será o cenário no qual os processos de reconhecimento ocorrem. É por isso que o espaço público é o cenário central das disputas pelo direito a participar da definição do que é comum. Ao mesmo tempo, nesse processo de reconhecimento serão estabelecidas as dimensões subjetivas e culturais da cidadania, que fazem corpóreas as relações das pessoas com os direitos e obrigações.

Uma preocupação comum ao considerar a relação entre a cidadania e a infância é a recriação da democracia, parafraseando Castoriadis, a capacidade de nossas sociedades para produzir sujeitos que a interiorizem, transmitam e transformem. Neste sentido, a preocupação pelo caráter transformador e a conquista da utopia democrática estão no coração da cidadania infantil. Porém, inúmeras vezes a centralidade das crianças não se vincula com a sombra persistente da "educação cidadã", ou seja, essa expectativa e ambição de produzir crianças socializadas nas obrigações e nas tradições cidadãs como forma de integrar a nação. Pelo contrário, vincula-se com as aspirações de produção de capital humano e a consequente modulação de relações regulatórias e subjetividades que visem o aumento da produtividade[24].

Visto sob este prisma, a cidadania é um conceito que se considera transparente, mas que ao mesmo tempo expressa ambiguidade e possui caráter amplo. Por um lado, indica a relação entre os cidadãos e o Estado-Nação, e essa relação expressa-se em direitos, deveres e pertença. Por outro lado, qualifica essa relação, centra-se nas ações que "fazem" ao cidadão e que decorrem do exercício de direitos, especialmente da participação, seja esta institucionalizada através do voto ou expressa através de processos coletivos. Porém, segundo estudos como o clássico de Joan Scott sobre a Revolução Francesa, também é uma categoria que permite construir exclusões e hierarquias sociais que aparecem como óbvias, necessárias e saudáveis para a democracia. Durante séculos, nós, mulheres, fomos o epítome dos assuntos que era saudável excluir, porque nossa capacidade de participação política e social era dominada por nossa "natureza". Emocionalidade excessiva e ciclos de vida marcados pelas funções reprodutivas implicavam que nossa participação fosse menos racional e menos objetiva que a masculina. Atribuições semelhantes de incapacidade limitaram — e em muitos sentidos ainda limitam — as possibilidades de participação das crianças. A "natureza" é uma noção fortemente associada com a infância. A imaturidade e a dependência são duas dimensões geralmente concebidas como decorrentes da natureza incompleta da infância. Por sua vez, significa que as regulamentações sobre o comportamento infantil tendem a partir da incapacidade das crianças de "seguir as regras", como vimos em muitos momentos da discussão sobre as medidas preventivas e de cuidado durante a pandemia da COVID-19. Neste ponto, vou me concentrar na próxima seção.

## A cidadania das crianças e o contexto de pandemia

Escrevendo há já um ano de estabelecida a situação mundial de pandemia, e há um ano do começo do Isolamento Social e Preventivo e Obrigatório na Argentina, é evidente que não é possível indagar com perguntas sobre a infância e a cidade sem atravessá-las por aquelas dimensões reveladas pela pandemia da COVID-19 e sua manipulação. A crise sanitária derivada da COVID-19 desde 2020 põe em evidência a maneira em que as sociedades pensam as infâncias. Vou procurar

explorar algumas destas arestas para tentar extrair algumas lições sobre a cidadania de crianças e sua relação com as políticas da cidade. O que acontece com o cotidiano das crianças em uma pandemia, ou seja, o que isso nos revela ou se torna visível para nós em torno das discriminações, pobreza, subordinações, violências, estigmas? Quem "diz" alguma coisa em nome das crianças neste contexto? Quais vozes são tomadas como legítimas na ausência das vozes infantis?

Conciliar os direitos sociais e econômicos com direitos civis num contexto de emergência e retração orçamentária é um desafio para os governos locais, desafio que expressa, em sua resolução, as prioridades da gestão.

Em primeiro lugar, a queda da renda familiar durante a pandemia representou um duro golpe que na Argentina — e em particular na cidade de Buenos Aires, de onde escrevo — não esteve acompanhada por políticas de proteção suficientes. Assim, 42,3% das famílias inquilinas tinham, em dezembro de 2020, dívidas com o aluguel (CELS, 2021), sendo que a suspensão dos despejos e o congelamento dos preços dos aluguéis foram medidas transitórias que em março de 2021 não estão mais em vigor. Também não continua vigente, desde novembro de 2020, a Renda Familiar Emergencial ou IFE (Ingresso Familiar de Emergência). O programa de atendimento emergencial habitacional da cidade tornou-se uma medida paliativa a posteriori, pois as famílias já estavam vivendo nas ruas, e mesmo assim, o acesso tornou-se ainda mais difícil e restrito. Somado a isso, o "endurecimento" da Lei de Segurança na cidade, que acarreta perseguição aos comerciantes informais e vendedores ambulantes, também tem graves consequências nas possibilidades de as famílias conseguirem um piso básico de direitos.

Assim, a presença domiciliar de crianças e de adolescentes menores de 18 anos não se concretizou como forma de proteção do direito à moradia — temos visto inúmeros despejos que afetaram famílias com crianças — nem tem sido uma forma de garantir o acesso à alimentação: as entregas de alimentos em instituições educacionais estavam longe de ser universais. O contexto da pandemia construiu uma espécie de invisibilização das famílias e das crianças forçadas a deslocarem-se nos momentos nos quais a ilusão do confinamento e a estratégia de fixação da população eram dominantes.

Em segundo lugar, as crianças e os adolescentes constituem uma das faixas etárias mais castigadas pelas consequências subjetivas, sociais, econômicas e políticas do confinamento. Tanto da relação com o espaço educacional como de sua relação com a cidade, os espaços de participação cidadã, de sociabilidade e de lazer ou espaços lúdicos, de autonomia de crianças e adolescentes foram restringidos ou suspensos. E a América Latina tem o raro privilégio de ter sido a região do mundo que primeiro suspendeu as aulas e que mais demorou em retomar as atividades educacionais presenciais, com graves consequências principalmente para os setores que já tinham seus direitos restringidos. Por sua vez, o confinamento no espaço domiciliar leva à perda de privacidade e à exposição a situações e relações autoritárias e abusivas: as agências de proteção de direitos estimaram uma diminuição acentuada das reclamações nas linhas diretas de atendimento por casos de violência contra a infância; enquanto um aumento nos suicídios, tentativas de suicídio e lesões autoprovocadas em adolescentes é estimado junto com um acrescentamento na violência de gênero e nos feminicídios.

Este contexto social tem sido uma lupa sobre o fato de que a arquitetura institucional e as capacidades do Estado efetivamente consolidam, ampliam ou restringem a cidadania "realmente existente". Os discursos sobre a infância nesse contexto relançaram temas contrários aos direitos da infância, voltando, cem anos depois, às figuras de risco presentificadas nas e pelas crianças e às estratégias de restrição da autonomia, estabelecimento espacial e privatização no espaço domiciliar como modos de proteção. As imagens do perigo mortal vinculadas com a circulação de crianças e adolescentes no espaço público e o entrelaçamento

entre morte e cenários de efetivação de direitos da infância como a escola configuram um cenário complexo na medida em que se autojustificam e legitimam apelando a ideias ambíguas de "cuidado".

Isso nos posiciona na necessidade de repensar a cidadania infantil para incorporar não apenas a participação na cidade, mas também para, de alguma forma, esticar as fronteiras entre o espaço público e o privado, entre a proteção e a autonomia.

Se "cidadania" remete expressamente ao espaço da cidade como forma de encontro entre cidadãos para construir coletivamente o governo do que é público, remete também às formas em que o corpo infantil pode ser visível nesse espaço e habitá-lo plenamente, fazendo com que sua voz seja escutada. Precisamente ao construir as materialidades da cidadania e pensar sobre os corpos infantis, as fronteiras entre o lar e a ágora deveriam ser tensionadas e pensadas — como afirma o feminismo — como um espaço de disputa política. Isto é, a definição dessas fronteiras, o que é atribuído ao âmbito privado e o que é considerado público, faz parte da luta política pela definição da justiça social e da igualdade.

### As desigualdades na cidade

Embora a cidade em termos geopolíticos seja apenas uma, abriga em si muitas outras cidades: as condições de vida em seus bairros ou distritos podem ser verdadeiramente diferentes; então, o acesso à educação, lazer ou recreação, saneamento, trabalho, deslocamento, etc. envolvem possibilidades diferentes para vivenciar e participar da cidade. As crianças de setores populares vivem em bairros com pior qualidade de ar, com mais poluição sonora e também ambiental.

Neste ponto, é necessário reconhecer que as concepções de cidade que visam aumentar a segregação das classes sociais — através da diferenciação do mercado imobiliário, da desigualdade quanto a benefícios, de uma infraestrutura urbana inadequada ou insuficiente, etc. — fazem com que a concretização da cidadania infantil e sua participação substantiva sejam ainda mais difíceis.

Por sua vez, as desigualdades têm efeitos dependendo do momento de vida que estejam passando as pessoas que sofrem com elas, e isso porque os usos e apropriações da cidade, bem como os efeitos ao habitá-la, não são os mesmos se falarmos de crianças. Sua presença em bairros luxuosos é imediatamente associada a risco e a problemas de segurança, transformando seus corpos em sumamente visíveis ou em invisíveis.

A desigualdade na cidade durante a pandemia se expressa na proximidade ou distância que as pessoas tenham dos espaços verdes, na existência nos bairros de locais suficientes de abastecimento alimentar, de atendimento sanitário e de prestações para garantir os cuidados com a saúde, enfim, está vinculada com a distribuição territorial do acesso aos direitos e com a ampliação ou restrição do tempo disponibilizado para o cuidado: quanto pior a distribuição territorial, maior o dispêndio com deslocamentos para atingir as condições básicas mínimas para a reprodução social. Também se expressa na distribuição desigual da superlotação e precariedade habitacional, e assim, na ocorrência

desigual dos acidentes domésticos.

Do ponto de vista da infância, passa a ser necessário considerar as dimensões ambientais e geográficas do espaço e as dimensões subjetivas da experiência da cidade, dada a importância de aspectos tais como a estabilidade, a sensação de segurança e a percepção de segregação na vida cotidiana das crianças. A construção simbólica do espaço público pós-pandemia apresenta desafios especiais na hora de pensar as possibilidades da infância para habitá-lo novamente. Especialmente, apresenta o desafio de repensar a escala da cidade para que esteja "à altura" das crianças.

Por sua vez, a educação escolar é uma das grandes perdas da pandemia da COVID-19 e com ela, o futuro das novas gerações aparece sob caução. A brecha, a exclusão digital e o limitado investimento em conectividade como direito do cidadão mostraram que pensar a cidade como educadora requer a incorporação das telecomunicações e da Internet como uma questão de equalização da intervenção estatal. Isto é, a migração para formas de atenção remota e a virtualização de emergência do sistema educacional sem a mediação de intervenções estatais para universalizar seu acesso conduzem à fragmentação da cidadania e da vivência da cidade que podem ser muito difíceis de serem revertidas.

## Participações infantis e projetos locais

Apesar da gravidade da situação, não é o espaço escolar o único espaço educativo na cidade, e não é a brecha ou exclusão digital o único obstáculo para o acesso à educação.

Nesta edição da revista são apresentados três projetos locais que visam à extensão das noções de educação e de participação para repensá-las em diversos espaços. Assim, a "Praça dos Direitos - Camargo unido contra a violência infantil", de Camargo (Brasil) busca interrogar as infâncias como sujeitos de direitos e atores na transformação dos conflitos sociais. Do mesmo modo, o município de Guarulhos apresentou o projeto "Educação transformadora: por uma infância democrática", um projeto político pedagógico com base na gestão democrática e participativa, mediante o qual as infâncias, a comunidade escolar e os educadores participam da tomada de decisões para a organização escolar. Por sua vez, o programa "Promotores cidadãos" da cidade de León (México) visa à formação cidadã dos estudantes que fazem parte de oficinas participativas para a identificação de problemáticas na escola e em seu contexto a fim de gerarem propostas de ação.

Como podemos observar, trata-se de concepções pluralistas sobre participação, cidadania infantil e educação: tanto seja interpelando as crianças como atores capazes de guiar processos de resposta a problemas sociais, como considerando-as atores válidos e capazes de guiar o agir institucional, ou ainda interpelando-as como promotores sociais capazes de exercer influência no entorno.

Neste sentido, podemos salientar que a cidadania também envolve dimensões sociais, culturais e subjetivas. Assim, os espaços e as práticas cotidianas de respeito e de reconhecimento, mesmo em condições de desigualdade permitem o surgimento da cidadania como posição e como identidade. No contexto dos cenários de participação infantil, é fundamental implementar análises que envolvam as noções de respeito, autonomia e proteção, visto tratar-se de espaços em que se desenvolvem relações intergeracionais que não são apenas relações desiguais de poder, mas também podem acarretar a negação de acesso aos direitos dos participantes mais frágeis da interação. A necessidade e a contingência da relação entre crianças e adultos estão no centro das práticas que são formuladas como políticas e normas de infância.

A possibilidade de reforçar as formas de interpelar as infâncias como atores sociais cuja voz é relevante para a cidade é uma estratégia de suma importância para a pós-pandemia. Uma cidadania ativa e com capacidade de influência é uma condição que também depende do arcabouço institucional previsto para este tipo de participação. Do mesmo modo, a participação das infâncias requer um Estado local capaz de dar resposta a tal compromisso cidadão infantil. Em particular, o risco do

tecnocratismo ou da mera retórica participativa tem efeitos nos direitos das crianças, já que podem considerar a participação como um instrumento e não como o exercício substantivo da cidadania, ou seja, como uma forma de colocar as necessidades e a voz das crianças no espaço público.

De outro lado, assumir que a infância constitui um grupo coerente ou que define necessidades e desejos idênticos sem considerar as diferenças de gênero, classe, etnias, de capacidades, etc. é uma decorrência negativa de uma noção abstrata de direitos da infância. Incorporar na construção de cidadanias infantis questionamentos sobre diversidades e desigualdades entre as crianças e entre as vivências infantis na cidade é uma ferramenta necessária para remover barreiras à participação e avançar na construção da cidadania.

## Para concluir

Nos processos participativos, muitas vezes as infâncias adotam a linguagem de direitos para falarem de si mesmos. Isso demonstra que a socialização e a aprendizagem são a base para construir a experiência cidadã do ponto de vista subjetivo. Ao mesmo tempo, muitas vezes a linguagem de direitos é a que faz com que as necessidades e interesses infantis sejam inteligíveis ao Estado. Neste sentido, é relevante assinalar que a linguagem de direitos é situacional e que está atravessada e transformada pela experiência cotidiana. Por sua vez, mostra que estas experiências infantis dos direitos misturam-se com os processos de formação de políticas, que em definitiva negam ou possibilitam a sua concretização.

Em outras palavras, a cidadania é performativa. As pessoas posicionam-se como cidadãos quando a cidadania é uma posição e uma experiência que estão disponíveis. Ao mesmo tempo, a forma em que falamos e concretizamos a cidadania pode excluir grupos, marginalizá-los e privá-los de seus direitos. São múltiplas e simultâneas as iniquidades, e não contemplar este fato leva à construção de barreiras e exclusões. A cidadania infantil é mais um processo dinâmico que um conjunto or-

ganizado de direitos e responsabilidades. De um lado, as crianças podem ser consideradas tanto autônomas como objeto de proteção. De outro, podem ser ambiguamente vistas como agentes de risco e de insegurança ou vítimas inocentes.

No entanto, o contexto crítico da pandemia tornou possível visibilizar como as emoções, as fragilidades e os medos estão longe de serem dimensões privadas e individuais e são capazes de moldar os processos sociais. As meras possibilidades de assistência social dependem da eficácia com que os discursos públicos sobre o manejo da pandemia respondem a tais emoções e medos.

Os medos, as ansiedades, as emoções das crianças foram mediadas e traduzidas pelos adultos. Ao serem confinadas no âmbito privado, as crianças foram silenciadas e "representadas" por seus cuidadores. Porém, há muito aprendemos que essa representação envolve mediações que se fazem à distância através das vozes dos representados. Trata-se de um enorme desafio para os governos locais gerar as condições para que as crianças possam participar expressando suas vivências, experiências e aprendizagens sobre a cidade em torno da pandemia da COVID-19. A desconfiança no outro, que de alguma forma reordenou o espaço público, já era um dos fatores que dificultava a participação das crianças na cidade. Ponderar o valor da emocionalidade em termos de cidadania e não encaminhar as emoções ao espaço privado como algo que não corresponde à vida pública é uma forma de desandar a desconfiança e a percepção de insegurança e risco que o espaço público e o espaço escolar conotam.

Neste sentido, as crianças reinventaram diversas formas de sociabilidade autônoma, não administrada pelos adultos. Talvez tenha sido uma maneira de desfrutar, que pode ser pensada como uma porta de entrada para permitir que se desfrute da cidade. Isto é de grande relevância para repensar a vida na cidade e muitas lições para o projeto de políticas podem surgir ao entendermos e escutarmos as experiências das crianças.

Em suma, há uma necessidade de reformular o conceito de cidadania. Dinamismos, jogos e aprendizagens, emocionalidades e sensibilidades, vozes, silêncios e gritos, deslocamentos e imobilização, visibilidade, invisibilidade e hipervisibilidade, respeito e autonomia aparecem como noções a serem repensadas como parte fundamental do modo em que a participação das infâncias na cidade é concebida.

Reabilitar o futuro como promessa e a cidade como um espaço amigável com as crianças aparecem como questões-chave de uma nova normalidade pós-Covid. A construção simbólica do espaço público pós-pandemia apresenta desafios especiais na hora de pensar as possibilidades da infância para voltar a habitá-lo. Desse modo, a construção de oportunidades de participação no processo de formação de políticas públicas para as infâncias encontra novos desafios neste contexto de pandemia.

**Notas:**

21. Allison James y Adrian L. James, 2004. Constructing Childhood Palgrave Macmillan, Houndmills
22. Invernizzi, Antonella y Jane Williams (comps) (2008) Children and Citizenship, Sage: Londres.
23. Lister, Ruth (2003) Citizenship: Feminist Perspectives, Basingstoke: Palgrave
24. Lister, Ruth (2003) Citizenship: Feminist Perspectives, Basingstoke: Palgrave

**Tuline Gülgönen**

Mestre em filosofia pela Universidade Paris I e Mestre em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Fez a sua tese de doutoramento sobre o enfoque dos direitos nas ONGs de proteção dos direitos das crianças no Instituto de Pesquisas Jurídicas da UNAM e um pós-doutorado no Instituto de Pesquisas Sociais da UNAM. Atualmente mora em Berlim. É pesquisadora associada do Centro francês de Estudos Mexicanos e da América Central (CEMCA). Ministra aulas em várias instituições acadêmicas e realiza de forma independente projetos de participação infantil.

# Reflexões em tempos de pandemia sobre a cidadania das infâncias na Cidade do México

O objetivo deste artigo é dar algumas orientações que contribuam para o debate sobre o reconhecimento da cidadania das infâncias urbanas. Especificamente busca-se identificar neste trabalho, a grosso modo, os principais obstáculos para a participação das crianças em nível urbano, e os desafios existentes para que possam habitar plenamente as cidades. Ser partícipes da vida social e política, atores reais da cidade, é de fato a definição de cidadania que aqui se propõe. Esta definição vai além da simples titularidade de direitos, e obviamente da definição oficial da cidadania no México, que exclui explicitamente as crianças[25].

Estas reflexões surgem a partir de uma longa pesquisa sobre a cidade, a cidadania e a infância na cidade do México, prévia à pandemia, que significou um trabalho sobre a percepção que as crianças de diversas áreas têm da cidade, e de uma análise das políticas públicas urbanas dirigidas às infâncias[26]. Querer unir categorias como a(s) infância(s), a cidade e a cidadania apresenta hoje em dia desafios adicionais, devido a que o contexto e a gestão da pandemia reforçaram fatores e tendências que dificultavam previamente o reconhecimento da cidadania das infâncias urbanas (e das infâncias em geral, mas vamos nos limitar aqui ao contexto urbano). São estes fatores que vão ser expostos neste artigo.

**Enclausurar as infâncias**
**A pandemia como revelador**

Segundo o último censo, viviam na Cidade do México 1.780.113 crianças de 0 a 15 anos, que representam 19 % da população da cidade[27]. Não é possível falar neste contexto de uma e única infância urbana. Além das diferenças relacionadas com a variação da idade muito ampla que cobre a categoria "infância", há uma multiplicidade de identidades que a atravessa, como a classe social, a origem étnica, o gênero, a deficiência ou a identidade sexual, entre outras. A estes fatores acrescenta-se o fato de na Cidade do México morarem crianças em áreas rurais. Estas diversas infâncias não habitam a cidade da mesma forma, e também não têm acesso à mesma cidade, e isso tem por sua vez um impacto sobre o reconhecimento da sua cidadania.

A pandemia revela e potencia as injustiças territoriais e as desigualdades sociais estruturais

que afetam à maioria das crianças das cidades da América Latina, não somente em termos de acesso a serviços de saúde e de educação, mas também porque evidencia e incrementa condições de vida urbanas muito desiguais. Para retomar a análise de Ana Falú (2020) sobre as mulheres, as cidades e a pandemia, nem todas as crianças têm casa, e muitas também não têm água encanada para lavar as mãos com frequência. Todas as crianças sofrem a clausura e a falta de contato com os seus semelhantes, como reporta a enquete "A Infância Clausurada" realizada com crianças de 6 a 17 anos no México entre maio e junho de 2020 (Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México, 2020), mas quem habita moradias precárias e não tem acesso a serviços básicos (ou seja, 65.7% da população infantil, segundo o Conselho de Avaliação do Desenvolvimento Social da Cidade do México (2020, p 20) sofre mais. O amontoamento e a falta de espaço são mais sentidos quando as crianças têm que estar confinadas em casa. As crianças que convivem com pessoas violentas também sofrem mais nestas condições (Rede pelos Direitos da Infância no México 2020). As crianças que moram em instituições de cuidado, ou em estabelecimentos penitenciários, também.

Por outro lado, a clausura das crianças em tempos de pandemia não fez mais do que acrescentar a tendência já existente de desaparecimento do espaço público para as crianças, com variações segundo a classe social[28]. Tem-se valorizado, durante o último ano, a ideia de que o espaço privado é o melhor lugar para as crianças, omitindo o fato de a maioria dos casos de violência perpetrados contra elas acontecerem no espaço privado. A desconfiança nos outros, o "estranho", já interiorizada tanto pelos adultos quanto pelas crianças antes da pandemia (Gülgönen e Corona, 2015), cresceu até fazer pensar que qualquer encontro no espaço público é potencialmente perigoso e tem que ser evitado.

Por sua vez, as "bolhas" criadas nos estratos médios altos durante a pandemia legitimam a homogeneidade social (o "entre-si") já presentes com a fragmentação espacial e uma política de separação entre crianças de famílias ricas e pobres. No México, as escolas estão fechadas, mas a escola foi transferida à residência no caso das famílias suficientemente ricas para pagar professores que possam continuar dando as aulas em casa. Nestes casos, as crianças também continuam tendo interações reais com os seus colegas de classe, e não somente através das telas, que na maioria das vezes é mais importante para elas que o conteúdo das aulas.

No contexto da enquete "Infâncias Clausuradas" realizada no México, a resposta mais frequente da maioria das crianças consultadas na Cidade do México sobre de que sentem mais falta desde o início da pandemia é de "[p]oder fazer as atividades como ir ao cinema, sair ao parque, fazer atividades físicas, jogar futebol ou alguma outra coisa", mais do que outra opção que era "sair para a rua". Como mostra o relatório da consulta nas suas conclusões: "Mais um elemento que para outras gerações foi o terreno principal de entretenimento para as crianças e adolescentes, e inclusive serviu de coesão familiar e comunitária, é agora um fator ausente: a rua. Este âmbito espacial não faz parte majoritária do imaginário das crianças, embora sair seja um desejo posterior para quando a pandemia acabar. No tocante às medidas para recuperar o espaço público e garantir a segurança das crianças e adolescentes neste âmbito, é importante continuar com os esforços por revalorizar este espaço como um fator importante do seu desenvolvimento e construção de autonomia. É por isso que é necessário gerar estratégias com a possibilidade de as crianças saírem, não só a primeira infância, também os adolescentes, para desenvolverem atividades de lazer, sob condições que protejam a sua saúde, da sua família e da sua comunidade" (Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México, 2020, p. 131).

**Políticas urbanas e exclusão das infâncias**

A exclusão das crianças do espaço urbano observada antes da pandemia, deve-se ao incremento

da violência nas últimas décadas, mas também à ausência de políticas públicas urbanas para e com as infâncias. Na Cidade do México não existe uma instância que se encarregue de proteger os interesses das crianças, na sua pluralidade e de forma transversal, em nível urbano. Também não existem mecanismos permanentes que permitam às crianças ser copartícipes da produção da cidade. O Conselho Promotor dos Direitos das Crianças do Distrito Federal, que foi declarado em 2010 como mecanismo para fazer ouvir as vozes das crianças sobre os seus direitos em geral (e não somente em nível urbano), nunca funcionou, e o reconhecimento de "Cidade amiga" concedido à Cidade do México em 2010 foi simplesmente um evento decorativo. Em 2018 foi anunciada a criação do Mecanismo de Participação de Crianças e Adolescentes do Sistema de Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes (SIPINNA) da Cidade do México[29]. No entanto, até o momento não começou a funcionar este mecanismo, que também pretendia enfocar os direitos da infância de forma geral, mais do que sobre a inclusão de crianças em assuntos relacionados com o planejamento da cidade.

As escassas atividades apresentadas como eventos de "participação infantil" realizados em nível institucional na Cidade do México têm sido até hoje eventos pontuais, como assembleias realizadas de forma excepcional, enquetes, ou inclusive certames de produção de desenhos. Este tipo de eventos, que têm sido a versão mais comum no mundo todo do que deveria ser a "participação infantil", foram muitas vezes criticados por não permitir incluir realmente as vozes das crianças (Barlett, 2005; Comitê dos Direitos das Crianças, 2009). É grande o risco de que a participação se converta em mais um simulacro, inclusive em programas mais amplos como "Cidades amigas da infância" promovido pelo UNICEF com os governos locais. (Bartlett, 2005)[30]. Outra das críticas que foram dirigidas aos programas de "participação infantil" é que se pensa com mais frequência nos efeitos positivos da participação para o desenvolvimento da criança e da sua educação (para a "formação da cidadania", por exemplo), do que em termos de valor prático de contribuição aos processos locais. Na maioria das vezes, as vozes das crianças ficam isoladas, sem penetrar nos âmbitos "adultos" que são normalmente fechados para elas (Idem). Outro limite destes programas é que dificilmente garantem a inclusão das crianças em contextos diversos, e principalmente naqueles mais marginais (UNICEF 2012; Evans y Holt, 2011).

A avaliação da participação real da população nos

programas de participação cidadã existentes na Cidade do México (como o Programa de Melhoria dos Bairros da Cidade do México, o Orçamento Participativo, ou o Programa de Resgate de Espaços Públicos, em nível federal), e especialmente dos setores da população tradicionalmente excluídos, ultrapassa o alcance deste artigo, mas é mister salientar que todos os programas excluem explicitamente a crianças por elas serem menores de idade.

Na capital mexicana, a omissão das infâncias, mas também dos interesses dos setores tradicionalmente excluídos da tomada de decisões em geral, foi o resultado da prioridade dada durante décadas ao uso do automóvel, e ao extrativismo urbano que acompanha a prevalência de interesses privados. A cidade não está planejada para a maioria da população, e, portanto, limita o gozo do seu direito à cidade. Em especial, é mister mencionar os perigos vinculados com a infraestrutura urbana inadequada, à qual se somam os danos à saúde gerados pela poluição do ar, que afetam particularmente às crianças (Greenpeace e Rede pelos Direitos da Infância no México, 2018). Por sua vez, a falta de espaços públicos adequados para as crianças afetaram a possibilidade de brincar ao ar livre. Os espaços previstos para jogos ao ar livre são geralmente espaços remanescentes (os chamados "Parques de bolso", "Baixos de viadutos" localizados embaixo de viadutos, "Parque lineares" localizados em canteiros centrais ou rotatórias em meio de ruas e avenidas, muitas vezes sob linhas de alta tensão) onde é colocado mobiliário de brinquedos porque não podem servir para nada mais rentável[31].

No entanto, a concepção classista que prevalece na cidade deu espaço a políticas urbanas radicalmente diversas dependendo do bairro. A ausência do desfrute ao direito à cidade por parte dos seus habitantes em geral, e principalmente das crianças, deve ser matizada[32]. Essa concepção submete-se e confunde-se com uma visão da cidade ao serviço dos interesses privados, que tem gerado um incremento de políticas urbanas já desiguais em si mesmas, também para as infâncias. A remodelação ou a criação de espaços verdes e de áreas de jogo por parte de instituições governamentais, no México, tem sido com frequência um "simples suplemento de acompanhamento para grandes operações imobiliárias" (Delgado, 2015, pp. 11; Delgadillo, 2014)[33]. Em 2019, ao mesmo tempo em que eram desmanteladas as principais instâncias encarregadas do desenvolvimento urbano na cidade do México, o novo governo da cidade reconheceu explicitamente no seu Programa de Governo que "[o] espaço urbano não pode estar ao serviço dos interesses do desenvolvedor imobiliário, da corrupção dos governantes e do planejamento do desenvolvimento com programas externos que não reconhecem o direito dos cidadãos ao planejamento participativo das suas comunidades, bairros e povoados"[34]. Não foram incluídas até hoje as crianças dentro desta definição de cidadania.

**Conclusões**

A exclusão das crianças da cidade e a sua segregação dentro dela vinculam-se profundamente com a sua exclusão da cidadania. Os elementos que geraram esta exclusão acentuam-se no contexto da pandemia, mas já existiam antes, de forma distinta e desigual. Ao mesmo tempo o isolamento que gerou a pandemia fez entender a importância de estarmos juntos, ao ar livre, e oferece uma grande oportunidade para repensar e melhorar as cidades.

As crianças ainda são percebidas em muitos contextos como "sujeitos que ainda não habitam plenamente a linguagem, a cidadania e a cidade", como foi dito pelo curador da exposição "Playgrounds. Reinventar la plaza" ocorrida em Madri em 2014 (Lars Bang Larsen, 2014). O espaço privado, ao que as crianças ficam relegadas, é um espaço que tradicionalmente foi considerado como apolítico, quando o espaço público foi definido como o espaço da cidadania (Mouffe, 1999). Pensar a cidadania das infâncias pressupõe não somente incluir espaços físicos para as crianças, mas também reconhecer que são habitantes plenos das cidades, juntamente com outros.

**Notas:**

22. As crianças são um dos atores excluídos da cidadania pela Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, que define no seu artigo 34: "São cidadãos da República os homens e mulheres que, sendo mexicanos, reúnam, ademais, os seguintes requisitos: I. Ter 18 anos ou mais, e II. Ter uma maneira honesta de viver". Dentro das prerrogativas dos cidadãos, definidas no artigo seguinte, encontram-se: "I. Votar nas eleições populares; II. Poder ser votado para todos os cargos de eleição popular, e nomeado para qualquer outro emprego ou comissão, contando com as qualificações que estabeleça a lei; III. Associar-se individual e livremente para fazer parte de forma pacífica nos assuntos políticos do país (artigo 35).

23. O presente artigo retoma parte das análises desenvolvidas no contexto de uma estância pós-doutoral no Instituto de Pesquisas Sociais da UNAM com o Projeto "Cidadania, espaço urbano e papel social da infância: Como pensar a integração das meninas e dos meninos na cidade?", desenvolvido entre 2013 e 2015 e do projeto de pesquisa "Espaços públicos para crianças na Cidade do México" que fiz como pesquisadora associada do Centro de Estudos Mexicanos e da América Central (CEMCA) entre 2015 e 2017. O trabalho de campo foi realizado antes da mudança de governo, tanto em nível federal como em nível local na Cidade do México, em 2018, o que contribuiu para uma mudança do discurso e modificações institucionais substanciais, pelo qual as reflexões apresentadas não derivam de uma análise da gestão municipal atual.

24. Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI), http://cuentame.inegi.org.mx/monografias/informacion/df/poblacion/comotu.aspx

25. A relação inversa entre a presença das crianças no espaço público, o grau de liberdade de movimento e o nível socioeconômico da sua família, que são observados em várias partes do mundo (Rissotto e Giuliani, 2005), é muito mais acentuada nas megalópoles da América Latina, onde a fragmentação social é mais marcante e onde coabitam sem deparar com crianças de estratos populares, aquelas que acompanham aos seus pais que trabalham no espaço público ou que moram nas ruas, com as crianças de estratos médios altos que são transportados de carro de um espaço privado a outro, com o acompanhamento contínuo de um adulto (Gülgönen, 2020).

26. Este mecanismo, que foi criado também em nível federal faz parte da remodelação institucional que ocorreu de forma gradual a partir da promulgação da Lei Geral dos Direitos das Crianças e Adolescentes em 2015. E especificamente a partir da nova arquitetura institucional para a proteção dos direitos da infância, do qual o SIPINNA, que pretende funcionar como instituição articuladora de uma política transversal para a infância, é a peça central, tanto em nível federal como em nível estatal e local. A simples existência do SIPINNA está atualmente sendo debatida.

27. As "Cidades amigas da infância" variam em grande proporção. O compromisso dos governos locais parece aqui ser determinante para o funcionamento dos mecanismos que envolvem realmente as infâncias. A Cidade de Rosário, onde a iniciativa começou em 1996, é frequentemente citada como caso de sucesso: os conselhos das crianças reúnem-se com frequência em diversos lugares da cidade, o que permite garantir que abranjam as diversas realidades locais. Também a escolha por sorteio dos/das conselheiros/as permite a presença de crianças que não necessariamente possuem as melhores habilidades discursivas, como costuma acontecer nos "espaços de participação infantil" planejados por adultos. A idade das crianças é limitada (de 9 a 10 anos). No entanto, este projeto de longo prazo parece ser um bom exemplo de envolvimento das crianças em nível urbano (UNICEF México, 2020).

28. Segundo o "Guia de planejamento do espaço público seguro, inclusivo e sustentável", publicado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, os parques lineares são "áreas ajardinadas ao longo de vias de circulação viária onde se instalam passarelas, ciclovias, áreas para treino, brinquedos infantis e pequenas quadras de esporte. É comum as áreas de restrições federais, onde não é permitida a construção, como debaixo das linhas de alta tensão, serem utilizadas para o lazer e o esporte" (Sedesol, 2007, p. 42).

29. Esta visão classista da Cidade, que reflete a gestão desigual das diferentes áreas da cidade, em termos de serviços e de infraestrutura urbana, aparece de forma explícita nas reflexões das pessoas encarregadas de planejar espaços públicos na Cidade do México que entrevistei em 2015:

"Que tipos de brinquedos ter, que tipo de brinquedos para diferentes tipos de crianças? As crianças de Iztapalapa não são as mesmas que as de Santa Fé. Não são iguais embora se alimentem da mesma forma, mas elas têm diferentes necessidades" (Entrevista, Direção de Patrimônio Cultural Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Moradia (SEDUVI), Cidade do México, 3 de maio de 2016).

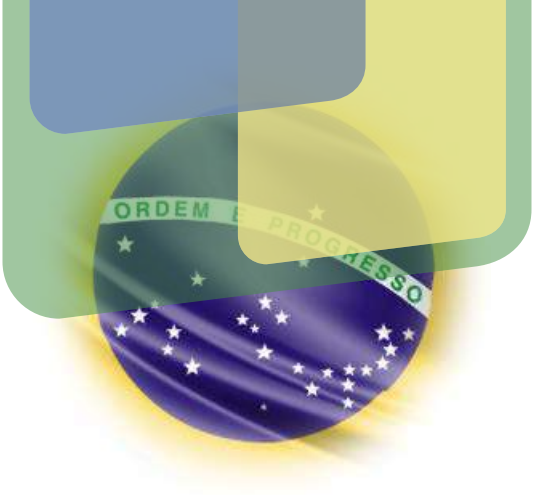
"Todos os aspectos devem ser considerados...vai depender do entorno, não é? Por exemplo, a colônia de San Felipe de Jesus, na I. Madero, é uma comunidade muito... conflituosa. E quando vamos à Colônia Lindavista encontramos outro tipo de pessoas. Não vou colocar o mesmo tipo de jogos e brinquedos em San Felipe de Jesus e em Lindavista, entendem? Pois é, lá devo colocar outro tipo de brinquedos (...) [que] são mais resistentes, mais duráveis, não acham? Na outra, outros brinquedos que são mais caros. Pois, porque lá os brinquedos são quebrados, roubados, desmantelados... Sei lá. Vejam que depende do entorno, de muitas coisas" (Entrevista, Direção Geral de Obras e Serviços Urbanos da Delegação Iztapalapa, Cidade do México, 10 de junho de 2016).

30. Vários dos novos parques foram construídos efetivamente ao lado de grandes projetos imobiliários, como o parque linear em "Nuevo Polanco" ou o Jardim Pushkin na Roma, ou de forma mais espetacular, o parque "A Mexicana" que contorna a área recentemente construída de Santa Fe.

31. "Programa de Governo da Cidade do México 2019-2024", 2.2., disponível em https://plazapublica.cdmx.gob.mx/processes/programa-de-gobierno-cdmx/f/1/proposals/46)

**Bibliografía**


- Bang Larsen, Lars y Pérez de Arce, Rodrigo (eds.) (2014) Playgrounds. Reinventar la plaza, Madrid, Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2014
- Bartlett, Sheridan (2005), "Integrating children's rights into municipal action: A review of progress and lessons learned", Children, Youth and Environments, 15(2), pp. 18-40
- Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México (2020), Infancias encerradas, Consulta a niñas, niños y adolescentes. Reporte de la Ciudad de México, México, CDHCDMX
- Comité de los Derechos del Niño (2013) "Observación General No. 17: El derecho del niño al descanso, el esparcimiento, el juego, las actividades recreativas, la vida cultural y las artes (artículo 31)", Organización de las Naciones Unidas, Ginebra
- Comité de los Derechos del Niño (2009), "Observación General núm. 12: El derecho del niño a ser escuchado", Organización de las Naciones Unidas, Ginebra
- Consejo de Evaluación del Desarrollo Social de la Ciudad de México, "Infancias en la Ciudad de México 2020", Consejo de Evaluación del Desarrollo Social de la Ciudad de México, México, disponible en https://www.evalua.cdmx.gob.mx/comunicacion/nota/infancias-en-la-ciudad-de-mexico-2020
- Delgadillo, Víctor (2014), "La política del espacio público y del patrimonio urbano en la Ciudad de México: discurso progresista, negocios inmobiliarios y buen comportamiento social", XIII Coloquio Internacional de Geocrítica "El control del espacio y los espacios de control", Barcelona, 5-10 de mayo de 2014, disponible en http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Victor%20Delgadillo.pdf
- Delgado, Manuel (2015), El espacio público como ideología, Madrid, Catarata
- Evans, Ruth y Holt, Louise (2011), "Diverse spaces of childhood and youth: gender and other socio-cultural differences", Children's Geographies, 9(3-4), pp. 277-28.
- Falú, Ana (2020), "La vida de las mujeres en confinamiento en las ciudades fragmentadas. Un análisis feminista de los temas críticos", Astrolabio Nº25, pp. 22-45
- Greenpeace y Red por los Derechos de la Infancia en México (2018), No apta para pulmones pequeños. Diagnóstico de calidad del aire y el derecho de niñas, niños y adolescentes al aire limpio, México, 2018
- Gülgönen, Tuline (2020), "The notion of neighborhood. Children's perspectives on the city and sense of place in Mexico City, en Derr, V. y Corona, Y., Latin American Transnational Children and Youth, Routledge, Londres
- Gülgönen, Tuline y Corona, Yolanda (2015), "Children's Perspectives on Their Urban Environment and Their Appropriation of Public Spaces in Mexico City", Children, Youth and Environments, 25(2), pp. 208-228
- Mouffe, Chantal (1999), El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical, Paidós, Barcelona, Buenos Aires, México
- Red por los Derechos de la Infancia en México (2020), "Impacto de la pandemia de COVID-19 en los derechos de la infancia en México, desafíos y oportunidades", México, REDIM
- Risotto, Antonella y Giuliani, Vittoria (2006), "Learning Neighborhood Environments: The Loss of Experience in a Modern World", en Christopher Spencer y Mark Blades (eds.), Children and Their Environments: Learning, Using and Designing Spaces, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 75-90
- Secretaría de Desarrollo Social (SEDESOL) (2007), Guía de diseño del espacio público seguro, incluyente y sustentable, México, SEDESOL
- UNICEF (2012), Estado Mundial de la Infancia 2012. Niñas y niños en un mundo urbano, Nueva York, UNICEF
- UNICEF México (2020), Compilación de procesos exitosos de participación de niñas, niños y adolescentes en México, América Latina y otras regiones del mundo, UNICEF, México




Camargo, Brasil • 2016 a 2019

## A praça dos direitos: Camargo unido contra a violência infantil

O município de Camargo está localizado na região da Encosta Superior do Estado do Rio Grande do Sul. Situa-se a 260 km de Porto Alegre (capital do Estado) e possui clima temperado subtropical característico da zona.

A agricultura e a pecuária são a base da economia do município. Na agricultura predomina o sistema de policultivo produzindo safras comerciais e de subsistência. Atualmente, pequenas indústrias se instalaram no município, gerando renda e empregos.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município tem aproximadamente 2.726 habitantes, sendo 1.226 residentes na zona urbana e 1.500 na zona rural. No que diz respeito à diversidade cultural, pode-se dizer que a maioria dos habitantes é descendente de italianos — a colonização começou por volta de 1915 e os hábitos e costumes deixados pelos ancestrais ainda são preservados.

A praça dos direitos surgiu no município de Camargo por ocasião das reuniões da Rede de Apoio Escolar (RAE) que é intersetorial, composta pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Brigada Militar, e outros setores profissionais e escolares.

O projeto pretende trabalhar com profissionais que atuam junto com as famílias, crianças e adolescentes, com os pais e/ou responsáveis e também diretamente com as próprias crianças e adolescentes. A proposta central é reconhecer a violência contra as crianças e os adolescentes do município de Camargo, buscando formar multiplicadores sociais para identificar e intervir na problemática a partir de uma perspectiva de trabalho em rede, fortalecendo o atendimento integral a estas pessoas na realidade local.

As ações a serem realizadas buscam visibilizar a capacidade dos próprios sujeitos de modificarem a sua realidade, e também afirmar o trabalho em rede, estimulando a construção de uma cultura de valorização da infância e da adolescência e o fortalecimento do papel dos profissionais e da sociedade na luta contra a violência.

A praça dos direitos é uma estratégia de prevenção primária no formato de "Feira" que ocorre na Praça 12 de Maio do município, onde são apresentados os trabalhos produzidos por alunos de toda a rede de ensino, profissionais da saúde, Conselho Tutelar e entidades colaboradoras. O tema central da Feira é a prevenção contra a violência infantil, mas cada ano se trabalha um eixo principal (violência sexual, violência autoprovocada ou auto infligida, etc.).

O propósito é que as pessoas reflitam sobre os seus papéis ao enfrentarem o problema, sobre as formas possíveis de atuação e as bases de apoio. Também se busca dar voz às pessoas, especialmente às crianças e aos adolescentes, fortalecendo-os como sujeitos de direitos, protagonistas sociais, como cidadãos capazes de pensar e recriar a realidade.

Resultados:

Como ponto forte do projeto, destacamos que foi possível verificar queda nos índices de abusos, assédio e violência contra meninas, meninos e adolescentes, e aumento de denúncias e pedidos de ajuda. E como ponto fraco, entendemos que

seria fundamental aumentar a mobilização e a participação da população para visitar a Praça dos Direitos. A este efeito, a proposta para o futuro é desenvolver um evento que seja cada vez mais abrangente em capacitação e formação de profissionais que trabalham junto com crianças e adolescentes e ainda a mobilização da população todos os anos para visitar a Feira da Praça dos Direitos, com o objetivo de prevenir o assédio, abuso e a violência contra crianças e adolescentes para que tenham uma vida mais digna e feliz.

Reconhecer a violência contra crianças e adolescentes no Município de Camargo, buscando formar multiplicadores sociais para identificar e intervir no problema, a partir de uma perspectiva de trabalho em rede, fortalecendo o serviço de atendimento integral a estas pessoas na realidade local.

- Demonstrar à comunidade a preocupação e zelo para com a infância e a adolescência de parte da Rede.
- Orientar as crianças e os adolescentes sobre os seus direitos à vida.
- Abrir espaços de debate acerca da violência contra crianças e adolescentes em suas diferentes formas.
- Diagnosticar, por meio dos espaços de atendimento a crianças e adolescentes, as configurações da violência, suas causas e consequências.
- Capacitar os profissionais das instituições e desenvolver ações de prevenção e de intervenção nos casos de violência verificados.
- Desenvolver atividades com crianças e adolescentes, bem como com as suas famílias, buscando afirmar a importância do convívio familiar e a superação dos atos de violência.
- Promover a integração entre instituições, famílias e comunidades, estimulando a participação de todos na luta contra a violência, promovendo a construção coletiva de conhecimentos.

**Contato:**


- Juliâna Venzon – Coordenadora Pedagógica do Município de Camargo
- juliana.venzon@gmail.com
- Teléfono: (54) 991585481


**Página web da experiência:**

- www.facebook.com/smeccamargors/
- www.facebook.com/prefeituracamargo/

León, México • 2016 até a atualidade

## Promotores cidadãos e cidadãs

A cidade de León, Guanajuato, está localizada no centro-oeste da República Mexicana. Segundo o último censo demográfico do ano de 2020 tem um total de 1.721.215 habitantes. A população masculina na faixa etária de 5 a 14 anos é de 8.8% e a feminina é de 8.6%.

As atividades econômicas mais importantes estão relacionadas à indústria do couro, do calçado e também com o setor de serviços.

A intervenção do programa é feita nas zonas prioritárias que foram identificadas conjuntamente pela Direção Geral de Educação, Delegação Regional da Secretaria de Educação de Guanajuato (SEG) em León e pela Secretaria de Segurança Pública Municipal. Estes polígonos de intervenção caracterizam-se por responder aos indicadores de alta vulnerabilidade.

Devido ao aumento da população ocorrido na cidade de León durante os últimos vinte anos, fazia-se imperativo fortalecer os valores cívicos, éticos e de solidariedade social entre a cidadania. Para realizar este propósito, em 2016 o governo municipal criou o programa "Promotores Cidadãos" através do qual alunos de diversos níveis educativos se envolviam na promoção de boas ações de cuidado dos espaços públicos, com o objetivo de contribuir para a construção de uma cidade melhor organizada, limpa, sustentável e segura.

Por meio dos alunos que fazem parte do Programa foram geradas propostas para enfrentar problemas sociais, situações de risco e valores universais, propondo ações para a convivência pacífica dentro e fora da sala de aula, bem como ações que podem ser realizadas em benefício da cidadania ou público em geral e do meio ambiente.

Esse programa estimula a participação cidadã desde a primeira infância, gerando mais de 12.000 mil propostas de crianças e adolescentes da cidade com ações que contribuem para o cuidado dos espaços públicos, bem como para a melhoria do convívio no espaço escolar. Os Promotores Cidadãos estão envolvidos na solução de problemas, participando ativamente e partilhando os seus conhecimentos com outros promotores de diferentes escolas.

O programa Promotores cidadãos e cidadãs tem a seguinte metodologia:

1. 1. Desafio cívico: Os desafios são entregues à escola para serem respondidos por todos os matriculados. O desafio cívico consiste em que os estudantes coloquem num desenho a situação que mais os preocupa de sua escola ou bairro. Em seguida, escrevem 5 ações para melhorar essa situação e ao final respondem ao instrumento diagnóstico de convivência que é uma adaptação da proposta da Rede Latino-americana de Convivência Escolar.
2. Diagnóstico de convivência escolar: Análise da informação: Cada escola gera os gráficos e diagramas dos problemas, bem como a lista de estudantes a serem canalizados.
3. Seleção de Promotores: São escolhidos a partir das propostas que refletem o desafio cívico de 15 a 30 promotores cidadãos em função da matrícula de cada escola e da igualdade de gênero.
4. 4. Oficina com Promotores Cidadãos: Trata-se de um espaço participativo onde os estudantes conhecem o processo do Programa, sabem qual será a sua função e como encaminhar aos seus colegas e professores; é feita uma pequena dinâ-

mica de apresentação para a partir daí gerarem propostas em benefício de sua escola; é realizado um cronograma de atividades para que a comunidade educativa esteja informada; ao final, são chamados pelos nomes a fim de receberem uma pulseira que os distingue e os identifica como Promotores Cidadãos.
5. Acompanhamento com diretores Os diretores vão compartilhando as suas ações por diversos meios eletrônicos com a Direção Geral de Educação.
6. Feira de Promotores: Os promotores de todas as escolas da cidade compartilham as suas experiências e o que foi feito por cada escola no espaço da "Feira de Promotores Cidadãos"

Até o momento, participaram mais de 2.100 promotores cidadãos e cidadãs que através de suas propostas contribuíram para a mudança de seus entornos mais próximos.

O programa foi evoluindo e atendeu as necessidades urgentes da comunidade, tais como o convívio escolar e inclusive durante a emergência sanitária, que migrou ao espaço virtual em prol de continuar com a participação e propostas das crianças.

Outro grande campo de oportunidades está ligado aos processos de acompanhamento e de fortalecimento dentro das escolas para que o grupo de promotores que passa ao seguinte nível escolar estabeleça processos para compartilhar as aprendizagens com aqueles novos promotores que se integram ao grupo.

Através da implementação deste programa, tecemos uma rede de experiências sustentadas nos princípios da Carta de Cidades Educadoras.

O objetivo é fortalecer os valores universais entre a cidadania do município, particularmente o direito à participação das infâncias, aumentando a participação social e o envolvimento nos processos e ações de mudança dentro da cidade.
O alvo também é fomentar a participação cidadã quanto à melhoria e cuidado das ruas, das escolas, das comunidades e da cidade.

**Contatos:**
- Laura Villanueva Franco / laura.villlanueva@leon.gob.mx
- Valeria Guedea Aranda / valeria.guedea@leona.gob.mx

**Página web da experiência:**
- https://leon.gob.mx/leon/educacion/articulo.php?a=225
- https://leon.gob.mx/leon/modulos/img/adjuntos/adjuntos-579.pdf

Guarulhos, Brasil • de 2013 a la actualidad

## Educação transformadora: por uma infância democrática

Guarulhos é um dos 39 municípios que compõem a Grande São Paulo, região economicamente mais importante do Brasil. É a segunda cidade com maior população do Estado de São Paulo e a 13ª mais populosa do Brasil, com 1.349.113 habitantes segundo estimativas do IBGE (Julho - 2017).

Graças a diversos fatores como forma de ocupação, políticas públicas e localização, Guarulhos se tornou um centro estratégico de distribuição e logística. Localizada na confluência de estradas que ligam São Paulo ao Rio de Janeiro, abriga também o maior aeroporto da América Latina, no qual está o maior terminal de cargas do país.

Devido à industrialização ocorrida no município, o afluxo do contingente humano incentivou a formação de loteamentos efetuados sem grandes preocupações com a urbanização, a infraestrutura e os serviços de utilidades públicas. O crescimento populacional da cidade de Guarulhos é um reflexo do processo de urbanização que afetou o Brasil, especialmente nos últimos 50 anos.

A maior parte da população se concentra na faixa de idade economicamente ativa distribuída mais ou menos de forma homogênea entre homens e mulheres. As regiões mais densas do município são aquelas de ocupação mais antiga, situadas no centro e seu entorno, seguidas por aquelas que vêm passando por um acelerado processo de adensamento nos últimos anos em função da disponibilidade de áreas livres, o que implica preços mais acessíveis da terra urbana. Atualmente, verifica-se que a tendência de crescimento do município é no sentido Leste e observa-se um forte investimento infraestrutural e de serviços nos últimos anos.

Esta é a missão da Administração: fazer de Guarulhos um lugar cada vez melhor para se viver e o mais importante polo de investimento e desenvolvimento da região. Este site é mais um dos vários instrumentos para alcançar este objetivo, facilitando o acesso à informação e propiciando a conquista de um patamar de cidadania sólido, construtivo e duradouro. Hoje, Guarulhos é a 12ª cidade mais rica do Brasil, com uma produção que representa 0.9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A cidade recebeu, nas últimas décadas, diversos grupos populacionais que chegaram em busca de oportunidades de emprego e moradia. A ocupação errática levou à construção de um ambiente marcado por fortes demandas.

Desde 2013, a EPG Manuel Bandeira apresenta em seu Projeto Político Pedagógico características que visam favorecer a construção de uma escola democrática, por meio do protagonismo infantil. A escola abrange iniciativas como: projetos de pesquisa de escolha dos educandos, aulas-passeio e estudo do meio, que possibilitam a aprendizagem para além do espaço escolar e oportunizam uma análise crítica da realidade circundante. Com base nos princípios da Educação Integral e da garantia dos direitos sociais, o Projeto Político Pedagógico da escola está fundamentado na Gestão Democrática e Participativa. Assim, são mantidas atividades nas quais crianças, educadores e comunidade escolar possam expressar suas opiniões, participar das diferentes instâncias decisórias da organização escolar e propor soluções para os problemas.

Objetivos:

• A experiência educativa da EPG Manuel Bandeira objetiva a valorização da autonomia das crianças e dos educadores, por meio da gestão democrática e participativa, bem como, das diferentes formas de aprender e ensinar

• O projeto da escola está fundamentado em ações que visam a valorização do protagonismo infantil na aprendizagem, como nos projetos de pesquisa centrados nos interesses das crianças e na existência de mecanismos de participação democrática, exemplificados pelos Conselhinhos e Assembleias;

• Contribuir para a construção de uma escola e sociedade democráticas.

Metodología:

Objetivando contribuir para a construção de uma escola e sociedade democráticas, foram desenvolvidos dispositivos participativos como: o Conselhinho (formado por representantes das turmas, com caráter propositivo e deliberativo), o Conselho Escolar (composto por integrantes da comunidade escolar, com caráter deliberativo), as Assembleias (destinadas aos alunos do Ensino Fundamental, tem como objetivo discutir e deliberar acerca dos problemas da escola), as Rodas de Conversa (direcionadas aos alunos da Educação Infantil, tem como finalidade oportunizar o diálogo e a reflexão que favoreçam o desenvolvimento da criticidade) e a Assembleia de Professores e Funcionários.

A experiência educativa da EPG Manuel Bandeira objetiva a valorização da autonomia das crianças e dos educadores por meio da gestão democrática e participativa, bem como das diferentes formas de aprender e ensinar. O projeto da escola está fundamentado em ações que valorizam o protagonismo infantil na aprendizagem, como nos projetos de pesquisa centrados nos interesses das crianças e na existência de mecanismos de participação democrática, exemplificados pelos Conselhinhos e Assembleias.

**Contato:**

• Sra. Giselle Rodrigues Beda, Coordinadora Pedagógica
• gisellebeda2@gmail.com

**Página web de la experiencia:**

• http://https://www.facebook.com/epgmanuelbandeira/about/?ref=page_internal

CAPÍTULO 3

# EQUIDADE DE GÉNERO DESDE UM OLHAR LOCAL

**Clyde Soto**

Licenciada em Psicologia pela Universidade Nacional de Assunção (UNA), formação em estudos de género no Instituto Universitário de Estudos da Mulher da Universidade Autónoma de Madrid e no Programa Regional de Formação em Género e Políticas Públicas (PRIGEPP) da Faculdade Latino-Americana Social Ciências (FLACSO). É membro e pesquisadora do CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTUDOS (CDE) desde 1991, do qual foi diretora entre 1999 e 2001. É membro da equipe editorial da revista Informativo Mujer, editada por esta instituição. Trabalhou no Grupo de Ciências Sociais (GCS) entre 1987 e 1990 e foi correspondente no Paraguai da revista MUJER / FEMPRESS de 1999 a 2000. Realizou pesquisas e publicou trabalhos sobre feminismo, gênero e políticas públicas, indicadores de igualdade de gênero, participação social e política da mulher, violência doméstica, entre outros temas. É membro da Coordenação da Mulher do Paraguai (CMP).

## Participação no 1º Congresso Virtual de Cidades Educadoras da América Latina

Vou começar contando um fato curioso que aconteceu uns tempos atrás, quando a gente estava fazendo um diagnóstico em Assunção, no Paraguai, em um bairro que fica em uma área de alagamentos e enchentes recorrentes, chamada "banhados". É um bairro localizado em terrenos municipais, em áreas que quando o rio sobe ficam praticamente submersas. Perguntávamos muitas coisas, entre as quais, o que opinavam sobre algumas mudanças de infraestrutura que ocorreram no bairro, e especificamente sobre a instalação de praças com quadras e jogos para crianças. Ficamos bastante surpresos com a diferença de critérios sobre a bondade dessa inovação: embora a maioria das pessoas tenha achado que a mudança de infraestrutura no bairro tinha sido excelente, e em particular as mães que diziam que era muito bom ter um parque infantil com jogos para as crianças brincarem, as mulheres mais jovens em sua maioria opinaram que o lugar era um espaço perigoso para elas. Argumentavam que ficava muito escuro de noite e que os jovens do bairro se reuniam para beber cerveja e que elas tinham passado por atos de violência naquele local.

Este é um exemplo de como um simples parque infantil, um lugar de lazer e recreação, pode ser visto de modo diferente dependendo de onde as pessoas podem percebê-lo, de acordo com as condições que têm para viver. E nesse sentido, as moças mais jovens tinham um posicionamento diferente em relação ao das mulheres com filhos que estavam em outra situação de vida. E é exatamente o que devemos levar em conta quando pensamos em cidades desde uma perspectiva de igualdade de gênero: que somos sociedades generizadas. Isto significa que somos sociedades que souberam interpretar a sexuação da espécie humana com um sentido cultural, que colocaram as pessoas em lugares diferentes segundo a interpretação que se faz da sexuação da espécie humana. Sendo assim, nós, mulheres, temos uma posição na sociedade, um lugar, uma normatividade. E os

homens também. E também as pessoas que não se enquadram na normatividade dominante do gênero, ou seja, as pessoas trans, por exemplo.

O gênero formata a nossa sociedade e é impossível que as cidades e a convivência humana fiquem fora dessa normatividade de gênero. Geramos cidades a partir de como entendemos a questão de gênero. Por isso, quando pensamos na perspectiva de gênero nas cidades, no espaço local, temos que pensar que as cidades são dispositivos generizados que reproduzem o gênero, que também produzem gênero, que produzem formas nas quais encaramos a vida de acordo com a nossa percepção

de gênero e muitas vezes também reproduzem as desigualdades vigentes na sociedade. Desse modo, quando pensarmos em políticas que visem superar essas disparidades de gênero, temos que pensar em políticas que aproveitem a gestão de uma cidade, a gestão urbana para enfrentar estas desigualdades.

Em primeiro lugar, as políticas de gênero são pensadas para evitar reproduzir ou aprofundar as desigualdades de gênero. Mas também para aproveitar a oportunidade de fazer coisas de um modo diferente, para que ao invés de ser favoráveis à desigualdade de gênero, sejam favoráveis à igualdade. Ou ainda, para desafiar ou reverter as situações de desigualdade de gênero vigentes.

Muitas vezes as políticas de gênero são consideradas como políticas para as mulheres. Porém, em minha opinião, essas políticas não são necessariamente só para as mulheres. Podem ser políticas destinadas a superar as desigualdades de gênero vividas pelas mulheres, mas devem ser políticas destinadas a toda a sociedade e para todas as pessoas, de modo que as desigualdades de gênero não continuem vigentes.

Podem ser políticas pensadas com o intuito de superar uma desigualdade de gênero, mas realmente o mais interessante é o que chamamos de transversalidade de gênero. Isto quer dizer que tudo o que fizermos, siga critérios para não reproduzir as desigualdades de gênero e para superar essas desigualdades. A política deve cumprir com determinados padrões aliados à igualdade de gênero e isso implica que a coleta de lixo, por exemplo, seja pensada a partir de uma perspectiva do lugar que as pessoas ocupam, segundo a normativa de gênero.

Estou me lembrando de um exemplo da Prefeitura de Assunção. Estivemos trabalhando junto com uma associação de mulheres vereadoras do Paraguai, e analisamos um simples anúncio que tinha sido publicado na imprensa local pela Prefeitura de Assunção, avisando os horários de recolhimento do lixo. O anúncio dizia: "senhora, dona de casa, jogue o lixo fora em tais horas em tal bairro, e em tal outro bairro, em tais outras horas". A mensagem dada pelo anúncio sobre a coleta de lixo era que as mulheres são as responsáveis por jogar o lixo para fora de seus lares. Esse simples anúncio poderia ter sido feito com perspectiva de igualdade de gênero, sem assumir que as mulheres têm a obrigação de colocar o lixo fora de suas casas.

São exemplos simples, mas nos ajudam a pensar que agimos automaticamente diante de certas questões ao reproduzirmos o que temos em nossa cultura e que está socializado com relação ao lugar que as mulheres ocupam. Então, as políticas de gênero podem ser pensadas especificamente para resolver algum problema derivado das desigualdades de gênero, mas também podem ser políticas gerais pensadas desde uma perspectiva de gênero.

O que é que fazem as políticas de gênero? Em primeiro lugar, quebram estereótipos e discriminações de gênero — não reproduzem o fato de que as mulheres são obrigadas a fazer as tarefas domésticas, por exemplo —; desafiam os papéis tradicionais de mulheres e homens; reconhecem e visibilizam as mulheres, bem como as pessoas que se distanciam das normas de gênero dominantes — pessoas trans ou aquelas outras não representadas no binário de gênero —; reconhecem a diversidade de pessoas e a diversidade de localizações com relação ao gênero; incluem os homens em assuntos tradicionalmente considerados femininos e vice-versa; também incluem as mulheres em temas tradicionalmente considerados masculinos; tratam de problemas que alguns setores sofrem especificamente por razões de gênero — por exemplo, a violência contra a mulher —; reconhecem também a diversidade de situações que as próprias mulheres vivem de acordo com sua raça, idade, classe, situação social em geral. As políticas de gênero incluem as mulheres nos espaços onde não estavam, e as colocam em igualdade de condições de partida, ou seja, apontam à equidade.

E faço uma pausa para esclarecer aqui a diferença entre a ideia de igualdade e de equidade. A igualdade pressupõe que temos o mesmo valor e que, portanto, temos os mesmos direitos; a equidade

implica um critério de justiça, isto é, dar a cada um o que requer para que a igualdade seja real e efetiva. Não existe a ideia de igualdade sem um processo para torná-la real, que é um processo orientado à equidade. E a equidade não tem sentido se não falarmos desde uma perspectiva de igualdade.

As políticas de igualdade de gênero também ajudam a empoderar as mulheres, ou seja, a obterem recursos, por exemplo, já que muitas vezes a falta de recursos impede a sua autonomia; tratam ainda de questões tradicionalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado. Esta é uma questão tradicionalmente colocada sob o domínio das mulheres, que quase sempre têm a obrigação cultural de assumir todo tipo de cuidados. Sendo assim, as políticas de igualdade de gênero devem abordar questões que são consideradas como atividade exclusiva das mulheres por razões de desigualdade de gênero.

Portanto, algumas palavras-chave para as políticas de gênero são: visibilidade, inclusão, empoderamento, quebra de estereótipos, não discriminação, igualdade e equidade, e apoio na área social. Eu acredito que todos estes são ingredientes para uma Cidade Educadora para a igualdade de gênero.

Alguns dos principais critérios para avançar em direção à igualdade de gênero são possuir dados diferenciados. É impossível entender onde estão as pessoas, onde estão as mulheres, onde estão os homens, onde estão aqueles que quebram os estereótipos de gênero se não tivermos informação desagregada, se não tivermos dados analisados sob critérios de gênero. Acredito que a análise de gênero da informação pública seja um passo fundamental para começar a pensar em como transformar nossas cidades para que sejam promotoras da igualdade.

A segunda questão que considero fundamental é a participação. Não podemos planejar políticas para a igualdade de gênero sem escutar os atores, sem escutar as mulheres que estão trabalhando com as temáticas de igualdade, sem escutar os habitantes, as pessoas de diversos estratos sociais, setores, idades e de posições na vida.

E a terceira questão é a importância de avaliar quais são os efeitos derivados de nossas atuações quanto à igualdade de gênero. Por exemplo, construir um viaduto pode trazer impactos em termos de igualdade de gênero, porque muitas vezes ocorre que embaixo dos viadutos ou em túneis são gerados espaços inseguros para as mulheres. E isso nem sempre é analisado sob essa perspectiva.

Então, eu gostaria de dar alguns exemplos do modo como as políticas públicas de gênero podem responder a este tipo de desigualdades. Por exemplo, é necessário analisar onde as pessoas estão e como essas disparidades de gênero influenciam nesse lugar onde se encontram, por onde as pessoas andam, por onde as mulheres podem ou não devem transitar devido a questões de violência e insegurança, que tipo de espaços públicos estão disponíveis para a mobilidade autônoma e segura das pessoas, como os serviços públicos existentes respondem ou não a essas necessidades e, inclusive, como estão as pessoas — mulheres, homens e diversidades — em relação com os servidores municipais.

Por exemplo, em Assunção houve uma época em que absolutamente todas as pessoas que serviam como garis eram homens; entretanto, varrer é uma atividade historicamente atribuída às mulheres (limpar, cuidar da casa, etc.). Então, por que não havia disponibilidade desse cargo para as mulheres no serviço público municipal? Isso exigiu em algum momento uma análise de gênero, e também ver o que poderia ser feito para incluir as mulheres numa atividade em que elas não estavam incluídas, considerando que esse era um trabalho que deveria estar disponibilizado para as mulheres.

Outra questão tem a ver com os serviços que tratam de problemáticas específicas, como os casos de violência. Eu considero que uma cidade que trabalha sob a perspectiva de gênero não pode ignorar a necessidade de dar uma resposta à violência sofrida pelas mulheres no âmbito doméstico e nos relacionamentos de gênero. E isso implica pensar em diferentes dispositivos dependendo do espaço em questão: têm ocorrido experiências interes-

santes em cidades de formação de conselhos de mulheres que têm respondido a essa problemática. E ainda, serviços coletivos que representam uma diminuição da carga de cuidado que as mulheres têm como, por exemplo, a instalação de lavanderias. Em muitos setores populares as mulheres não têm máquina de lavar roupas em suas próprias casas. Então, o fato de instalar um serviço de lavanderia com máquinas coletivas, com o critério de uso no bairro, é um serviço que ajuda a aliviar o trabalho doméstico de muitas mulheres. Outra proposta é que exista em cada bairro centros de atendimento infantil ou centros de assistência para o cuidado diurno de adultos idosos, serviços que facilitam a autonomia e que aliviam o tempo e o esforço das mulheres dedicadas ao cuidado.

Também podemos pensar em políticas de igualdade de gênero que tratem de equilibrar as desigualdades e de recompensar o trabalho das mulheres em prol da igualdade. Gostaria de lembrar aqui a existência de inúmeros exemplos de ações positivas que representam este esforço para fazer algo ativo em prol de superar a desigualdade. Isto é, não pensar apenas nos serviços, mas também em como a cidade pode promover a igualdade por meio de diversas ações positivas. As ações positivas são medidas específicas que ao reconhecer a desigualdade histórica, buscam voltar a equilibrar essa desigualdade. Ou seja, pretendem dar um incentivo, uma facilidade, um privilégio, uma chance para que a igualdade possa ser real e efetiva. Vou citar alguns exemplos: os incentivos fiscais para a igualdade, a questão de que o Estado em seus diversos níveis territoriais possa estabelecer critérios para entrar em contato com empresas que cumpram com certos critérios de igualdade dentro de sua própria organização (contratações públicas com empresas igualitárias, cotas ou vagas para as mulheres tanto em cargos eletivos e de decisão, como, por exemplo, cotas ou critérios de paridade). As comissões de vizinhos e também os serviços municipais deveriam ser pensados em alguma forma de estar obrigados a ter igualdade entre mulheres e homens. Quero dizer, que não existam espaços onde as mulheres sejam excluídas.

Por outro lado, ainda outros exemplos de políticas de igualdade de gênero têm a ver com a inclusão das mulheres em locais ou âmbitos físicos ou simbólicos de onde eram antes excluídas.

E dou um exemplo que acho muito interessante: no Paraguai existe a tradição dos nomes das ruas serem de soldados, heróis nacionais, políticos, expresidentes, quase todos homens. E isso representa uma questão simbólica muito importante, porque demonstra a exclusão das mulheres do espaço simbólico gerado pelas cidades. Então, ao pensarmos em cidades que educam para a igualdade, podemos também pensar em como incluir a presença de mulheres na construção de nossa própria história, de nossa própria vida. Pensar em referentes da luta social, nos direitos das mulheres, em mulheres que foram criadoras, artistas, inovadoras, políticas. É essencial distanciarmos um pouco dessa tradição de valorização dos militares e de governos que excluem as mulheres e outras pessoas do poder social quando se trata de gerar referências.

Outras duas questões a serem consideradas é a possibilidade de gerar espaços de aproximação vital suficientes para que as pessoas se sintam incluídas sem a necessidade de recorrer a confinamentos ou a deixar de circular e deslocar-se pela cidade devido à insegurança ou à percepção de falta de segurança que as aflige. Este me parece um programa não apenas de cidades educadoras, mas de cidades que poderíamos até chamar de cidades feministas em algum momento, onde caibamos todas as mulheres e todas as pessoas sem discriminação de gênero.

**Silvia Augsburger**

Rosário,1962. Bioquímica formada pela UNR (Universidade Nacional de Rosário). Vereadora por dois períodos entre 1997 e 2005. Autora do Decreto 15.322, Plano Municipal de Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres; da Lei Municipal 7.585, Criação do Serviço Municipal de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual e do Decreto 25.251 de Elaboração do Manual de Linguagem Administrativa Não Sexista. Deputada Nacional entre 2005 e 2009. Coautora da Lei 26.618 de Casamento Igualitário. Deputada Provincial entre 2015 e 2019. Coautora da Lei 13.891 de Capacitação Obrigatória em Gênero e Violência Contra as Mulheres nos Três Poderes do Estado. Ativista da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito e da Rede Olho Paritário.
silviaaugsburger@yahoo.com.ar

## Tempo histórico para o impulso de políticas públicas com perspectiva de gênero

O século XXI vive uma verdadeira revolução social impulsionada pelos movimentos feministas no mundo todo. Uma revolução que abala os pilares sólidos, até recentemente inamovíveis, sobre os quais foram construídas as modernas democracias patriarcais em que vivemos. A divisão sexual do trabalho e o sistema sexo/gênero binário atualmente estão sendo debatidos nas agendas políticas e por primeira vez, em nossa região, América Latina, é a que lidera a onda feminista conhecida como "Maré verde".

Verônica Gago, em seu livro "La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo" ("O potencial feminista ou o desejo de mudança total") escreve: "Começo salientando uma das novidades mais importantes do movimento feminista dos últimos anos: transformou-se em um fenômeno mundial e surge a partir do Sul. Tem a sua força de enraizamento na América Latina (conhecida como Abya Yala aqui e lá), em camadas múltiplas de histórias, lutas, movimentos, organizações. A partir daí, tem alimentado um internacionalismo que desequilibra as escalas, abrangências e formas de coordenação de um movimento que continua a se expandir sem perder força, já que está situado". (Gago,2019)

As profundas transformações estimuladas pelos feminismos parecem não ter limite. O que tem é uma base construída por séculos de luta e de resistência das feministas que, com suas militâncias, ações, vozes e suas particularidades têm historicamente questionado a subordinação, a discriminação e a exclusão das mulheres e dissidências sexuais às quais o patriarcado as submeteu. As demandas de hoje estão baseadas em conquistas passadas: o direito de votar, o direito de estudar, os direitos cíveis e os direitos sexuais e reprodutivos.

Desde o início desta quarta onda feminista, com o transcorrer do tempo e de sua expansão, as demandas e reivindicações têm crescido aceleradamente. Na Argentina, as massivas mobilizações de 3 de junho de 2015 convocadas pelo emergente movimento NiUnaMenos, exigiram do Estado políticas públicas urgentes de prevenção, assistência e condenação efetiva da violência machista. A partir desse primeiro NiUnaMenos, em cada uma das datas emblemáticas do calendário feminista foram organizadas assembleias massivas que incorporaram novos slogans e reivindicações em seus protestos, deixando claro que a motivação é o desejo de concretizar um mundo não sexista e a decisão de mudar tudo até que isso seja alcançado.

Assim, por exemplo, a demanda inicial de "paridade nos corpos legislativos" foi alterada para "feministas nas listas" e para "mulheres chefes de listas" e a extensão da paridade nos três poderes do Estado. A paridade ultrapassou os limites da política e as mulheres passaram a exigir paridade em todos os lugares: nas comissões diretivas dos clubes, nos cenários, na mídia e na esfera privada, instalando na agenda pública o núcleo duro

da discriminação contra as mulheres: a injusta e desigual distribuição sexual nas tarefas de cuidado.

As reivindicações levantadas pelos feminismos não se limitam apenas à busca pela igualdade de gênero. Foram sendo pacientemente entrelaçadas com as demandas de outros movimentos sociais até se tornarem um único e poderoso slogan: a construção de um mundo feminista, ambientalista, antirracista, anticapitalista e antineoliberal, ou como Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser resumiram em seu manifesto, um feminismo para 99%. (Fraser, 2019)

Nós, que há décadas temos reivindicado e promovido ações em prol de uma sociedade sem discriminação, com igualdade de oportunidades e de tratamento para todes, não imaginamos, mesmo nos sonhos mais otimistas, a magnitude da revolução feminista em curso. Até poucos anos atrás, as demandas e as exigências feministas eram impulsionadas por um pequeno grupo de organizações sociais composto quase exclusivamente por mulheres que não conseguiam permear as agendas dos partidos políticos nem dos governos, exceto em raras ocasiões.

Hoje, as reivindicações feministas estão no topo da agenda pública. Elas se instalaram em todas as áreas e o feminismo se transformou em um movimento de massa com uma organização que renovou e transformou as formas políticas tradicionais. Não só se transformou quantitativamente, mas também incorporou gerações de adolescentes e jovens que, até muito recentemente, não eram questionados nem desafiados pelas demandas históricas do feminismo. A massificação do movimento partiu também de mulheres dos setores mais vulneráveis, que encontraram nas assembleias um espaço inclusivo para se expressarem com suas próprias reivindicações.

Dada a forma de organização do movimento feminista, aberto, horizontal, democrático, transversal, participativo e congressista, e sua maneira de expressão nas ruas através de concentrações e mobilizações, as cidades são o espaço ideal para que as demandas das mulheres se tornem visíveis.

Este contexto acaba sendo uma oportunidade histórica de promoção de políticas públicas com perspectiva de gênero nas agendas dos governos locais para que acompanhem e reforcem as transformações sociais promovidas pelos feminismos. Oportunidade histórica em sinergia com a revalorização do papel do estado como consequência da pandemia. Em particular, os governos locais são percebidos pelas mulheres como espaços muito mais próximos e acessíveis, e isso adiciona um elemento valioso para insistir que é este o momento de propor políticas públicas locais a partir das quais se possa avançar na construção de uma sociedade mais igualitária.

As propostas e as ações promovidas podem ou não ser inovadoras. Algumas das que vêm sendo discutidas há várias décadas, certamente encontrarão neste novo cenário um terreno fértil para prosperar. Neste texto é feita uma reflexão sobre os três eixos temáticos primordiais das políticas públicas visando contribuir para a eliminação da discriminação de gênero: a integração do gabinete municipal, a comunicação e as políticas de cuidado.

## A composição do gabinete municipal e o espaço da área de gênero

Um imperativo inevitável desta época é que os gabinetes do governo local sejam compostos de maneira igualitária. Devido à histórica exclusão das mulheres do espaço público e aos obstáculos que ainda persistem para uma participação em condições de igualdade com os homens, é imprescindível a imposição de normas que estabeleçam a paridade de gênero.

A paridade de gênero é um imperativo de justiça. É inaceitável que não ajamos e continuemos naturalizando a sub-representação das mulheres nos postos de tomada de decisões.

É inadmissível que, apenas pela condição de ter nascido mulher, a pessoa tenha menos chances de ser proposta ou eleita em uma esfera estatal onde serão decididas as políticas públicas para toda a

sociedade. Ao estarem as mulheres sub-representadas nas esferas de decisão, a perspectiva e o ponto de vista do gênero feminino certamente estará ausente. Todas as decisões do Estado, todas as políticas públicas têm um impacto de gênero diferenciado devido à própria socialização diferenciada que homens e mulheres recebem desde o nascimento.

Há também uma razão convincente para insistir na necessidade de gabinetes de pares. A paridade é a ferramenta simbólica e política mais poderosa de que dispomos para erradicar a violência sexista, que é a expressão mais cruel e completa da discriminação de gênero. Se, como ainda acontece hoje em dia, um homem assiste à televisão ou lê jornais e vê que são os homens que decidem as questões do Estado, está recebendo a mensagem de que é ele quem decide em casa sem levar em conta os desejos e opiniões da mulher com quem convive ou mantém relações afetivas e, se for o caso, utilizará violência para se impor sobre ela.

A violência sexista mata uma mulher a cada 30 horas. Esta estatística tem se mantido constante desde que as organizações de mulheres e, posteriormente, o Estado começaram a coletar e publicar dados sobre os feminicídios. Os feminicídios não diminuíram nos últimos anos, mesmo com as ações mornas e insuficientes das diferentes instâncias e poderes do Estado para prevenir, atender e julgar a violência machista.

Os assassinatos de mulheres, além de nos causar impacto, escandalizarem, indignar e nos revelar, deixam-nos uma lição. A onda de violência machista, acentuada pelo confinamento doméstico que a pandemia nos impõe, diz que tudo o que fizermos em relação à violência será insuficiente para detê-la. Porque enquanto atendemos à emergência, a sociedade continua reproduzindo um modo de organização que discrimina e subordina as mulheres. Enquanto não erradicarmos a discriminação da base da pirâmide social, em seu ápice continuará existindo um macho violento capaz de matar se uma mulher não se conformar com os seus desejos e expectativas. O feminicídio em si não é uma doença, é uma expressão exacerbada de um homem socializado para dominar.

Para construir uma sociedade sem violência, é preciso que uma democracia paritária seja construída. Uma democracia na qual, independentemente do sexo, da identidade e da orientação sexual, as pessoas tenham as mesmas oportunidades e o mesmo tipo de tratamento. Sem estereótipos, sem a prévia atribuição de funções, sem exclusões. A democracia paritária consiste em estabelecer paridade entre homens e mulheres em todos os lugares, e o Estado local deve ser o primeiro a dar o exemplo. A violência machista só poderá ser finalmente erradicada se formos capazes de transformar a consciência social expressa no grito de "NiUnaMenos", que rejeita e condena a construção hierárquica da relação entre homens e mulheres, em políticas públicas que garantam condições de igualdade real para as mulheres em todos as áreas, demolindo o contrato sexual fundador de nossas sociedades que se construiu sobre a diferença dos sexos, sobre a discriminação de gênero.

Além dos gabinetes mistos, é necessário que haja uma área específica, ao mais alto nível possível dentro do organograma municipal, dedicada a implementar políticas públicas que contribuam para a erradicação da discriminação e da subordinação das mulheres e que contribuam para a transversalização da perspectiva de gênero em todas as áreas do Estado. É necessário priorizar a categoria que nas estruturas do Estado é concedida aos espaços destinados à promoção dos direitos das mulheres, visto que um lugar secundário ou subordinado a outra área limita as possibilidades de interação com as políticas sociais, que continuam identificando a desigualdade como desigualdade econômica, sem levar em consideração a desigualdade de gênero.

Embora tenham sido uma estratégia promovida pelas organizações feministas há várias décadas, quando as políticas de gênero estavam ausentes ou à margem das agendas dos governos, os Planos de Igualdade surgiram como um instrumento útil para podermos pensar políticas com perspectiva de

gênero em áreas como obras e serviços públicos, nas quais é mais difícil tornar visível o impacto de gênero diferenciado causado pelas políticas e onde as prioridades estão pensadas a partir de outras perspectivas.

## A comunicação não sexista/inclusiva

A linguagem expressa o que somos, o que pensamos e o que sentimos. Exerce um impacto imenso na construção de nossa realidade cotidiana. À medida que as sociedades mudam, nossa forma de falar também se modifica. Tudo o que não nomeamos quando falamos, fica socialmente invisível e o que é denominado de forma pejorativa, com conotação negativa, dá lugar à discriminação.

O masculino "genérico" de nossa língua expressa a posição de hierarquia que os homens ocupam em nossas sociedades. Refere-se a um homem considerado universal. O masculino não é "genérico" nem neutro e, no entanto, normalmente é usado para nomear os dois sexos, tornando assim invisíveis as mulheres, suas experiências e seus sentimentos.

No modo em que falamos também se manifestam as assimetrias, as desigualdades e as desigualdades de gênero, e se reforçam os julgamentos, valores e preconceitos que formam maneiras de pensar e de perceber a realidade. Sendo assim, a linguagem que usamos para comunicar as ações do Estado é fundamental para promover a igualdade e a inclusão. Por meio da forma como comunicamos, podemos reforçar estereótipos ou podemos contribuir fortemente para erradicá-los.

A comunicação não sexista/inclusiva não é de forma alguma garantia de equidade de gênero, mas é uma ação inquestionável para incluir e tornar visíveis as mulheres e a população com diversidade sexual. Quando a perspectiva de gênero é considerada uma política de estado, devemos usar uma linguagem não discriminatória e inclusiva.

O esforço para encontrar uma forma de nos expressarmos e de nos comunicarmos que permita, por um lado, tornar visível as mulheres historicamente excluídas do erroneamente denominado "genérico masculino", e, por outro lado, nomear sem exclusões todas as identidades da diversidade sexual encontra uma boa síntese nas três estratégicas de comunicação propostas no documento "Recomendações para uma comunicação não sexista" do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional.

As três estratégias propostas são:
1• **Neutralizar:** Em primeiro lugar, recomendamos usar uma linguagem inclusiva genérica e não masculinizada. Por exemplo, "a comunidade científica" para "os cientistas", "a população pesquisadora" para "os pesquisadores", "a cidadania" para "os cidadãos", e assim por diante.
2• **Tornar visível:** Nos casos em que a linguagem sem marcas de gênero não possa ser utilizada, homens e mulheres devem ser mencionados, apesar do binarismo. Principalmente, como mencionamos, em ações de visibilidade.
3• **Incluir:** No caso de utilizar estratégias tipográficas para a linguagem inclusiva, recomendamos o uso do "e", pactuando previamente um critério único com a área gráfica da Imprensa e Comunicação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para Carolina Tosi e Valeria Sardi, autoras do livro "Lenguaje inclusivo y ESI en las aulas. Propuestas teórico-prácticas para un debate en curso", a origem do uso da linguagem inclusiva está vinculada com as lutas dos movimentos feministas para tornar as mulheres visíveis na linguagem, contra o uso do masculino genérico como inclusivo para todos e todas.

""Nós — dizem estas especialistas — o colocamos justamente nos movimentos feministas dos anos 70, que mais tarde se concretizaram em diferentes movimentos acadêmicos pela luta pela visibilidade das mulheres. Mais que nada, essa primeira corrente poderia ser definida como a necessidade de tornar as mulheres visíveis na linguagem, digamos, o gênero feminino, e isso é feito por meio

de diferentes recursos. Há uma grande publicação de guias, aproximadamente desde o final dos anos 80 e depois com muita fluência nos anos 90, tanto na Espanha quanto na América Latina. Então, o que salientamos é que a partir do ano 2000 — mais ou menos — começam esses movimentos de linguagem inclusiva, que o que eles quebram é esse paradigma de feminino/masculino, de binarismo na língua. Por exemplo, se nos referirmos aos recursos que esses guias oferecem nos usos não sexistas, existem alguns que justamente o que fazem é mostrar e tornar visível o gênero feminino; por exemplo, temos as duplicações: todas e todos. Temos também o uso de barras, e ainda existem outros usos, como os coletivos, os abstratos, os pronomes sem marcas de gênero, e assim por diante. Depois, ainda outros usos gráficos como a arroba, o "x", o asterisco. Nessa época, esses recursos já estavam presentes e justamente o que a linguagem inclusiva de gênero toma são esses próprios recursos que não marcam mais essa visibilização do gênero, mas que quebram a dicotomia feminino/masculino".[36]

O uso de uma linguagem não sexista ou inclusiva vai certamente exigir uma modificação e atualização permanente daqueles manuais ou guias que foram elaborados nas últimas décadas e demorará em serem aceitos e utilizados pela maioria da população.

Hoje é um debate aberto não só por aqueles que a rejeitam com diferentes desculpas, mas claramente por razões ideológicas, e ainda por aqueles que, considerando-a um instrumento fundamental de inclusão e de não discriminação por razões de sexo, ainda não chegaram a um consenso nos termos mais adequados.

O debate pendente sobre o uso da linguagem também provoca tensões entre seus promotores: o feminismo e o coletivo da diversidade sexual. Enquanto algumas feministas relutam em deixar de usar o "a", as identidades não binárias se recusam a manter o binarismo na linguagem. Esse debate em curso se manifesta em cada assembleia feminista, na discussão dos textos de editais e documentos em debate e tem gerado fortes disputas pela definição do nome. Por exemplo, o denominado 34º Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Travestis, Trans, Bissexuais, Intersex e Não binários, sendo que em suas 33ª edições anteriores era denominado "Encontro Nacional de Mulheres".

## A intervenção do Estado na organização do cuidado: um tema fundamental para a construção de cidades mais igualitárias

Todas as pessoas e em todos os contextos precisam de cuidados para viver. Não se pode prescindir dos cuidados. Os cuidados dos quais precisamos são diferentes nos distintos estágios do ciclo de vida. Eles podem ser autossuficientes ou requerer outras pessoas, que por sua vez, também precisam ser cuidadas.

"Ao longo da história, o cuidado foi considerado uma atividade predominantemente feminina e maternal. Ao atribuir esse fato a uma característica da mulher — sua capacidade de procriação —, a divisão sexual na responsabilidade do cuidado estendeu-se muito além dos desígnios biológicos, e tornou-se um dos pontos críticos da construção social do gênero." (Faur, 2014)

De forma remunerada ou não, as mulheres são as que mais realizam as tarefas de cuidado. Segundo a CEPAL, antes da crise sanitária da COVID-19, nos países da América Latina para os quais existem dados disponíveis, as mulheres faziam trabalhos domésticos e atividades de cuidado entre 22 e 42 horas semanais. Dentro das próprias famílias, as mulheres realizam 2/3 do trabalho doméstico. (CEPAL, 2020)

À distribuição diferenciada da carga doméstica entre os sexos adiciona-se a quase inexistência de infraestrutura pública de atendimento às crianças e idosos. O Estado em todos os diferentes níveis desempenha um papel marginal. Desse modo, o trabalho de cuidado permanece familiar, é organizado de forma comunitária ou é prestado por meio de um serviço remunerado, sem que o Estado

desempenhe qualquer papel.

A sobrecarga das tarefas de cuidado das mulheres constitui o núcleo central da desigualdade de gênero, visto que limita e condiciona a participação delas na esfera pública em pé de igualdade com os homens. A ausência do Estado por não prover infraestrutura pública aprofunda as desigualdades econômicas e sociais, já que as mulheres que não podem pagar um serviço de cuidado remunerado devem recorrer a empregos precários e mal pagos para conciliar os horários com suas tarefas domésticas, ou simplesmente não podem trabalhar por remuneração, reduzindo assim a sua autonomia econômica.

A política pública mais importante a ser executada pela prefeitura ou governo local para redistribuir a injusta distribuição das responsabilidades assistenciais ou de cuidado é destinar verbas significativas dentro do orçamento para a construção de infraestrutura de atendimento público. Verbas que signifiquem um compromisso contínuo que transcenda as mudanças de gestão, classificando prioritariamente as áreas da cidade onde está localizada a população mais vulnerável.

Por o cuidado ser uma tarefa naturalizada e feminizada, faz-se necessário também desafiar fortemente o âmbito educacional. As pesquisas mais recentes em educação que incorporam em suas análises a dimensão de gênero mostram a persistência de indicadores de desigualdade sexual. Dentre outros indicadores, destacam-se as concepções estereotipadas dos professores sobre o comportamento, a qualidade e a aprendizagem de homens e mulheres, as ocupações "femininas" e "masculinas" que continuam sendo mostradas nos livros didáticos e que acentuam a socialização tradicional de gênero e o acesso diferenciado de homens às carreiras profissionais mais valorizadas e mais bem remuneradas.

Outra área de atuação do Estado que também pode contribuir para uma distribuição mais justa e igualitária da organização do cuidado, é no âmbito da administração municipal, promovendo acordos coletivos, cláusulas que incentivem a participação dos trabalhadores do sexo masculino nas tarefas de cuidado, como a extensão de licenças-paternidade e de espaços de acolhimento de crianças e idosos junto a locais de trabalho onde os trabalhadores do sexo masculino sejam maioria.

Estimular e colaborar com a formação de cooperativas de cuidado constituídas por mulheres é outra ação possível que não requer destinação de recursos significativos. A organização das cooperativas de trabalho está em alta desde o aumento do desemprego com a crise econômica desencadeada pela pandemia. Muitas mulheres perderam suas horas de trabalho como empregadas domésticas em casas de famílias. A organização cooperativa, pensada como oportunidade de trabalho coletivo, pode ser apoiada pelo município tanto na sua promoção e em sua organização quanto na capacitação dos seus associados.

O questionamento do feminismo sobre a atribuição exclusiva das tarefas domésticas às mulheres remonta às vozes feministas da primeira onda dos movimentos. Em 1792, na Reivindicação dos Direitos das Mulheres, Mary Wollstonecraft criticou a afirmação patriarcal de que as mulheres "foram criadas apenas para satisfazer o apetite do homem ou para ser seu servo mais importante, para fornecer suas refeições e para cuidar de suas roupas." (Pateman, 1988).

Se hoje é possível encontrar um espaço na agenda pública para propor políticas que promovam uma redistribuição da organização do cuidado entre os sexos dentro dos lares e que o Estado forneça infraestrutura pública, é devido ao atual poder do movimento feminista que conseguiu penetrar no âmago da organização patriarcal, questionando a divisão sexual do trabalho.

Com a crise econômica e a pandemia, a organização do cuidado foi também questionada nos bairros populares por meio da organização social e coletiva dos refeitórios comunitários atendidos pelo Estado através de planos sociais. As mulheres também se encarregam das tarefas de cozinhar e distribuir alimentos em suas comunidades, mas a crise fez com que se organizassem, saíssem de

suas casas, politizando a organização da reprodução. Nas economias populares que surgiram, deixou de existir o "homem provedor" a partir do seu salário: é o Estado que assiste com os planos sociais, as mulheres são as beneficiárias desses planos e são as que assumem a tarefa social de assistência à comunidade.

Verónica Gago afirma que "as economias populares são um prisma privilegiado para ler a crise do patriarcado dos salários. Isso não significa o fim do patriarcado, é claro, mas significa a decomposição de uma forma específica de estruturação do patriarcado." E diz em relação à participação das mulheres: "As lideranças femininas nas economias populares promovem novas fontes de "prestígio social" que assumem o desafio de operacionalizar outros princípios de autoridade nos territórios." (Gago, 2019)

Com a crise de 2001, as chamadas "piqueteiras" cortaram ruas e avenidas para se manifestarem com as suas panelas comunitárias e deram origem a uma nova organização de mulheres que até então tinham sido apenas "donas de casa". Das organizações piqueteiras, as mulheres aderiram ativamente aos Encontros Nacionais, ano após ano, e transferiram as demandas feministas para dentro de suas organizações. Fazendo um percurso semelhante, as mulheres da economia popular se agruparam em organizações de bairro e a partir dessas organizações se aderiram ao movimento feminista. Elas renovaram qualitativa e quantitativamente a composição das assembleias feministas de cada uma de nossas cidades diante de cada data do calendário feminista. Elas e "as garotas" das gerações mais jovens "massificaram" o movimento feminista. Suas vozes, suas experiências, suas contribuições enriqueceram as demandas históricas do movimento quanto ao conteúdo e renovaram as esperanças de avançar a passos firmes em direção a um mundo mais justo e igualitário.

## A modo de encerramento

Nos últimos anos, as mulheres aumentaram o potencial de suas vozes como nunca antes. Uma consciência irreverente de insubordinação instalou-se nelas, decididas a transformar tudo para alcançar um mundo de igualdade real. Temos uma oportunidade inigualável de promover desde o Estado políticas públicas com perspectiva de gênero, que até poucos anos atrás não encontrava espaço nas agendas do governo.

A pandemia gerou uma crise econômico-social que atinge mais fortemente os setores mais vulneráveis e os grupos historicamente discriminados: as mulheres e as diversidades sexuais. Mas também historicamente, foram nos tempos de crise que as mulheres levantaram a voz com mais força. A respeito, conta-nos María Luisa Femenías, em seu livro "Ellas lo pensaron antes" (Elas já pensaram nisso antes): "Longe de propor que são os tempos de consolidação econômico-social e de bonança política que beneficiam a situação das mulheres em geral e das filósofas em particular, de forma provisória, propomos que são os tempos de crise que iluminam as ações e as teorias das mulheres. Celia Amorós alerta que a consciência "feminista" dificilmente surge em um ambiente em que nada é questionado; surge, ao contrário, quando a opressão mais ancestral torna-se visível e deixa de ser aceita como algo muito óbvio, como aquilo que é natural". (Femenías,2019)

O Estado tem a obrigação de acompanhar o processo inédito de transformação social que está sendo realizado pelo movimento feminista. Ao longo da história, as instituições do Estado, a Educação e a Justiça foram produtores e reprodutores da ideologia dominante da época. Com o advento das sociedades modernas, baseadas na divisão sexual do trabalho, o modelo social que se impôs definiu uma socialização diferenciada para homens e mulheres, a fim de prepará-los apenas para o mundo privado e para o espaço público e o exercício da cidadania. Hoje esse modelo é posto em crise pelo movimento feminista que instalou no topo da agenda pública, como nunca antes, a discussão sobre a

distribuição do trabalho reprodutivo, exigindo não só uma distribuição igualitária entre os sexos, mas também exigindo que o Estado assuma uma parte da tarefa com infraestrutura e serviços.

A tarefa imperiosa dos governos locais é acompanhar e promover a revolução feminista, que rejeita e condena a construção hierárquica entre os sexos e exige um novo paradigma não binário. Apoiar com políticas públicas que garantam condições de real igualdade para as mulheres e as diversas identidades sexuais em todos os âmbitos.

É possível o Estado acompanhar essa revolução em andamento. Uma revolução que, conforme definida por Paul B. Preciado, é "a mudança de paradigma da representação corporal semelhante à iniciada por Copérnico no sistema de representação planetária". Desde o Estado, podemos enfrentar "os Ptolomeus da diferença sexual" e nos juntarmos "aos novos ateus do sistema sexo/gênero". (Preciado, 2019)

**Notas:**

35. documento_completo_06_08_2020 (argentina.gob.ar)

36. https://www.pagina12.com.ar/354109-el-lenguaje-inclusivo-resulta-amenazante-para-las-masculinid?utm_term=Autofeed&utm_medium=Echobox&utm_source=Twitter&__twitter_impression=true&s=09

**Bibliografía**

A bibliografia consultada para a preparação deste texto é detalhada a seguir.

No entanto, é preciso esclarecer que as considerações expostas são produto de reflexões coletivas e do tempo compartilhado em inúmeros encontros, assembleias, marchas e debates em rede com mulheres das mais diversas ocupações, idades, âmbitos e vivências, mas com o comum e irreprimível desejo forte e indiscutível de construir um mundo inclusivo onde todas, todos, todes tenhamos um lugar.


- CEPAL. La pandemia del COVID-19 profundiza la crisis del cuidado en América latina y el Caribe. Informes COVID-19, 2020
- Faur, Eleonor. El cuidado infantil en el siglo XXI: Mujeres malabaristas en una sociedad desigual. 1ra ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014
- Femenias, María Luisa. Ellas lo pensaron antes: filósofas excluidas de la memoria. 1ra ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Lea,2019
- Fraser, Nancy; Arruza Cinzia; Bhattacharya, Tithi. Feminismo para el 99%. Un manifiesto.1ra ed.revisada. Martínez: Rara Avis Casa Editorial, 2019
- Gago, Verónica. La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo. 1ra. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2019
- Pateman, Carole. El contrato sexual.1ra ed.Editorial Ménades, 2019
- Preciado, Paul B. Un apartamento en Urano: crónicas del cruce. 1ra ed. Barcelona. Editorial Anagrama, 2019

Cidade do México, México • de 2019 até a atualidade

## Escola de mulheres para o empoderamento e desenvolvimento de habilidades para a gestão de riscos e desastres em comunidade "Cidades de Mulheres, Cidades Resilientes"

A Cidade do México é considerada uma megalópole em todos os sentidos. Desde sua multiculturalidade até a imensa densidade populacional em comparação com outras cidades ao redor do mundo. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (INEGI, 2020 ), as mulheres representam 52,2% da população (mais da metade, sendo que 4.805.017 são as mulheres que vivem habitualmente na cidade, sem contar as que transitam e vêm da área metropolitana), um dado relevante na hora de programar e implementar políticas que contribuam ao exercício do direito à cidade. Adiciona-se a isso, a complexidade das estruturas da agora chamada CDMX, que a torna rica e diversa, mas que também gera problemas intersetoriais que levam à desigualdade em todos os âmbitos da vida (educação, trabalho, segurança, etc.). Daí a importância de tomar decisões com base em estratégias e ações que tenham os direitos humanos e a perspectiva de gênero imersos, onde o objetivo é promover a igualdade substantiva nos diferentes setores.

Sem dúvida, desenvolver políticas no âmbito da construção de Cidades Educadoras que resultem em Cidades Inclusivas é um dos objetivos relacionados com a nossa cidade, tal como mostram os projetos de organizações da sociedade civil, beneficiários do Programa de Coinvestimento para a Igualdade da Cidade do México, a cargo da Secretaria das Mulheres, com destaque para a Escola de Mulheres para o empoderamento e desenvolvimento de habilidades para a gestão de riscos e desastres em comunidade "Cidades de Mulheres, Cidades Resilientes", coordenado pela organização Agência Bairro A.C.

Este projeto atendeu as mulheres da Cidade do México que moram em áreas com altos índices de violência, pobreza e alta taxa de marginalização, e nas quais também existem altos riscos de desastre. As mulheres que participaram eram principalmente dos seguintes municípios: Tlalpan, Cuajimalpa, Milpa Alta, Magdalena Contreras**, Tláhuac*, Xochimilco**, Coyoacán*, Iztacalco* . Com um total de 119 mulheres participando das diversas atividades (atividades comunitárias e/ou programas de capacitação), 30 mulheres líderes que puderam concluir o programa convocaram e conseguiram formalizar 30 comitês de voluntárias e voluntários entre suas comunidades para a prevenção de riscos. Também participaram 25 homens que somente assistiram a algumas atividades comunitárias como palestras informativas, visitas aos bairros e comunidades e como voluntários dentro dos comitês já mencionados.

Para o Governo da Cidade do México é de suma importância ativar processos comunitários que contribuam em melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Com isso, aumentar o bem-estar social, principalmente quando diferentes problemas convergem e colocam certos grupos e setores da população em uma posição de maior vulnerabilidade, como os problemas derivados da pobreza, da marginalização, da violência (com ênfase na violência de gênero), da desigualdade de gênero para acessar as mesmas oportunidades, e ainda a mudança climática, os riscos de desastre de dife-

rentes origens (terremotos, enchentes, incêndios, deslizamentos, sanitárias, entre outras), etc. Se a isto acrescentarmos a interseccionalidade dessa população, a discriminação e as próprias desigualdades, essas disparidades são incrementadas. Isto é, os impactos dos problemas afetam as mulheres e os homens de modo diferente, e os impactos são ainda maiores quando essas pessoas fazem parte de vários grupos em situações de vulnerabilidade. Um exemplo é o que acontece quando os efeitos recaem sobre uma mulher idosa, indígena e com deficiência. É claro que esses efeitos acentuam as desigualdades.

Neste sentido e devido a que na Cidade do México a população está exposta a vários riscos de desastre, a parte mais afetada da população são as mulheres (múltiplas jornadas de trabalho remunerado ou não, em diferentes espaços com determinadas características que as coloca em maior risco). E levando em conta a interseccionalidade antes dita é que a Secretaria das Mulheres, através do Programa de Coinvestimento para a Igualdade, em colaboração com o Comitê Avaliador dos projetos a serem beneficiados, decidiu selecionar o projeto Escola de mulheres para o empoderamento e desenvolvimento de habilidades para a gestão de riscos e desastres em comunidade "Cidades de Mulheres, Cidades Resilientes", coordenado pela organização da sociedade civil Agência Bairro, A.C.

Conforme mencionado acima, o projeto visa fornecer ferramentas para as mulheres que se encontram em áreas de alto risco da cidade, e com isso, não se refere apenas aos desastres sociais derivados de um fenômeno natural que poderia ocorrer na megalópole, mas também a situações de desigualdade e de violência que agravam os efeitos em casos de desastre. Haja vista o exposto, surge a necessidade de promover a liderança das mulheres em suas comunidades, incentivando sua participação em processos de capacitação em questões de igualdade de gênero para a redução de risco de desastres, como gerar redes de apoio comunitário entre elas, aprender sobre casos práticos para reduzir os riscos e aplicá-los, realizar exercícios de planos de ação em caso de desastres, etc. Ou seja, uma cidade educadora que contribua para o fortalecimento da autonomia e da cidadania das mulheres.

Segundo informou a Agência Bairro A.C., para o desenvolvimento do projeto foi necessário que a organização realizasse uma série de ações prévias com o acompanhamento e seguimento da Secretaria da Mulher, entre as quais:

1. O estabelecimento de alianças com atores estratégicos da ordem federal e da Cidade do México, com experiência em direitos humanos, perspectiva de gênero, planejamento urbano e redução de riscos, para concretizar a implementação da Escola e o desenvolvimento do programa de atividades.
2. Foi instituído um Conselho Assessor da Escola, conseguindo formar um grupo de pessoas especialistas que estabeleceram mecanismos de comunicação e receberam informação relacionada ao projeto para fazerem recomendações.
3. A programação de algumas atividades da Escola foi realizada com antecedência para articulá-las com ações de prevenção relacionadas com os eventos em memória das pessoas que morreram nos terremotos de 19 de setembro de 1985 e de 2017 (19S).
4. Foram desenhados e distribuídos cartazes para a convocação do projeto nos municípios da Cidade do México.
5. Selecionaram-se líderes e facilitadoras do projeto que se encarregaram de identificar locais de encontro de fácil acesso para as participantes, como escolas, FAROS (locais de atividades culturais na cidade), PILARES (centros comunitários de educação em toda a cidade), LUNAS (unidades de atenção à violência de gênero da Secretaria da Mulher nos diferentes municípios da cidade), feiras, etc., a fim de realizar convites para o projeto.
6. 6. A organização estabeleceu parcerias com instituições e organismos como a Secretaria de Gestão Integral de Riscos e Proteção Civil, Cruz Vermelha e TOPOS, que contribuíram para a entrega dos temas sobre proteção civil, primeiros

socorros e direito à redução do risco.

Quanto à implementação e desenvolvimento de atividades da Escola, conseguiram concretizar as seguintes:

**a) Implementação de 4 módulos de formação:** Módulo 1. Empoderamento e Desenvolvimento de Habilidades de Liderança (ferramentas e técnicas); Módulo 2. Direito das Mulheres à Cidade e Habitabilidade. Participação das Mulheres diante de Riscos e Emergências. Diagnóstico Participativo de Percepção de Riscos (aquisição de conhecimentos, informação e experiências compartilhadas); Módulo 3. Riscos, Emergências e Estratégias para Atendimento Antes, Durante e Depois. Conhecimentos técnicos para o Atendimento e a Gestão de Situações de Riscos (conhecimentos técnicos); e Módulo 4. Participação e Organização Social/ Comunitária para a Prevenção, Atendimento e Gestão de Riscos. Construção de seu Plano de Ação Comunitária (ferramentas e técnicas colaborativas vinculadas ao tema especializado).

**b) 30 mulheres conseguiram completar o programa de capacitação e se formar na Escola:** elas obtiveram as ferramentas que lhes permitiu o desenvolvimento de habilidades pessoais, sociais, organizacionais e de liderança, além de conhecimentos técnicos e práticos em gestão de riscos antes, durante e depois de um desastre ou emergência, desde um enfoque de direitos humanos e de perspectiva de gênero.

**c) Realização de 30 Diálogos comunitários:** Na formação, as mulheres foram treinadas com técnicas que lhes permitiram sensibilizar e convocar suas vizinhas e vizinhos e também seus familiares para assistirem às palestras comunitárias sobre redução de riscos de desastre, mediante a identificação de possíveis riscos que poderiam ocorrer em seus bairros e comunidades, por meio da ferramenta denominada 'marcha exploratória' (tour comunitário).

**d) Formação de 30 Comitês de Voluntárias e Voluntários de Prevenção de Riscos:** As mulheres já formadas pela Escola e com o conhecimento e habilidades fortalecidas e graças às palestras comunitárias para a identificação de riscos conseguiram convocar as vizinhas e vizinhos que voluntariamente decidiram participar ativamente em Comitês de Prevenção de Riscos em suas comunidades.

**e) Integração de 30 Planos comunitários para lidar com riscos e emergências e 30 simulacros:** A partir da conformação dos Comitês, as e os voluntários coordenados pelas 30 mulheres líderes formadas

pela Escola assumiram a tarefa de integrar planos de ação para as suas comunidades em caso de ocorrerem possíveis desastres e emergências, fortalecendo esta atividade com a implementação de simulacros neste grupo de comitês (principalmente em torno ao assunto dos terremotos).

Resultados:

É satisfatório destacar que todas as metas estabelecidas no projeto tiveram um percentual de cumprimento de 100%, de acordo com os dados divulgados pela Agência Bairro A.C. em seu relatório final, que foram validados pela Secretaria da Mulher, por meio de acompanhamento integral do projeto, bem como por diversos meios de verificação (registros dos participantes das atividades, memórias fotográficas, relatórios, resultados de avaliações de conhecimento Pré e Pós, entre outros). Os objetivos alcançados são detalhados a seguir:

• 30 mulheres formadas pela Escola (programa completo).
• 4 módulos de capacitação implementados efetivamente.
• 30 pláticas comunitarias realizadas con participación activa de las egresadas e integrantes de sus comunidades, para la identificación de riesgos.
• 30 comitês comunitários de voluntárias e voluntários, coordenados pelas mulheres líderes formadas pela Escola, em áreas de alto risco de desastre da cidade e que convergem com altos índices de marginalização, pobreza e violência.
• 30 planos comunitários integrados e 30 simulacros realizados pelo grupo de comitês, coordenados pelas mulheres líderes formadas pela Escola.

Além disso, a organização salientou que após a implementação do programa de capacitação do projeto, os resultados da pós-avaliação das atividades mostraram que 90% dos participantes das atividades comunitárias (palestras, tours e simulacros) afirmaram que adquiriram conhecimentos que lhes permitiram identificar os riscos que existem em suas comunidades. Por outro lado, 89% das participantes dos módulos de formação disseram que por meio das ferramentas de comunicação efetiva, da motivação recebida e dos conhecimentos adquiridos para analisar e avaliar os riscos puderam motivar também às suas vizinhas e vizinhos a participarem nas palestras comunitárias e a realizarem os passeios, chamados de 'marchas exploratórias', pelas suas comunidades. Mencionaram que aprender a elaborar o mapeamento de riscos de suas casas resulta em um instrumento de grande utilidade, e 88,6% afirmaram que conseguiram fazer seus mapeamentos e comentaram isso com seus familiares.

Outro dado relevante da experiência das mulheres formadas pela Escola é que elas se comprometeram a reduzir os riscos de desastres em suas comunidades e se interessaram em continuar participando como coordenadoras dos comitês comunitários de prevenção de riscos, tendo como ferramenta os planos de ação comunitários traçados pelos membros dessas comissões e também por elas mesmas para os seus lares.

Por sua vez, a Agência Bairro A.C. continua promovendo o projeto para ser implementado em mais lugares da cidade, e que passou a se chamar Escola de Resiliência Urbana com Perspectiva de Gênero "Cidades de Mulheres, Cidades Resilientes".

O projeto visa contribuir para a sobrevivência e proteção das mulheres que se encontram em áreas de alto risco da cidade (não se refere apenas aos desastres sociais derivados de um fenômeno natural que poderia ocorrer na megalópole, mas também a situações de desigualdade e de violência que agravam os efeitos de um caso de desastre). Por meio da implementação de um programa de capacitação teórico, técnico, vivencial e participativo que lhes permita identificar e agir diante dos riscos que existem em seus territórios, busca-se o empoderamento e desenvolvimento de habilidades e capacidades para a gestão de riscos em suas comunidades.

O intuito é promover a liderança das mulheres em suas comunidades, incentivando sua participação em processos de capacitação em questões de igualdade de gênero para a redução de risco de desastres. Também saber como gerar redes de apoio comunitário entre elas, aprender sobre casos práticos para reduzir os riscos e aplicá-los, realizar exercícios de planos de ação em caso de desastres, etc. Ou seja, uma cidade educadora que contribua para o fortalecimento da autonomia e da cidadania das mulheres.

• Construir um espaço de confiança e de colaboração em que as mulheres participantes se conheçam, e ainda as suas histórias de vida e de experiências diante de riscos. As habilidades pessoais para o autocuidado e o fortalecimento de suas lideranças serão reforçadas.
• Desenvolver e praticar estratégias de liderança, comunicação assertiva, trabalho em equipe, estilo para influenciar no contato com membros da comunidade. E reconhecer os limites da ação (o poder de agir no interior da comunidade).
• Poder aprofundar sobre o direito de habitar em espaços de qualidade e em cidades seguras para as mulheres.
• Identificar a percepção de riscos de desastre e devido a desastres. Causalidades. Análise a ser retratada em mapeamento de riscos. Transferência de riscos. Complementar com estimativa objetiva de riscos pela autoridade competente.
• Fornecer aos participantes ferramentas práticas para lidar com uma situação de emergência e salvaguardar a sua integridade física.
• Elaborar estratégias comunitárias para lidar com os riscos aos que estamos expostas. Quais seriam os melhores recursos que temos na comunidade: Identificar rotas de evacuação, abrigos, hospitais, postos de saúde.
• Construir um plano comunitário de comunicação perante uma emergência.
• Que cada participante elabore o seu plano de trabalho comunitário para a construção de um plano de gestão de risco comunitário integral, com ênfase em uma abordagem de gênero em todos os níveis de prevenção.
.

**Site da experiência:**
• https://semujeres.cdmx.gob.mx/storage/app/

media/Programas/Evaluacion_Interna_2019_Coinversion_para_la_igualdad.pdf (SEMUJERES CDMX)
• https://www.facebook.com/1610313665874006/posts/2686368058268556/ (Agencia Barrio A.C.)

**Contato:**
• Rosa María Zabal/Agencia Barrrio A.C. y Dra. Yazmín Pérez Haro/Directora Ejecutiva de Igualdad Sustantiva de la SEMUJERES CDMX

**E-mail:** igualdadsustantiva.dg@gmail.com

Santos, Brasil • de 2018 a la actualidad

## De Mãos Dadas com a sexualidade

Santos é um município localizado no litoral do Estado de São Paulo. Possui o maior porto da América Latina, sendo sua principal atividade econômica, além do turismo e do comércio. Tem uma população de 437.000 habitantes (dados de 2003) e cobre uma área de 39,4 km$^2$.

No Município de Santos, a Educação Básica está constituída pelos Sistema de Ensino Municipal e Estadual. O Sistema Municipal de Ensino integra a Secretaria Municipal de Educação (Seduc), o Conselho Municipal de Educação (CME) e as 54 Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEs) mantidas pelo Poder Público Municipal. Definida como primeira etapa da Educação Básica (artigo 29 da LDB), a Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Em Santos, a Educação Infantil é oferecida em Unidades Municipais de Educação, Rede Subvencionada e Particular. A Cidade possui 54 Unidades Municipais de Educação, 37 entidades na Rede Subvencionada e 48 na Rede Particular de Ensino.

O segmento de Educação Infantil possui um total de 6915 alunos matriculados na Rede Municipal e 5520 na Rede Subvencionada, somando um total de 12435 crianças atendidas.

O projeto "De Mãos Dadas com a sexualidade" atinge todas as escolas de fundamental I e II da rede pública municipal de ensino de Santos desde 2018.

**Objetivos:**

Objetivo geral: Promover a igualdade de gênero por meio dos círculos restaurativos, Oficinas lúdicas, rodas de conversas, dinâmicas, palestras interativas e psicodrama dentro das escolas da rede municipal. Promover oficinas lúdicas de prevenção de violência sexual infantil desde as séries iniciais.

Os objetivos específicos estão intimamente ligados aos direitos sexuais das crianças e adolescentes:

- Promover o intercâmbio com o Projeto de Justiça restaurativa, Projeto Jovem doutor, Projeto Saúde na Escola (Parceria da Secretaria da Saúde), e com todos os demais projetos e programas educacionais em andamento na rede municipal;
- Convidar os Pais ao diálogo sobre sexualidade, reforçando a importância de se tratar o tema em ambiente escolar;
- Zelar pelos direitos sexuais das crianças e dos adolescentes;
- Demonstrar a importância de não se extrapolar os limites seguros entre o real e o virtual, entre o público e o privado, entre o que é legal ou ilegal, entre o que é informação ou exploração, entre a intimidade e a distorção dos fatos ou imagens "reais", utilizando as redes sociais com segurança e responsabilidade, sem ultrapassar os limites, respeitando o seu espaço e o do outro;
- Utilizar as tecnologias da era digital, incluindo os aplicativos, web-sites e programas da Internet com respeito e cuidado, sem riscos à saúde;
- Conceituar e diferenciar sexualidade e os diversos temas como: Bullying, Cyberbulling, Sexting, Grooming, Sextorsão e violência sexual infantil (Abuso sexual, exploração sexual infantil e tráfico de meninas.

• Estimular os alunos a serem multiplicadores dos conhecimentos sobre saúde e sexualidade;

• Conscientizar o aluno da importância do conhecimento e da valorização de seu próprio corpo e do outro, agindo com responsabilidade em relação à saúde pessoal e coletiva;

• Construir conceitos de diversidade de gênero, igualdade, equidade, solidariedade e respeito mútuo, refletindo sobre a importância de considerar o outro independentemente de sexo, cor, raça, religião, etnia ou condição social;

• Proporcionar aos alunos ferramentas de educação sexual que venham contribuir no processo de ensino e aprendizagem por meio da adoção de hábitos de saúde sexual e reprodutiva.

**Metodología:**

O projeto em dois momentos muito pontuais: As oficinas de Prevenção de Violência Sexual Infantil que acontecem nas escolas desde o fundamental I (alunos de 7 a 11 anos) estendendo se até o II (alunos a partir de 12 anos). Nas oficinas das crianças utilizamos um livro de minha autoria "Vamos Conversar? Sobre Violência Sexual Infantil" que foi lançado após um ano de trabalho com as crianças. O livro proporciona que, de forma lúdica e interativa possamos levar os conhecimentos imprescindíveis para a prevenção e proteção do abuso sexual infantil. Durante as oficinas, as crianças têm a oportunidade de desenhar, pintar e confeccionar um girassol com material escolar (palito, fominha de brigadeiro, etc). Durante a oficina há um acolhimento as crianças que se colocarem como vítimas de alguma violência e depois são encaminhadas a orientação da escola para serem encaminhadas aos órgãos competentes, de acordo com o fluxo de atendimento da rede municipal. E com os alunos maiores há uma sensibilização a partir de um filme "O segredo de Lara" onde se oportuniza o diálogo e o debate de situações que possam ocorrer no dia a dia dos adolescentes. O outro momento acontece através de círculos de convivência de Justiça Restaurativa com adolescentes, professores e equipe técnicas, onde é oportunizado a cada um, falar sobre sua sexualidade, suas angústias e dores por conta de todos os conflitos (bullying) que ocorrem no ambiente escolar. Utilizando o método circular, onde de maneira horizontal todos ficam onde se utiliza os princípios da Justiça Restaurativa, igualdade, fraternidade e dignidade humana. O círculo oportuniza se conscientizar a respeito das diversidades de gênero e se restaurar conflitos (Educação Restaurativa) surgidos no ambiente escolar e estabelecer a boa convivência. A Justiça Restaurativa em Santos está alinhada com a Agenda 2030 dos ODS (meta 16) da ONU. A JR também contribui com as diretrizes do MEC que prevê no PPP anual o desenvolvimento das competências sócio emocionais. E trabalhar a igualdade na escola é dar voz às meninas, liberdade, autonomia e emancipação. Demonstrar que elas podem chegar onde elas quiserem. Mas que devem lutar por uma sociedade justa e de igualdade. Precisam buscar seus caminhos, impor suas vontades e exigir seus direitos. Quanto aos meninos aprenderem a respeitar o direito delas e através da possibilidade de aprenderem a expressar suas emoções criar empatia e equidade de gênero. Assim teremos escolas, com um ambiente mais saudável e menos desigual. Dessa forma podemos lutar por uma educação de qualidade. Um fato interessante do projeto é que também acontece em outros espaços da cidade onde se encontram crianças. Como centros de convivêcia e Pinacoteca, entre outros. E em meio esta situação de pandemia, estamos fazendo círculos de acolhimento com alunos e professores onde possam falar sobre suas angústias desse momento. E também palestras (Lives) de prevenção de violência sexual infantil, os quais infelizmente tiveram um aumento significativo durante a pandemia.

**Resultados:**

Promover a igualdade e equidade de gênero no ambiente escolar não é uma tarefa fácil. Tão quanto a prevenção da violência sexual infanto-juvenil. Para empoderarmos estas meninas e meninos é preciso primeiro conscientizar. Mas cabe a nós educadores e especialistas trazer esta questão para

dentro das escolas; é o espaço onde a consciência da igualdade deve ser primordialmente trabalhada. Quanto as oficinas de prevenção de violência infantil pudemos retirar mais de 40 crianças que estavam sofrendo vários tipos violências, que foram todas encaminhadas para diversos atendimentos. Então surge o livro "Vamos Conversar? Sobre violência sexual infantil, uma experiência de um ano de trabalho com as crianças. Quanto a experiência com os círculos pudemos observar que os educadores no desenvolvimento de suas múltiplas competências, quebraram certos tabus, preconceitos a respeito de diversidade de gênero. E os alunos diminuíram as questões de bullying causado pela dificuldade de lidar com as diferenças. Quanto as meninas percebemos uma conscientização dos seus direitos quanto pessoa humana livre de preconceitos e desigualdades. E a partir dessa experiência está surgindo mais um livro "Por todas as flores", que será um material para trabalhar esses temas em sala de aula. Enfim a diminuição das violências começa a pairar no ar da nossa cidade educadora.

Promover a igualdade de gênero por meio dos círculos restaurativos, oficinas lúdicas, rodas de conversas dinâmicas, conferências interativas e teatro psicodramático nas escolas da rede municipal. Promover oficinas lúdicas de prevenção à violência sexual infantil a partir das séries iniciais.

**Contato:**
• Giselle Rodrigues Beda - Profesora coordinadora pedagógica
• gisellebeda2@gmail.com

**Site da experiência:**
• http://https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/educadora-da-rede-municipal-de-santos-lanca-livro-sobre-violencia-sexual-infantil

Caguas, Puerto Rico • 2015 a 2020

## Projeto Zona Mulher

O Município de Caguas foi reconhecido local, nacional e internacionalmente como um modelo de administração pública. A atuação é eficaz, eficiente e participativa, comprometida com as necessidades e o bem-estar da população. Os Governos Municipais em Porto Rico são compostos por dois poderes: o Poder Legislativo (Legislativo Municipal ou Câmara de Vereadores) e o Poder Executivo, que é exercido pelo prefeito eleito pelo povo a cada quatro anos. Possui uma área de 58 milhas, 142.733 habitantes e uma densidade populacional de 2.436 pessoas por milhas. Caguas é o quinto município mais povoado de Porto Rico. Entre os censos demográficos de 2000 e 2010 houve um crescimento populacional de 1,7%. Ao observar os dados da população, a tendência continua sendo que o grupo feminino é maior que o masculino. As mulheres representam 53% da população na cidade de Caguas.

A tal efeito e tendo como base o Modelo de Governança Democrática é de se esperar que devam surgir maiores esforços de atendimento às necessidades da população feminina.

Desde 2006, o Município Autônomo de Caguas adotou uma política pública de Zero Tolerância da Violência contra a Mulher. Com base nesta política é estabelecido o Protocolo para o Atendimento da Violência Doméstica nos âmbitos de trabalho. Este foi o primeiro município a adotar o procedimento, quando ainda não era obrigatório para as prefeituras. A partir daquele momento, todos os funcionários recebem capacitação anualmente, inclusive a Polícia Municipal, e os casos tanto de funcionários como de visitantes são atendidos em função desse procedimento.

A administração municipal, no interesse de continuar a se expandir e atender às necessidades da população feminina cria o Gabinete da Mulher, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Humano do Município Autônomo de Caguas. Foi gerado há 17 anos como parte da política municipal voltada para a igualdade de direitos das mulheres e para a conquista de desenvolvimento pleno de seu potencial em nossa cidade.

A Secretaria de Desenvolvimento Humano está vinculada ao Plano Estratégico Municipal mediante serviços relevantes às necessidades da mulher, como o cuidado de crianças (mães que trabalham fora ou estudam), centros de envelhecimento (mulheres idosas), programas de governantas com oportunidades de emprego (mulheres adultas), atendimento de outras necessidades especiais, apoio psicossocial para a saúde mental, econômica e física da mulher, entre outros.

Este gabinete também funciona como ponto de conexão, acesso e encaminhamento direto para os serviços concedidos por outras unidades municipais como habitação e atendimento ao cidadão, entre outros. A missão do Gabinete da Mulher é "proporcionar a melhor qualidade de vida para a mulher cagüeña", por meio de um amplo leque de serviços inovadores e abrangentes que promovam o bem-estar, a autossuficiência e combinam enfoques de pesquisa, abordagens acadêmicas e comunitárias. De acordo com as necessidades de cada mulher, uma equipe experiente de recursos humanos fornece acesso a vários serviços municipais e também a uma variedade de organizações públicas e privadas aliadas em Caguas e em povoados vizinhos.

Em seu trabalho, o Gabinete da Mulher aplica um modelo de perspectiva de gênero que promove a participação e a solidariedade das mulheres no que tange ao contexto socioeconômico da cidade. O Gabinete opera com uma combinação eficiente de fundos municipais próprios e de subvenções externas. Isso garante a prestação de serviços voltados ao desenvolvimento integral das mulheres e atendimentos especializados para a prevenção da violência de gênero na área centro-leste da ilha, sendo que os serviços abrangem também outros 6 municípios.

Nos últimos dezessete (17) anos, o Gabinete da Mulher atendeu a mais de 14.199 mulheres e seus familiares, incluindo 1.932 mulheres durante o ano passado das quais 45% são de outros municípios da região, conseguindo que tenham acesso à informação, recursos e serviços que podem guiá-las

em seu desenvolvimento e autogestão.

O Projeto Zona Mulher é uma iniciativa que oferece serviços de capacitação e encaminhamento de ofertas de trabalho que visam promover a autossuficiência e a sustentabilidade das mulheres por meio da autogestão. Este projeto abrange uma variedade de serviços que visam preparar para o trabalho as mulheres que participam do Programa Ajuda Temporária a Famílias Necessitadas (TANF) categoria C, entre as idades de 18 a 55 anos e com a 8ª série de escolaridade aprovada. Os serviços são: assessoria pessoal e ocupacional, serviços psicoeducacionais preparatórios para o trabalho, formação para ocupações não profissionais (fase teórica e prática), capacitação em informática básica, experiências de emprego (não subsidiadas), referências internas e externas para gerir as necessidades das mulheres e as ofertas de emprego. Esta iniciativa também foi reconhecida como experiência destacada durante o ano de 2020.

Reduzir os níveis de pobreza das mulheres chefes de família, ao promover o desenvolvimento de destrezas e capacitação para o trabalho.
Incrementar o desenvolvimento de habilidades e experiências para as mulheres atingirem a autossuficiência e conseguirem a autossustentabilidade, por meio de serviços psicossociais de prevenção e treinamento em ocupações não profissionais e de busca de emprego estruturada pela demanda do mercado de trabalho, incluindo o autoemprego.

**Página web da experiência:**
• www.caguas.gov.pr

**Contato:**
• Aida I. González Santiago-Secretaria Secretaría Desarrollo Humano

**Mail:**
aida.gonzalez@caguas.gov.pr

Associação Internacional das Cidades Educadoras
Delegação América Latina

Ajuntament de Barcelona

Municipalidad de Rosario